

***ELAINE BUNN***

**“O SERVIÇO SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO DO  
GRÊMIO ESTUDANTIL NO COLÉGIO ADERBAL  
RAMOS DA SILVA: LIMITES E  
POSSIBILIDADES”**

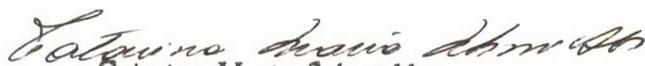
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
FLORIANÓPOLIS  
1994**

***ELAINE BUNN***

**“O SERVIÇO SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO DO  
GRÊMIO ESTUDANTIL NO COLÉGIO ADERBAL  
RAMOS DA SILVA: LIMITES E  
POSSIBILIDADES”**

Aprovado Pelo DSS  
Em, 21 / 7 / 95

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Assistente Social pela acadêmica Elaine Bunn, sob orientação das Professoras Krystyna Matys Costa e Lígia Helena Hahn Luchmann.

  
Catarina Maria Schickler  
Sub-Chefe do Depto. de Serv. Social  
CSE-UFSC

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**“O SERVIÇO SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL  
NO COLÉGIO ADERBAL RAMOS DA SILVA: LIMITES E  
POSSIBILIDADES”.**

**Aprovada pela Banca Examinadora em 21 de Julho de 1994**

**Prof<sup>a</sup> Krystyna Matys Costa ( Orientador)**

**Prof<sup>a</sup> Lígia Helena Hahn Luchmann (Examinadora)**

**Prof<sup>o</sup> Rubens Trovão (Examinador)**

**Elaine Bunn**

## **Agradecimentos**

**A Deus pela sua presença em cada momento de minha vida.**

**As Professoras Krystyna e Lígia pelo apoio nesse processo de formação, bem como paciência no desenrolar deste trabalho.**

**Aos alunos do C.A.R.S pela atenção, principalmente, Pércio, Marcelo, Silvana e Débora.**

**A Direção e funcionários do C.A.R.S.**

**As minhas amigas: Daniela, Larissa e Micheli por sua amizade e carinho nos momentos felizes e difíceis.**

**A Dona Iara e Jussara pela correção deste trabalho.**

**A todos que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação acadêmica e àqueles que acreditaram e acreditam neste estudo.**

**Aos professores do Departamento de Serviço Social da UFSC com os quais muito aprendi.**

**A meus pais: Cecília e Nicésio e minhas  
irmãs: Rosana e Juliana, pela paciência e  
pela presença.**

## **Agradecimento Especial**

**A André, meu amigo, noivo, incentivador  
... meu grande amor...**

**Pela compreensão, paciência, pela forma  
de me mostrar um pouco da vida e,  
principalmente, por me amar.**

**Te amo.**

## **Mensagem**

**“Na origem de todas as grandes obras houve uma fermentação de sonhos, projetos e aspirações. Houve uma dedicação apaixonada àquilo que não existia. Houve uma intuição de possibilidades inéditas e um lançar-se furiosamente para o futuro. Não basta ter grandes desejos para realizá-los, mas ninguém realiza grandes sonhos sem ter tido grandes desejos”.**

**(José Comblim)**

# SUMÁRIO

Introdução.....	07
Iº. CAPÍTULO:	
1. Política Social: breve caracterização da realidade brasileira	
1.1. Questão social e Política Social: algumas notas.....	10
1.2. Estado e Política Social.....	13
2. Política Educacional na Sociedade brasileira: algumas considerações.....	24
3. Escola e Cidadania: caminhos possíveis para uma nova sociedade.....	37
IIº. CAPÍTULO:	
2. A Prática do Serviço Social na Instituição Escolar	
2.1. Breve Caracterização do Fenômeno Educacional em SC.....	53
2.2. O Estágio de Serviço Social e a interface com o setor Pedagógico.....	66
2.2.1. O Serviço Social na Estrutura do Colégio Aderbal Ramos da Silva (C.A.R.S).....	72
2.3. Processo de Organização do Grêmio Estudantil no C.A.R.S.....	86
Considerações Finais.....	99
Bibliografia.....	103
Anexos.....	109

## Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar e analisar a prática de estágio curricular do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, realizado no período de agosto de 1992 à dezembro de 1993 no Colégio Aderbal Ramos da Silva (C.A.R.S), especificamente no período noturno.

Esse estudo começou a ser formulado no decorrer do curso, especialmente pelo interesse e preocupação com a prática do Assistente Social na instituição escolar, caracterizada pela presença marcante da problemática social que afeta diretamente todo o processo pedagógico.

Neste período, a temática educacional brasileira atraiu-me devido a precariedade da realidade social brasileira, onde a educação passa a ser visualizada e tratada com descaso e não de forma prioritária, como deveria merecer. Desta forma, passo a observar e acreditar que a “escola” é um espaço estratégico na demanda social, e seus problemas um **desafio** para a construção da democracia. O fato de não existir o serviço social na escola passou a ser mais um, porém em contrapartida vieram à tona situações que confirmaram a necessidade de um profissional de serviço social.

O estágio desenvolvido no C.A.R.S, na verdade, passa a ser construído, especialmente, a partir do momento em que experimentei atuar junto à um processo de agremiação estudantil, no contexto de uma instituição escolar moldada pelo “autoritarismo”.

Na procura de bibliografia sobre o serviço social na escola, deparei-me com algumas dificuldades: inicialmente poucos TCCs e pouca bibliografia específica referente ao assunto: livros, artigos etc... A orientação bibliográfica foi em grande parte formada pela área educacional, e, em menor parte pelo serviço social especificamente.

O estudo da realidade educacional e os fenômenos que a norteiam serão apresentados, neste trabalho, seguindo um ordenamento de sistematização que procura inserir o objetivo mais específico - Organização do Grêmio Estudantil no C.A.R.S - num contexto mais amplo, no sentido de apreensão e compreensão do fenômeno, tendo em vista a importância das categorias de totalidade e historicidade.

Nesta perspectiva, o trabalho foi organizado em dois capítulos.

O 1o. traz um referencial teórico que procura subsidiar a análise da prática. Neste sentido são elaboradas questões referentes à políticas sociais, e, mais especificamente, educacionais no Brasil; seguida de uma análise do papel da escola no processo de construção da cidadania.

O 2o. capítulo apresenta a prática do serviço social na instituição escolar com um breve resgate histórico da política educacional em Santa Catarina, enfatizando alguns aspectos do movimento docente e discente, cujas ações vêm historicamente sendo diferenciadas pelo contexto social, político e econômico mais amplo. Em seguida, apresento a análise e proposta de implantação do Grêmio Estudantil junto ao C.A.R.S. levantando algumas possibilidades e limites deste processo.

## I°.- CAPÍTULO

### 1. Política Social: breve caracterização da realidade brasileira.

#### 1.1. Questão social e política social: algumas notas.

O Estado brasileiro, sustentado em uma Constituição - passa a ser responsável por áreas da vida social através de políticas específicas em cada setor da sociedade, atingindo todas as classes. Estas políticas sociais, segundo vários estudos<sup>1</sup>, são mecanismos de intervenção na esfera do trabalho, saúde, educação, habitação, velhice, infância, etc..., alinhavados com a evolução do capitalismo, demonstrando que as políticas sociais têm uma contribuição importante na consolidação da acumulação do capital.

Podemos analisar as políticas sociais a partir de um caminho que aborda a questão política e econômica. E para isso é relevante não negar que as políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquistas dos trabalhadores. Esse entendimento mostra que estas não podem ser anuladas simplesmente; é importante analisá-las como ponto de partida para uma maior contribuição reflexiva sobre seus objetivos.

---

<sup>1</sup> Não pretendo discorrer destes estudos, onde recomendo a leitura, dentre outros, de VIEIRA (1992), FREITAS (1987) e OFFE (1984).

Nesta ótica,

*“a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, introduzida com as diferentes políticas sociais do Estado capitalista, sem dúvida contribui para aliviar a sorte do operário individual da fábrica ou do trabalhador rural do campo, mas teria beneficiado de fato e em última instância as classes e frações detentoras dos meios de produção”(FREITAS,1987:16).*

A trajetória da questão social no Brasil está diretamente vinculada à realidade da classe trabalhadora, e o seu movimento histórico pode ser entendido através de uma breve caracterização, refletindo sobre o início do século onde a igreja teve significativa presença nos problemas pertinentes à classe operária, sendo ela considerada mediadora entre classe dominante e o operariado.

Como consequência da preocupação da igreja, com a questão social, - nos países católicos - foram estabelecidas encíclicas papais, especialmente a RERUM NOVARUM e a QUADRAGÉSIMO ANNO, onde são assumidas posições e programas relacionados aos problemas da classe trabalhadora, isto é, as relações entre dominantes e subordinados.

A proteção social, questão entendida pela igreja nas encíclicas, como a do Papa Leão XIII, onde defendia:

*“ intransigentemente a propriedade privada dos meios de produção, aceita a divisão da sociedade entre indefesos e fortes e combate o conceito de luta de classes. Para o papa a*

*proteção ao trabalhador seria uma forma de harmonizar os ricos com os pobres"(FALEIROS,1991:15,16).*

A partir destas encíclicas, a igreja tenta recuperar privilégios perdidos e áreas de influências, devido à secularização da sociedade, através do fortalecimento, qualificação e organização na perspectiva de uma ação evangelizadora na sociedade. São chamados os trabalhadores sociais para articular a necessidade de formação doutrinária e social das classes trabalhadoras.

No início do século XX, a questão social se explicita através de grandes mobilizações, que vão exigir dos vários setores da sociedade - Igreja, Estado, frações dominantes - seus posicionamentos perante os fatos. A igreja encara a questão social segundo as indicações das encíclicas papais, que apresentam uma perspectiva de conformidade com as relações dominantes, através de um discurso de ordem moral:

*"Para a igreja, questão social, antes de ser econômico-política, é uma questão moral e religiosa"( IAMAMOTTO,1992:18).*

O Estado é chamado a intervir na questão social de forma a promover a expansão da indústria, estando as classes trabalhadoras diante de problemas resultantes das desigualdades, necessitando de medidas; de respostas a estas dificuldades. Assim criam-se algumas leis que protegem alguns setores e seus trabalhadores. Gradativamente as políticas sociais

surgiram e foram sofrendo alterações à medida que mudanças políticas e econômicas tomavam rumos de expansão do capitalismo.

Em consequência destas, ocorrem mudanças na vida e na organização da população, sendo que o Estado passa a ter o papel de ‘adaptar a população’ em uma sociedade de consumo. O Estado passa a ser tutor do bem comum, dentro de um campo de desigualdades, resultantes da busca de acumulação do capital, mostrando de forma mascarada o poder deste sobre a classe subalterna, como normalizador da ordem social. Neste sentido,

*“o Estado é, assim considerado como agente principal, que age pela sociedade civil para tornar acessível aos trabalhadores identificados como pobres, carentes, desamparados, benefícios e serviços que, por razões pessoais ou debilidades sociais, que lhes são negados no mercado” (OLIVEIRA, 1989:26)*

## 1.2. Estado e Política social

Os períodos iniciais da industrialização e urbanização do Brasil foram marcados pelo desenvolvimento das desigualdades, onde o Estado vem apresentando a função de manter a harmonia entre as classes. Com a expansão das desigualdades sociais, o Estado, historicamente, vem tornando-se a instância, por excelência, de regulamentação dos conflitos via implantação de políticas sociais.

*“O Estado passa não só a intervir na regulamentação da força de trabalho, mas também no estabelecimento e controle de uma política assistencial intimamente vinculada às organizações representativas das classes produtoras” (IAMAMOTTO,1992:31).*

No decorrer da história, o Estado desempenha seu papel de orientar e organizar o processo acumulativo do capitalismo no Brasil. Torna-se claro que o processo de industrialização e de proletarização, impulsionado pelo desenvolvimento do capitalismo, substituiu as formas de subsistência, tornando os trabalhadores dependentes do salário oferecido pelas empresas, e do consumo de massa, para sobreviver. Resultando em desigualdades produzidas no interior dos regimes econômicos e políticos voltados aos interesses de setores dominantes.

*“O esvaziamento do modelo agro-exportador(...) abriu na economia brasileira um espaço para que a industrialização ganhasse impulso e se convertesse no polo dinâmico da economia brasileira”(WARDE, 1983:64).*

Na década de 30, Getúlio Vargas assume o poder, implantando, em 1937, o Estado Novo, onde são instituídas políticas de corte social e são criados organismos responsáveis pelos serviços destinados às questões sociais.

O Estado cria, em 1930, o Ministério da Educação e Saúde, ponto de partida para mudanças significativas na educação.

Na Constituição de 1934 ficou estabelecida a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação, que coordenou e supervisionou

as atividades de ensino em todos os níveis. O Governo instituiu várias políticas, e na área da educação, por exemplo, foram implantadas escolas técnicas profissionalizantes, que caracterizariam o modelo econômico, colocando o sistema educacional como elo para assegurá-lo. Para a sociedade, dentro deste contexto, as medidas políticas adotadas pelo Governo foram vistas como algo muito bom para a nação, pois as pessoas enxergavam-nas como uma grande chance, e o Estado tranquilizava-se diante da forma de consciência que a população tomava. Portanto, se outrora a classe subalterna era totalmente excluída do acesso à escola, agora eram abertas novas oportunidades. Os trabalhadores, por sua vez, têm interesse em valorizar sua força de trabalho, procurando através destas oportunidades, das lutas e das reivindicações, melhorar seus meios de vida.

Partindo-se da situação de que o Brasil, sendo um país subdesenvolvido, somando uma das maiores taxas de desigualdade social, questiona-se: como o brasileiro enfrenta a miséria, o desemprego e suas necessidades básicas? São indagações e situações pertinentes à nossa sociedade, onde as respostas a estas surgem pela implantação das políticas sociais, consolidando e articulando o vínculo do trabalho e os benefícios sociais.

Entende-se que as políticas sociais estão direcionadas à população no sentido de garantir-lhes formas para que possam enfrentar sua situação de miséria; onde a demanda por programas sociais é efetivamente evidenciada, no entanto a extensão da sua cobertura é consideravelmente cara ao Estado, mostrando uma relação intrínseca.

No Brasil, os discursos oficiais apresentam as políticas sociais caracterizadas pela “preocupação” com relações aos direitos humanos. Mascaradamente, tornando-se um mecanismo de controle social, onde apazigua a crise social usado historicamente frente às desigualdades; podendo, desta forma, analisarmos que a realidade social está remetida a um destino não solucionador e sim amenizador.

Nos anos 60, as questões econômica, política e sociais do Brasil mostram um alicerce fundamentado no processo acumulativo, e para que este continuasse no ritmo desejado, era necessário assegurar o crescimento das demandas.

Ocorre em 1964 uma mudança no Estado, onde este é

*“...remodelado em função da articulação de diferentes frações do capital: empresas estatais, capital internacional, burguesia brasileira apoiada nas forças armadas e tecnocratas que estavam excluídas do regime anterior. Formando-se assim um novo bloco hegemônico que consolidava o controle monopolista da economia e acelera a acumulação de capital, onde a maioria da população é excluída de qualquer participação política e econômica” (MEDEIROS, TCC, 1988:12).*

A partir desta situação, a política nacional se orienta pelo controle monopolista da economia, acelerando o processo de acumulação, diversificando a forma de exploração da força de trabalho, sendo negado à população o acesso à participação política. Entendemos que a natureza do capitalismo é a mesma, não importa seu grau de desenvolvimento, ou seja, o Brasil não é diferente dos países desenvolvidos, ele se configura como relação social na diferença entre os possuidores e os não possuidores de meios de produção. Isto é, o quadro econômico, social e político mantinha uma dependência contínua com a industrialização, levando setores da sociedade a se desestruturarem e outros a crescerem; como o setor agrícola, de um lado, o pequeno agricultor perde sua forma de sobreviver, e os latifundiários são beneficiados, sustentando assim sua estrutura de classe hegemônica, provocando vários desequilíbrios internos como pobreza, êxodo rural, migração, desestruturação demográfica, concentração populacional em determinadas áreas e despovoamento em outras.

A esta questão, SANTOS afirma que:

*“o desenvolvimento econômico em geral, e a industrialização em particular, naturalmente provocam desorganizações sociais, desequilíbrios regionais e disparidades subnacionais. Mas os meios para implementar as mudanças são restringidos ou ampliados segundo as instituições políticas existentes em cada período histórico”(1987:25).*

Podemos entender ao longo da história brasileira, a partir de uma complexa desestruturação, que o Estado vem respondendo às necessidades da classe trabalhadora, instituindo programas e políticas para contentá-las diante das conseqüências da corrida ao desenvolvimento. As políticas sociais instituídas pelo Estado dentro de um país em desenvolvimento, como o Brasil, buscam compensar e amenizar as condições debilitadas, tanto econômicas quanto sociais, como paliativo do desequilíbrio social.

Torna-se visível a concepção paternalista do Estado, onde:

*“...se apresenta como protetor dos fracos, como meio de satisfazer as necessidades sociais, pelas medidas legais que compensem as fraquezas dos indivíduos, pela introdução dos direitos sociais” (FALEIROS, 1987:43).*

A forma como as políticas sociais são colocadas à população mostram uma intenção de “ajuda” social, mas o que há por trás desta intenção de satisfazer as necessidades, é manter de forma harmônica a acumulação do capital e hegemonia da elite burguesa. Significando que, para dar conta das necessidades sociais que despontam, torna-se primordial ao Estado mantê-las, onde o desencadeamento de políticas sociais surgem “da noite para o dia”.

## Afirma FALEIROS:

*“as políticas asseguram a manutenção do trabalho como forma de vida normal, isto é, não devem contribuir para desestimular os trabalhadores a viverem da venda da força de trabalho e preferirem encostar-se em benefícios. Por isso, elas só se efetivam quando o trabalhador perdeu a capacidade de trabalho ou quando ainda não chegou à idade de trabalhar”*(FALEIROS,1991: 38,39 )

A postura de mediador que o Estado assume através das políticas sociais não contribui para a extinção da pobreza. Introduz uma sensação de alívio à situação de miserabilidade, respondendo às necessidades imediatas da população, não ocorrendo, portanto, uma intenção de eliminar suas causas.

*“As políticas sociais constituem,(...) o espaço de concretização dos interesses populares, embora absorvidos no limite do pacto de dominação, já que somente algumas das suas necessidades e demandas são problematizadas pelo Estado e somente quando este já suporta a incorporação dessas necessidades às respostas então vigentes”*(OLIVEIRA, 1989:31).

Historicamente, as políticas implantadas tranquilizam e solucionam aparentemente os problemas da população, ou seja, configura-se a exclusão como também mantém o trabalhador na condição de favorecido, assistido e beneficiado pelo Estado. Esse acesso caracteriza contraditoriamente o quanto este tipo de política o exclui do processo de cidadania quanto à conquista de seus direitos, pois o Estado lhe ‘concede direitos’.

A análise sobre a conjuntura do Brasil, considerando ser ele um Estado essencialmente burguês, apresenta um lado voltado aos interesses das

classes dominantes e, por outro, procura garantir à classe trabalhadora a distribuição dos benefícios para manter sua posição de benfeitor. Pois o discurso de intervenção do Estado, junto às políticas sociais, como formas de intervir na realidade da classe trabalhadora, acontece diante das “diferenças” entre as classes sociais, apontadas e levantadas nas propostas de governo e partidos, mas que, com raras exceções, saem do papel e do discurso teórico para a prática.

Conseqüentemente, isso significa que a maioria da população acredita que:

*“a falta de assistência educacional, a falta de emprego, de lazer, a falta de roupas, de alimentos, ou seja, a doença, o desemprego e a fome são atribuídos às falhas individuais ou à ausência de sorte na vida, pois com as políticas sociais o sistema surge como atuante e preocupante com todos” (FALEIROS, 1991:17).*

Nesse sentido, o Estado interfere dando à população alternativas amenas diante de suas “incapacidades”, assegurando dependência e segurança da classe trabalhadora para com as políticas. Essa forma de “iludir” passa a ser vista pela sociedade como atenção e interesse para com os cidadãos.

A intervenção do Estado na garantia de benefícios e serviços demonstra uma forma de “preocupação” com a classe trabalhadora, ou seja,

*“em geral os programas se apresentam sob a forma de benefício ou de um serviço. O benefício consiste num auxílio dado em certos casos específicos de perda ou diminuição da capacidade de trabalho, a fim de garantir um mínimo de*

*subsistência ao trabalho ou ao pobre desempregado”(FALEIROS, 1991:10).*

O aumento crescente dos problemas sociais provocam, conseqüentemente, a procura ao atendimento dos serviços assistenciais prestados pelo Estado. Na resposta à demanda, como supostos direitos, a população se vê “assegurada” pelas políticas implantadas. O direito aos serviços sociais não são caracterizados como direitos, mas como concessão. A partir dessa realidade, verifica-se o crescimento desordenado das necessidades sociais, oriundas das deficiências econômicas e sociais, diante de uma dinâmica legitimadora do poder do capital.

As organizações ou movimentos em prol da confirmação exata e concreta do poder de aquisição da classe trabalhadora, levam os movimentos organizados a tomarem frente às reivindicações das camadas populares. Nesse entendimento sobre garantias coletivas, os movimentos sociais se apresentam como:

*“expressões de lutas políticas que se constituem como formas novas de ação social e instalação de novas frentes de luta”(LEAL, 1985:11).*

Isso significa que os movimentos sociais mostram, nas últimas décadas, características de lutas para a quebra de esquemas autoritários e construção de novos canais de participação nas decisões e execuções de

políticas sociais, apontando os serviços da assistência social, como necessários e essenciais para a melhoria da qualidade de vida<sup>2</sup>.

*“Os movimentos sociais devem ser vistos, também ( e neles, é claro, os seus agentes), como forças instituintes que além de questionar o Estado autoritário e capitalista, questionam com sua prática, a própria centralização/burocratização tão presentes nos partidos políticos” (SCHERER-WARREN, 1990:51).*

Por buscar garantir os direitos sociais, esses movimentos não ficam imunes às influências burocráticas do Estado. Todavia, depende do compromisso frente à população, bem como, a própria sociedade enxergá-los como direitos conquistados do que “chances alcançadas”.

É relevante colocar que começam a ser desvendadas novas formas de construção da cidadania, ou seja, os movimentos desencadeados em todo o país vêm envolvendo as pessoas na participação efetiva e direta. Quer dizer, as pessoas estão saindo às ruas, estão gritando mais do que antes, levam suas indignações e opiniões às praças e debates.

No Brasil os movimentos sociais passam a integrar um processo fragmentado e confuso. O problema está no estabelecimento da legitimidade destes movimentos, pois são julgados necessários e, muitas vezes, esbarram com a burocracia.

Se compararmos o início da década de 80 com o início da década de 90 no Brasil, podemos constatar uma reduzida presença dos movimentos

---

<sup>2</sup> Ver análise mais aprofundada sobre Serviço Social no item 2.1.

sociais. A impressão que se tem é de que as atuações outrora tão radicais, como dos ecologistas, feministas e estudantes, por exemplo, aparecem agora confinadas a comissões parlamentares, eventos, propagandas e até em novelas...

Surgem interpretações à situação dos movimentos sociais no Brasil. Alguns entendem que a eventual desmobilização dos movimentos indica uma cooptação pelas estratégias governamentais, bem como sua subordinação econômica e política. Outras interpretações, “mais amenas”, entendem que os movimentos sociais teriam se deixado levar pela fase da “Abertura” e a “Nova República”, supondo que seu crescimento seria contínuo e não prevendo o “refluxo” e a vulnerabilidade dos movimentos às práticas clientelistas herdadas do passado, bem como a presença do poder dos meios de comunicação que controlam a sociedade de massas.

Portanto, como o Brasil caminha num processo de democratização, houve um “momento dos movimentos sociais” como agora há um “momento dos partidos políticos”, sendo que os movimentos sociais e seus atores não deixaram de existir, mas passaram a interagir no sistema político partidário. Isso significa que os movimentos sociais se orientam, se dividem e se organizam face às alternativas políticas e ideológicas.

## 2. Política Educacional na sociedade brasileira: algumas considerações.

Estudar a educação no contexto da realidade histórica recente e passada, a partir de um enfoque social, exige um resgate de questões relacionados à formação da sociedade. Aspectos econômicos, políticos e culturais contribuíram para esse processo, sendo que a figura da escola foi tomando rumos de “ desenvolvimento ” e “ promoção social ”.

A educação, em seus primórdios, até a conquista do poder pela burguesia liberal, estava sob a dependência de instituições ligadas à igreja, limitando-se aos nobres e a pessoas destinadas aos seus serviços. No Brasil, especificamente, a igreja controlou por muito tempo as instituições de ensino, encarregadas também da reprodução da ideologia. A qualificação da força de trabalho, só mais tarde, com o desenvolvimento industrial, torna-se necessária com ampliação e inovação das técnicas de trabalho. É neste momento que a escola apresenta novas características.

Os estudos sobre a política educacional na sociedade brasileira se detêm quase que exclusivamente no setor educacional: pedagogos, orientadores educacionais, setores e frações da sociedade, especificamente profissionais comprometidos com a área da educação. Mas, freqüentemente,

propostas, projetos sofrem reformulações influenciada por princípios políticos-ideológicos, ou, ainda, alguns temas têm uma abrangência tão universal que tendem a transformam-se numa utopia, ou inviáveis. O importante é oportunizar uma ampla reflexão a nível de toda a sociedade, através da prática de discussões, buscando novos rumos, identificando as necessidades fundamentais, onde rompe-se com o autoritarismo que afasta, que fragmenta a sociedade, incluindo-a em um novo comportamento social das práticas sociais.

Entendemos como grande e preocupante problema termos um sistema educacional enrijecido pelo autoritarismo e caracterizado pela centralização do comando, o que provoca total perda de autonomia financeira, administrativa e didática da escola, ocorrendo uma descaracterização da sala de aula. Ou seja, a sala de aula passa a ser um local de “confrontos”, aluno-professor, aluno-instituição, aluno-aprendizagem, professor-sistema, professor ensino, etc.

Segundo o projeto de lei 1.258 de 1988 que fixa diretrizes e bases da educação nacional no IIº capítulo, artigo 2o., diz que:

*“a educação nacional, instrumento da sociedade, fundamentada nos ideais de igualdade, liberdade, solidariedade, democracia, justiça social e felicidade humana, no trabalho como fonte de riqueza, dignidade e bem estar universais”,*

mas este discurso sobre a formação de indivíduos como capazes de criticar a realidade social e conscientizar-se dos direitos e responsabilidades, desenvolvendo-lhes os valores éticos e o aprendizado da participação, não são tão visíveis como o objetivo explicita; apontando para uma desvinculada teoria-prática.

Muitos profissionais engajados nesta realidade (social, política e estrutural), procuram novos espaços para desvendá-las, com o objetivo de não vê-las fragmentadas, mas entendê-las como vinculadas dentro da mesma estrutura. É a situação da instituição escolar, desassistida e desorganizada em sua maior parte, principalmente na rede pública, onde os problemas são tratados obedecendo à lógica política de caráter clientelista.

Para que entendamos esse processo é importante a distinção entre educação e política educacional. Segundo MARTINS

*"... a educação,(...) pode existir livre e entre todos, como uma das maneiras que as pessoas encontram para tornar comum o saber, externando naturalmente as suas crenças. A política educacional, por sua vez, pressupõe organização, seletividade e criteriosidade sobre o que será ou não transmitido"(1993:8).*

Na realidade brasileira, a política social consiste em uma forma do Estado intervir em áreas específicas da sociedade onde são reorganizadas áreas da vida social como o trabalho, saúde, educação, família etc. Sendo a escola um sistema social caracterizado pela pluralidade de seus agentes

(professores, alunos, funcionários, dirigentes), cujas atividades podem e devem contribuir para o desenvolvimento social.

De acordo com as necessidades do capitalismo, reorganiza-se a questão educacional, isto é, a qualificação e formação dos membros da sociedade necessárias ao aumento da produção, torna-se uma das funções da escola. Várias questões como o 'ensino-aprendizagem, relação aluno-professor, professor-processo pedagógico', entre outras,<sup>3</sup> são identificadas como variáveis, e são extremamente importantes nesta realidade social.

A forma como a escola é organizada - "formal-burocrática"; contrapõe-se à autonomia didática, participação coletiva, organização democrática, pois é através destas que a escola expressa seu verdadeiro objetivo, construção de indivíduos mais participantes e conscientes.

A situação da escola na sociedade brasileira pode ser entendida conforme, FIOD:

*"Os movimentos da escola, a sua organização e suas características que adquirem refletem, de modo geral, as relações de produção existentes em um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas"(1990:58).*

---

<sup>3</sup> Ver a Revista Brasileira de Administração da Educação - desenvolve temas pertinentes à questões pedagógicas, necessárias e relevantes para o entendimento da instituição escolar. RBAE V.8 NO.2 JUL/DEZ.1992

A política educacional dirige-se a toda a população brasileira, abrangendo todas as classes sociais e não necessariamente os carentes, constituindo-se num

*“...instrumento político-econômico que visa disciplinar, ideologizar, instrumentalizar e profissionalizar a futura força de trabalho, voltando-se essencialmente para a população ainda não absorvida pelo mercado de trabalho”  
(FREITAG,1989:32).*

Na realidade,esse processo de “moldar” a sociedade conforme os objetivos da manutenção do desenvolvimento capitalista, “organiza”a educação de tal forma que essa passa a ser entendida e percebida pela sociedade”como a melhor forma para se desenvolver enquanto indivíduos”.

A postura do Estado não se dá em resolver os problemas ou atender as reivindicações da sociedade, mas de assegurar a sua hegemonia e o modo de produção, pois se a escola fizer parte dos aparelhos ideológicos do sistema, tornará trabalhadores, principais “figuras”desta “servidão”, prolongará e caracterizará o poder e o controle do Estado sobre as classes subalternas.

Neste sentido, o Estado, via políticas educacionais, reforça a formação dos indivíduos dentro do processo produtivo, pois, com a necessidade da produção industrial de mão-de-obra mais qualificada,foi concebida um nova função para a escola, conforme CUNHA:

*“a de reclassificar as pessoas oriundas das diferentes classes sociais conforme suas motivações e potencialidades inatas”(1989:113).*

Na medida em que ocorre a sustentação do Estado capitalista, é dado à escola a função de contribuir na manutenção do sistema e na harmonia social. Percebemos esta situação nas escolas públicas secundaristas, onde são oferecidas às classes trabalhadoras condições de qualificar-se para o trabalho industrial; e às classes dominantes a educação centrada nos estudos literários, na formação de médicos, advogados, ou seja, filhos da classe dominante.

No Brasil, a política educacional do Estado Novo tinha como objetivo transformar o sistema educacional num instrumento de fácil manipulação das classes subalternas. Até então, a classe subalterna não tinha acesso à escola, sendo que, com a necessidade do setor industrial de mão-de-obra mais qualificada, são criadas escolas profissionalizantes, e estas estão cada vez mais intensas, passando à população a idéia de que escola só é boa, quando oferece cursos profissionalizantes.

Devido à crescente diversificação da produção, especialmente na indústria, exige-se cada vez mais qualificação e diversificação da força de trabalho, principalmente a nível técnico, como uma forma de treinamento, pois esse tipo de trabalho nas indústrias é diferenciado da monocultura latifundiária, que não exigia nenhuma qualificação, onde a escola não era necessária.

*"O setor econômico (infra-estrutura) passa a reivindicar do sistema educacional o fornecimento de força de trabalho*

*adequada (ou seja, qualificada) para aumentar a produtividade das empresas, exercendo pressão para que o Estado e os indivíduos assumam no futuro os custos da qualificação e não a empresa”(FREITAG,1986:71).*

Na constituição de 1937 é legalizada a introdução do ensino profissionalizante, tornando-se obrigatório para as indústrias a criação de escolas para os filhos dos operários.

Na década de 40, a indústria nacional desenvolveu-se significativamente dado ao fato da conjuntura internacional estar em crise devido à IIª Guerra Mundial, onde a produção desviava-se para o setor bélico. Desenvolveu-se com significativa expressão novas formas de produção e estabeleceu-se na sociedade brasileira políticas que incentivassem a classe trabalhadora, ou seja, através de cursos, treinamentos com certificados, para que esta se sentisse “promovida,” e produzisse mais e com maior informação técnica principalmente.

Em 1942 criou-se o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) através do decreto 4048 de 22/01/42, tendo como objetivo a preparação de mão-de-obra para a indústria; como também o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) em 1946, com o propósito de formar contingentes para o setor do comércio.

Em 1947, o Ministério da Educação cria a Comissão de Estudos das Diretrizes e Bases da Educação, cujo objetivo era elaborar um anteprojeto

de lei orgânica da educação nacional, que orientaria a comissão do Congresso encarregada do assunto. Neste mesmo ano, ocorre a realização do 1º Curso de Aperfeiçoamento para professores do Ensino Industrial, e ainda neste mesmo ano participam do curso administradores e diretores de escolas técnicas nos Estados Unidos.

São verificadas nesta época mudanças na educação brasileira, através de uma “política de boa vizinhança” com os Estados Unidos, onde estes mostraram “preocupações com o subdesenvolvimento, e se aproximam com “boas intenções” diante da situação.

A burguesia enxergava com bons olhos a entrada do capital estrangeiro, pois para ela não se tornava efetivamente uma ameaça, mas visto como abertura de novas frentes de investimento, não sendo, portanto, percebido como um inimigo do projeto nacional-desenvolvimentista, já que sua penetração não demonstrava ter um sentido desnacionalizante.

*“Com o fim do período fácil de substituição de importações,(...) vão aflorando os conflitos, que até então só existiam de forma latente.(...) As classes médias, profissionais liberais, forças armadas, pauperizados pela inflação, sentem-se excluídos dos processos decisórios do Estado populista, que não mais representa os seus interesses, e que parece encaminhar-se para rumos de crescente radicalização”(FREITAG,1986:55).*

Com a promulgação da constituinte de 1946 são reiniciados debates em torno da política educacional, atentos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que se prolongou até 1961, quando foi sancionada. Esta lei, estabeleceu que tanto o setor público quanto o particular têm o direito de ministrar o ensino no Brasil em todos os níveis.

*“ A LDB reflete assim as contradições e os conflitos que caracterizam as próprias frações de classe da burguesia brasileira. Apesar de ainda conter certos elementos populistas, essa lei não deixa de ter um caráter elitista”(FREITAG,1986:58).*

Ao mesmo tempo que formalmente se desfaz a dualidade anterior do ensino, isto é, cursos profissionalizantes para as classes populares e cursos propedêuticos para as classes dominantes, é assegurado ao setor privado a continuidade e controle sobre o ensino, como também se vê um compromisso entre os interesses de uma burguesia e da classe conservadora, ligados ao capital estrangeiro.

A partir do momento em que a lei entrou em vigor, já se delinearam novas tendências de internacionalização do mercado interno, onde são anunciadas possíveis mudanças na organização do poder. Com certeza, a política educacional iria sofrer reformulações.

*“O elemento democrático da LDB fixado no Art.2 proclama a educação como direito e dever de todos. Isto materializado na realidade social, significaria que todos não só podem, mas tem a obrigação de estudar. Mas como estudar se faltam escolas,*

*professores, material, sendo impossível para muitos cumprir em sua obrigação e reivindicar em seu direito pela situação de classe? A lei não considera certos fatos. Ela omite uma realidade social em que a desigualdade está profundamente arraigada”(FREITAS,1986:66).*

A postura das Leis de Diretrizes e Bases da Educação transmite estratégias típicas da classe dominante, pois, em seus textos não são verificadas intenções de corretivo, mas formas diferentes de interpretá-las.

O sistema escolar sofreu uma série de interferências pós 1964, com o objetivo de adaptá-lo às novas formas políticas e ideológicas. Entre essas interferências a Reforma Universitária em 1968 e a Reforma de Ensino de 1º. e 2º. Graus, em 1971, fizeram parte de estudos elaborados entre o governo brasileiro e o americano. É visível e bastante significativo o fato de que a educação tornou-se assunto de interesse econômico, pois muitos estudos, planos e relatórios manifestavam preocupações com o ensino tanto médio como superior. Deixando claro, nestes que a educação é percebida como essencial ao desenvolvimento do país, por razões econômicas e sociais, onde toda a estrutura educacional tem primordial contribuição nesse processo.

As reformas no ensino deixam claro que o sistema escolar brasileiro é determinado pela burguesia dominante, tendo em vista a segurança nacional e o desenvolvimento do setor econômico. Com esta realidade,

movimentos coletivos, principalmente na década de 60, afloram contra as reformas estruturais de cunho capitalista e antinacionalista.<sup>4</sup>

Entre os anos 60 a 70, o Brasil teve um impulso de modernização e de elevação do seu parque industrial, ligado diretamente aos interesses do capital internacional e de frações da classe dominante no país. Havendo abundância de mão-de-obra, o valor da força de trabalho era extremamente barato, num mercado de consumo cobiçado.

A educação cumpria seu papel para que os objetivos do capitalismo se consolidassem, sendo que a implantação de reformas do ensino justificavam a necessidade de modernização. Na lei 5692/71, o ensino voltou-se para a preparação de profissionais no intuito de atender às demandas, justificando-se que havia carência de técnicos de nível médio para o desenvolvimento do país, através da valorização do diploma pelas empresas, etc

É importante observar que o desenvolvimento industrial na década de 70, principalmente, formou uma elite burocrata, não participante do processo “gritante”, atuando como elemento regulador do processo desenvolvimentista, levando a educação a acompanhá-lo como sinônimo de acesso a melhores condições de vida.

---

<sup>4</sup> Sobre os Movimentos Estudantis ver capítulo 2 item 2.1. Os movimentos sociais que afloram na década de 60, entre eles o Movimento dos estudantes, onde este tem um currículo riquíssimo de participação em importantes lutas e conquistas da história nacional.

Constata-se que a partir dos anos 80, os Estados brasileiros começaram a desenvolver uma tentativa de desvinculação entre escola - trabalho. Com o processo de redemocratização, a comunidade educacional realiza avaliações da política educacional, principalmente no que diz respeito à profissionalização.<sup>5</sup>

O projeto da LDB, que está em tramitação desde 1990 no Congresso Nacional, mostra que há muitas disputas entre conservadores, portavozes de uma maioria parlamentar, que negam a necessidade de nova LEI, e os progressistas, minoria, sofrem muitas dificuldades diante dos impasses políticos.

Enquanto isso,

*"... a crise educacional que aflige o povo brasileiro está praticamente ausente dos meios de comunicação, dos debates..." (MELLO, 1990:88).*

O texto da LDB aprovado pela Comissão de Educação Cultura e Desporto, é, sem dúvida, resultado de esforços da sociedade civil organizada, através de Fóruns Nacionais, onde entidades preocupadas com a situação educacional discutiram, encaminharam e questionaram, juntamente com propostas surgidas dos movimentos de educadores, sindicatos, cientistas,

---

<sup>5</sup> CARVALHO C.P.de. Ensino Noturno - realidade e ilusão. 1986, Levanta questões importantes sobre o ensino profissionalizante.

FREITAG.Barbara. 1987 vários fatores sobre o sucesso e fracasso da proposta profissionalizante

movimentos estudantis. O Texto é, afinal, o que o movimento social conseguiu fazer dele, considerando as mediações entre sociedade e congresso.

Enfim, procura-se entender se o texto na LDB abre espaço para compreensão de ensino, próximo àquele almejado pela classe trabalhadora, ou seja, se a nova LDB, no que se refere ao ensino técnico-profissional, é um avanço para a luta dos trabalhadores por uma educação voltada para os seus interesses.<sup>6</sup>

Com esta realidade, até aqui vista, buscamos entender o papel e o espaço da escola visando perspectivas de transformação dentro de um sistema capitalista. Analisaremos este processo como ponto de partida, pois estes fatores levam a crer que a política educacional brasileira confirma e promove a situação nacional vigente, ou seja, deixada em segundo plano.

Com esta situação, os canais de ascensão social das camadas populares são difíceis de serem abertos. Somente, acreditamos que, com os movimentos sociais comprometidos com todos os setores da sociedade é que esta realidade pode se reverter.

Diante desta perspectiva, analisaremos, no próximo ponto, como entendemos a escola e seu papel no desenvolvimento da cidadania.

---

<sup>6</sup> Para análise mais detalhada e profunda ver WARDE, Miriam Jorge. Educação e Estrutura Social: A profissionalização. S.P Moraes, 1983, 3a. Edição

### 3. ESCOLA E CIDADANIA: caminhos possíveis para uma nova sociedade

Na medida em que analisamos a política social e conseqüentemente a política educacional, nos itens anteriores, podemos perceber que a escola e o ensino estão vinculados a outras esferas da sociedade. A questão social é muito ampla e complexa, sendo que, para romper com a insegurança e a precariedade social em que o país vive, torna-se fundamental que amplos setores da sociedade se mobilizem, participem, busquem e somem esforços (das várias categorias profissionais), para solucionar os problemas sociais existentes.

Nestes setores da sociedade civil a qual nos referimos, cito a escola como espaço para desencadear propostas e projetos no sentido de mudar o seu próprio retrato e dos demais setores, pois a escola, dentro da sociedade, deve ter como objetivo principal o de contribuir para a formação e o desenvolvimento do cidadão,<sup>7</sup> para a melhoria da qualidade de vida, bem como de toda a sociedade. Por isto é parte integrante e inseparável de uma totalidade social.

---

<sup>7</sup> Ver dissertação Mestrado - SCHIMITZ, Sérgio. UFSC 1982p.82.

Ver Relatório: O Papel da Escola na Construção de uma Sociedade Democrática (FIOD) (GONÇALVES), 1987, EED/CED/UFSC.

*“A escola está inserida, portanto, num ambiente de grande instabilidade política, social e econômica, que alterando constantemente valores, necessidades e prioridades cria a cada momento novas demandas a serem satisfeitas pela escola e tornam obsoleto antigos valores, necessidades e prioridades” (RBAE, 1992:17).*

Vale repensarmos o papel e a função que a escola tem diante de uma situação social obscura e incerta, onde não temos certeza da tão desejada transformação da sociedade, partindo-se do pressuposto de que a educação é um direito de todos. Isso significa que o não acesso ao conhecimento contribui para o fortalecimento das desigualdades sociais, mas uma educação “mecanizada”, camuflada com intenções ao desenvolvimento capitalista, também leva ao enrijecimento das diferenças sociais, mesmo que essas não tenham se originado no interior da escola.

*“a escola contribui de duas formas para o processo de reprodução da formação social do capitalismo: por um lado reproduzindo as forças produtivas, por outro, as relações de produção existentes” (FREITAG, 1986:33).*

Na medida em que a sociedade muda, a escola segue o mesmo trajeto. Nesta alteração a formação do indivíduo é paralela, e vem dando-se no sentido de que na escola o aluno recebe formação e informações necessárias para o desenvolvimento dos meios de produção. Considerando a instituição escolar como uma das formas educativas na sociedade, que desenvolve habilidades e disciplinas necessárias à produção da riqueza, a mesma vem deixando de ser um espaço para transmitir e construir

conhecimentos, tornando-se mera repassadora de idéias prontas, oriundas de uma classe que dita as regras a serem realizadas pelas diversas camadas sociais. Essa concepção não significa que a escola gera desigualdades, ela explicita através das situações de exploração em que grande parte da população vive, com a tentativa de escolarização se torna às vezes um fracasso, pois o aluno, muitas vezes, precisa trabalhar e não tem tempo de estudar.

*“As diferentes políticas educacionais têm se pautado exatamente por uma ausência de política concreta para superar os problemas básicos da escola pública brasileira” (FRANCO, 1988:68).*

Estes conhecimentos a nível mais concreto, ligados às experiências de vida e às exigências históricas da sociedade, não recebem uma maior atenção, onde a escola é afetada por um conjunto de idéias desordenadas, e os professores tornam-se profissionais confusos e desamparados diante da realidade. Sobre esta questão, a função da escola deve ser analisada através de vários parâmetros, como:

*“...um dos espaços da sociedade civil onde se realiza o processo importante na organização popular (juntamente com as demais instituições). À medida que realiza a transmissão de conteúdos através das relações pedagógicas que lhes são específicas e se insere no contexto amplo das relações de hegemonia, sua função é dupla e contraditória: conservar/transformar a ideologia” (SCHLESENER, 1983:135).*

Diante do quadro de exploração e confusão de idéias, a escola exerce funções contraditórias da formação social, a conservação e a

transformação. Historicamente é demonstrado que os interesses das classes dominantes, a burguesia, influenciou burocraticamente a escola a descartar a aproximação do povo à cultura, isto é, passa-se a idéia de que os indivíduos não precisam disso, pois o que necessitam é saber como trabalhar. Informar culturalmente os homens para que possam interpretar sua história, seja ela cultural, social ou política, não faz parte dos objetivos das classes dominantes. Sobre esta idéia, Gramsci, define cultura como:

*"...organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista da consciência superior, pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os direitos e deveres (...). O homem é sobretudo espírito, isto é, criação histórica, e não natureza" GRAMSCI (apud MOCHCOVITCH, 1990:57).*

Na verdade, os papéis da escola devem estar voltados para a construção democrática de uma sociedade, desafiando os educadores, as autoridades, a própria sociedade, pois a educação que se almeja impõe a mudança da estrutura, levando as pessoas a possuírem um nível de vida mais digno e atuante. Refletindo-se sobre a escola, exige-se apreendê-la como uma instituição que se dá em uma sociedade capitalista e, nesta, existem propostas para mudanças, como também resistências.

Portanto, o que fortifica as resistências às mudanças, são as formas conformistas, reprodutoras, submissas e burocráticas inseridas nas instituições sociais, como, por exemplo, na escola. Enquanto que os projetos de

mudanças para uma escola democrática, desenvolvem-se na medida em que ocorrem discussões em torno da superação da mentalidade estabelecida por uma tradição tecnocrática, não valorizando a participação política.

As propostas pedagógicas, que insistem em ver a escola através de um olhar crítico, analisam as questões mínimas indispensáveis para se viver na sociedade capitalista, como contar: ler e escrever, mostram claramente que existe uma “desordenada teia de idéias”, que não proporciona aos alunos um domínio de leitura da realidade de forma crítica, bem como uma opção consciente por alternativas de desenvolvimento da sociedade, sendo que estas questões julgadas indispensáveis, tendem a não proporcionar ao aluno condições para compreender a olhar criticamente a história, a sociedade e a si próprio.

*“A união entre o saber teórico e o saber político, com base no conteúdo crítico passado através da escola e por ela socializado, constitui condição de participação histórica da classe social à qual pertence o aluno”(FIOD, 1987:39).*

A educação escolar é necessariamente histórica na sociedade, pois a forma de instrução repassada nas escolas<sup>8</sup> expressa a existência da relação capital/trabalho e, sendo esta extremamente conservadora, já que nossas

---

<sup>8</sup> São interessantes as discussões que Sônia M.Portella Kruppa, desenvolve sobre a dimensão da Escola no Brasil, onde realiza criticamente a educação escolar brasileira. “Marcada por problemas como falta de vagas e evasão, a repetência, o analfabetismo, o excesso de turnos, etc”SP (1993).

escolas oferecem, em sua grande maioria, principalmente as de 2o.grau, recursos e métodos voltados à necessidade de ampliar o quadro de exército de reserva para a manutenção do sistema de exploração.

É importante ressaltar que, na sociedade em que vivemos, podemos analisar a educação como instrumento de conquista, de cidadania, como também uma forma de controlar a liberdade, onde

*“... a educação passa a ser encarada como um santo remédio, capaz tanto de tornar súditos cidadãos livres, como de controlar a liberdade dos cidadãos”(ARROYO, 1988:36).*

Nesta perspectiva é importante refletir sobre a questão que está imbutida na política educacional, onde o sentido e a função da escola estão muito interligados aos objetivos políticos e econômicos do Estado, que proporciona uma idéia de “conquista” e de “ participação social.”Mas quais seriam as verdadeiras formas de conquista e participação?

Torna-se deveras preocupante na medida em que as camadas populares têm acesso à escola, pois o que norteia o acesso destas à escola são políticas disfarçadas, que mascaram o verdadeiro sentido. Podemos atentar para esta situação através de muitos projetos na área educacional, com objetivos claros de ruptura com esta situação de domínio, mas que não continuam sua trajetória devido à grande resistência dos grupos conservadores.

Os movimentos em prol da participação de uma escola mais democrática, mais transformadora, significam que:

*"A educação não é uma precondição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição"(ARROYO, 1988:79).*

Se a conquista da sociedade democrática far-se-á mediante a trans(formação) das relações de poder da sociedade atual, é neste espaço que o sentido político da escola relacionada ao trabalho, poderá ser explicitado. Trata-se, pois de um grande desafio em criar processos educativos orientados para um processo de democratização da sociedade.

Percebe-se que existe um vínculo profundo com o projeto neo-liberal dominante na realidade brasileira com a questão educacional, com conseqüências marcantes para a classe trabalhadora:

*"o mais grave na relação entre escola e a formação da classe trabalhadora no Brasil é que se fez tudo para que o trabalhador não fosse educado, não dominasse a língua, não conhecesse sua história, não tivesse ao seu alcance instrumentos para elaborar e explicitar o seu saber, sua ciência e sua consciência"(ARROYO apud SILVA,1988:105).*

É impossível realizar uma abertura democrática na educação, sem resgatar a consciência do verdadeiro papel da escola para os demais segmentos da sociedade, ou seja, é preciso mobilizar e motivar as forças internas e externas à escola, através de reuniões com a comunidade (interna e externa).

Essa mobilização implica preparar os espaços e locais para a participação, que indiscutivelmente a instituição escolar pode oferecer.

Para um entendimento mais claro sobre esta questão, podemos analisar os diferentes momentos históricos na formação do sistema educacional. Este sistema no início das sociedades capitalistas excluía todos os trabalhadores, estando direcionado apenas às classes dominantes.

Em um segundo momento, à medida que ocorria a expansão do trabalho fabril, passou-se a exigir trabalhadores alfabetizados e que dominassem operações aritméticas elementares; daí a necessidade de construção de escolas para filhos dos operários, com objetivos de construção de uma massa operária. Construídas escolas secundárias com o objetivo de qualificação para o trabalho industrial.

Por fim, uma outra ligação seria o estabelecimento de oportunidades de ascensão social à classe subalterna e a esta, por sua vez, é transferida a responsabilidade de cumprir tarefas imprescindíveis ao desenvolvimento da “nação”, enriquecendo a classe dominante.

Chega-se à situação atual com os mesmos objetivos, que são disfarçados pela política neoliberal. Acredita-se, pois, que a construção e mudança da sociedade democrática, efetivamente, só acontecerá com a participação mais presente de parcelas da população nas decisões

políticas. Verificamos esse processo mais claramente através da atuação das pessoas nos movimentos sociais.

Na organização da população quanto as necessidades educacionais, é importante destacar que as comunidades, associações de bairro, professores e estudantes devem atuar coletivamente para o fortalecimento e recuperação das condições estruturais básicas da escola, voltando-se à construção do conhecimento. Acredita-se que a democratização da escola significa novas perspectivas, debates e o entendimento da necessidade de novas propostas, isso implica a movimentação de profissionais atentos ao processo de transformação.

Sobre a análise desses papéis fundamentais da escola e sobre sua contribuição na transformação de uma sociedade melhor, parte-se da premissa que,

*“o papel da escola, pois, é fundamentalmente transmitir, de maneira lógica, coerente e sistemática, os conhecimentos acumulados historicamente pelo homem, ou seja, os conhecimentos científicos, tecnológicos, filosóficos, culturais, etc, indissolvelmente ligados à experiência dos alunos e às realidades sociais mais amplas”(FRANCO,1988:56).*

Anteriormente colocamos a escola como fazendo parte de uma totalidade, mas isso não significa que a função é a mesma da família, da fábrica, dos partidos ou de outros segmentos da sociedade. A escola não pode ser pensada isoladamente, mas com as demais práticas sociais.

Através de uma leitura mais progressista, esta questão de transmissão de conhecimentos não pode ser visualizada apenas como forma de apreender e ensinar exclusivamente, mas de contribuir para a conquista e construção de uma sociedade mais participativa, atuante e conquistada coletivamente, através dos movimentos que caracterizam a aprendizagem, o conhecimento, a participação e o cidadão. É evidente a escola reencontrar seu papel inovador na medida em que novas idéias, novas formas de conhecimento, como forças progressistas serem introduzidas e que estas desmascarem a “carapuça” autoritária e burocrática da instituição. Simultaneamente a escola é um aparelho ideológico do Estado e uma ameaça à ordem imposta.

A categoria da participação do indivíduo está ligada à idéia de democracia e cidadania e, para que estas sejam praticadas, é necessário desvendá-las, descobri-las e construí-las com a contribuição dos canais e espaços privilegiados dentro da sociedade. E o processo de conquista da cidadania, por sua vez, mostra-se ainda fragmentado socialmente, tornando-se eixo principal deste trabalho.

Estes espaços ou canais apontados são de primordial importância, uma vez que nestes podem e devem ser transmitidos aos indivíduos os conhecimentos concretos, ou seja:

*“os conhecimentos devem ser, antes de tudo, reflexão sobre o próprio modo de vida social e não mera assimilação, por parte*

*do aluno, de conhecimentos concebidos como autônomos e colocados como culturais em si mesmos”(FRANCO,1988:59)*

A escola, neste aspecto, possui papéis fortes para analisar, criticar e construir a sociedade a partir do que já existe. Mas, para que isso ocorra, a leitura da realidade histórica precisa ser reavaliada, podendo ser pano de fundo, através dos movimentos da sociedade que afirmam a importância que o espaço escolar possui na questão da conquista e construção de sujeitos políticos. Essa reavaliação talvez tenha como ponto de partida as experiências do tempo, ou seja, os movimentos populares passados em prol do fortalecimento dos educadores e sua práticas. Nesse processo atual se faz obrigatório compreender que a “transformação social” não dar-se-á através de um entendimento “mágico”, “ilusório” da realidade, mas de uma desmistificação, de um desvendamento das múltiplas relações que ocorrem no interior das organizações.

Sobre os sujeitos políticos desta relação, tentamos desvendar, através dos movimentos na sociedade, a categoria cidadania, pois esta só existe enquanto praticada coletivamente. Contudo, a participação ocorre no movimento ativo dos sujeitos, de formas e meios diferentes. Na escola essa participação se dá na apreensão dos conhecimentos sistemáticos, na luta por melhor estrutura, por mais verbas, pela participação de toda comunidade escolar em reuniões e decisões.

Partindo-se da idéia de que a escola é um direito e diante das diferenças sociais que nesta são expressados, a sua função deveria voltar-se para a superação destes limites, pois, como meio de desenvolver a cidadania, é importante entendê-lo como forma que possibilite à população a discussão e a interferência na direção dessa sociedade.

*"Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão"(COVRE,1993:10).*

Tornou-se esta leitura a fundamentação básica para acreditar que o espaço escolar é local privilegiado de expressão da cidadania. Neste desvendamento da escola, dita democrática, são analisadas as formas para esta conquista. Seria um excelente início vermos a escola como anfitriã para essa construção, pois é na escola que, de forma coletiva e organizada, deveria iniciar-se a prática e compreensão desta categoria, ou seja, a prática de direitos civis, políticos e sociais. E para que estes direitos sejam efetivamente realizados, eles devem estar interligados.

Os direitos civis, na realidade brasileira, são pouco respeitados. Vivemos no Brasil duas décadas de anticidadania, de tortura, de não liberdade de expressão e até de eliminação daqueles que se opunham à forma de pensar e agir da classe dominante. Daquela época para cá, ocorreram mudanças nos governos que, mesmo dentro de uma nova República, dita democrática,

assistimos fenômenos que mostram a não cidadania, como por exemplo, os esquadrões da morte, a marginalidade de um povo em consequência da exclusão do trabalho, do salário, ou ainda grande número de trabalhadores, principalmente em áreas rurais, que vivem sob o regime escravo (entre crianças e adultos), a fome e a injustiça social.

Sobre o direito ao corpo de que tratam os direitos civis, o capitalismo contemporâneo, baseado na tecnologia, exige das mentes e corpos da classe trabalhadora esforços sub-humanos.

Os direitos sociais dizem respeito ao atendimento das necessidades básicas, ou seja, alimentação, habitação, saúde, educação, etc.

São poucos elogios e considerações positivas à realização destas necessidades. Em um país de 32 milhões de indigentes, com armazéns do governo lotados de comida estragando, pela falta de administração pública de nosso dinheiro, a questão da fome no Brasil, é uma situação não levada a sério pelos políticos, como também pelo próprio governo.

A população não recebe saneamento básico, muitos morrem devido a doenças do século XVIII; enquanto que os desvios de verbas são repassados para construções de estradas, pontes e obras nunca encontradas. E quanto à educação, quanto menos o povo for instruído melhor, menos exige, menos participa. É uma situação envolvida por um projeto neoliberal que se

disfarça de movimento pró-cidadania, expondo a sociedade à situações de extrema seriedade. É uma leitura atual a qual assistimos e a qual fizemos, por que vivemos nesta realidade, convivemos com ela.

Quanto aos direitos políticos, estes dizem respeito à liberdade, ao direito de livre expressão, de pensamento e prática política, onde existem, portanto, movimentos e entidades que trabalham e desenvolvem questões de ordem coletiva como: os partidos, sindicatos, movimentos sociais (associações, movimentos estudantis, movimento feminista, movimento sem terra, etc).

Segundo COVRE,

*“...esses direitos, por sua vez, são dependentes da co-relação de forças econômicas e políticas para se efetivar” (1993:15).*

Diante destas questões que permeiam os direitos do homem para podermos sobreviver, é necessário refletirmos: realmente somos cidadãos? ou talvez estejamos ainda procurando o caminho para a cidadania?

Os caminhos são muito complexos e difíceis de serem desobstruídos. É necessária participação e insistência. Acreditamos que estes caminhos existem, como os movimentos sociais - dentre eles o Movimento Estudantil, que levam a crer na possibilidade de reconstrução de canais para a participação coletiva.

Defendemos a idéia de que a escola possa ser um canal de participação, ou seja, “a escola não é mais um espaço fechado”, conforme

(GADOTTI,1992:57).Isso significa que a escola tem um papel importante em unir-se ao mundo exterior através de várias atividades e espaços sociais. Essa tese defendida por GADOTTI, mostra a possibilidade da “escola autônoma”, isto é, que a escola possa transformar-se, dependendo dos sujeitos desta: os alunos, os professores e da comunidade.

Entre os movimentos sociais, a organização estudantil, dentro da instituição escolar, é considerada um importante acesso aos indivíduos para conhecerem e desenvolverem a cidadania. É um caminho difícil, pois muitas escolas são conservadoras, dificultando ao corpo discente a exposição de idéias, de propostas quanto a comunidade escolar e ao desenvolvimento do aprendizado.

Na sociedade brasileira, especificamente a catarinense, as escolas foram marcadas nas últimas décadas pelo regime autoritário, colocando o setor educacional subordinado ao processo do desenvolvimento econômico.Isto significa que as práticas pedagógicas foram submetidas à ordem imposta.

A escola passa a ser.

*“caracterizada como uma instituição disciplinar, através, principalmente, da análise da organização dos espaços, que distribui e faz circular os indivíduos numa relação de poder”(LEAL,1985:5).*

Este estudo busca analisar a escola, focalizando-a como espaço para a

organização e entendimento coletivo dos indivíduos que por ali passam, onde são localizadas muitas dificuldades e limites.

## **II °. CAPÍTULO**

### **2 A Prática do Serviço Social na Instituição Escolar**

#### **2.1 - Breve Caracterização do Fenômeno Educacional em SC**

A educação em Santa Catarina, especificamente em Florianópolis, assim como a de qualquer outro Estado expressa, apesar de suas realidades locais, a educação brasileira e, desta forma, uma determinada totalidade social.

Para a compreensão da realidade educacional catarinense, não basta estudarmos a história brasileira e sua formação social, política e econômica, mas estabelecer pontos estratégicos, como os fenômenos históricos caracterizados aqui como movimentos sociais. E estes influenciam política e administrativamente o desenvolvimento social e pedagógico da instituição escolar. Para a compreensão da atuação de qualquer instituição escolar é imprescindível o conhecimento da estrutura educacional do Estado ou a organização da política do setor educacional. Tal setor em Santa Catarina, só sofreu maiores mudanças e atenção no final da década de 60 quando, de forma regular, ocorreram mudanças no sentido de reestrutura administrativa, com o fortalecimento da burocracia do sistema educacional,

enquanto que os aspectos da organização pedagógica não recebiam maior atenção.

Segundo estudos realizados por SANTOS (apud LEAL 1988:22), um diagnóstico da educação catarinense na década de 60 aponta para um quadro eminentemente conservador. Algumas características são apontadas pelo autor:

- “ íntima ligação entre a educação e a política partidária, esta dominada por mecanismos tradicionais, dos quais o clientelismo é a maior expressão;
- abordagem dos problemas educacionais, pelas “autoridades competentes”, sem qualquer perspectiva mais global dos mesmos, de forma isolada, fragmentada e descontínua;
- “permanência dos velhos padrões administrativos, onde a “experiência” ou “familiaridade” do administrador com certas parcelas da realidade formam as diretrizes sobre as quais repousam suas decisões””.

Pode analisar-se que forças conservadoras sempre estiveram atuantes no sistema educacional em Santa Catarina, pois uma reorganização do sistema educacional com objetivo de ajustá-lo, como também de torná-lo cúmplice no projeto de modernização do país, mostrou que a escola sofreu e sofre processos de burocratização, como o ensino

também. Nesta perspectiva, os alunos e professores devem adaptar-se ao processo que é imposto sem o mínimo de sua participação. É neste quadro que medidas repressivas foram impostas, visando a desmobilização da sociedade - principalmente dos estudantes e professores das universidades e das escolas secundárias - vivendo-se um período de apatia, medo e silêncio, onde a alienação foi nascendo e tornando-se “exercício obrigatório de professores e alunos”.

No período pós 64 em todo o país, Santa Catarina não foi diferente. A questão da ordem é levada ao pé da letra pelas autoridades em geral e pelas autoridades educacionais, com ênfase numa postura autoritária, centralizada e burocratizada.

Em 1979, com o então processo de abertura política, tem-se, aos poucos espaços abertos pela ‘sociedade civil’ para que retome suas condições de defender seus interesses, organizar e manifestar-se politicamente.

Considerando a necessidade de trabalhar a função da educação, sua ligação com a sociedade e o Estado, vale refletir sobre a importância da democratização da escola, a escolha de seus dirigentes, a relação de poder existente dentro desta, de maneira que sejam recuperadas propostas e ações que visem a formação de cidadãos.

O planejamento educacional em Santa Catarina é analisado por algumas pesquisas e trabalhos<sup>9</sup> como uma forma de intervenção do Estado que visa a implantação de uma política educacional, tendo como fim conduzir o sistema educacional a realizar as funções que a este são atribuídas, como instrumento do Estado. Mostrando, portanto, que o planejamento torna-se eixo principal para o desenvolvimento da educação, dentro de um prisma político e administrativo, não se estendendo à participação da sociedade.

O movimento dos docentes em Santa Catarina, dentro da realidade educacional, principalmente na década de 80,( especificamente no ano de 1983) com movimentos de greve da categoria, surge como um ato político. Tendo portanto, a possibilidade de discussões e decisões sobre a educação por parte de quem de direito compete discutí-la ( além da comunidade) - o educador.

Especificamente, o movimento docente neste período contribuiu num processo de discussão democrática sobre a educação catarinense, que antecede o Plano Estadual de Educação 85/88, deixando de forma explícita:

---

<sup>9</sup> Ver "Papel da Escola na Construção de uma Sociedade Democrática" - Relatório - FIOD, Edna G.M CED/UFSC 1987.

Ver "A Política Educacional do Estado de S.C e seus reflexos..."- SILVA, Maria Conceição de F.C.

Ver "Política Partidária e Educação em SC" - FIOD, Edna G.M. EED/CED/UFSC 1990. Relatório (Coord), EED/CED/UFSC(1988)

“... o direito do povo apresentar propostas refletindo o tipo de educação que deseja. Com isso o novo Plano aponta para criação de uma vontade coletiva organizada”(SILVA 1988:70).

Decorre destes movimentos das instituições ,(entidades da categoria<sup>10</sup>) o entendimento de que os educadores, sendo estes integrantes e sujeitos da unidade de ensino, percebem e indicam com maior participação e envolvimento os problemas educacionais existentes. Neste movimento exige-se maior participação na elaboração das políticas educacionais, como a descentralização da administração e a democratização da educação. Salienta-se o comprometimento na construção de uma educação e uma escola que fale a língua do povo e não a linguagem da elite dominante.

Neste avanço no que se refere à participação do movimento coletivo centrado na democratização da educação, aponta-se para um caminho onde efetivamente a escola seja o ponto de partida para que todos os membros desta ( alunos, professores, pais, especialistas, diretores e

---

<sup>10</sup> ALISC - Associação dos Professores Licenciados de SC;  
AOESC - Associação dos Orientadores Educacionais de SC;  
APUFSC - Associação dos Professores da UFSC;  
ASESC - Associação dos Supervisores Escolares de SC;  
APGF - Associação dos Professores da Grande Florianópolis;  
ACP - Associação Catarinense de Professores;  
CALPe - Centro Acadêmico Livre de Pedagogia (UFSC);  
DCE - Diretório Central dos Estudantes (UFSC);  
UCE - União Catarinense de Estudantes.

funcionários), sejam sujeitos do processo de transformação e democratização da educação em Santa Catarina.<sup>11</sup>

A participação coletiva no processo administrativo e pedagógico é significativamente importante para resgatar a representação das classes, categorias e setores, entidades estas que apontam para propostas concretas de mudanças na sociedade.

“Para se democratizar a Escola é necessário que ela seja aberta à participação de amplos segmentos da sociedade para que estes tenham voz e voto e sejam capazes de tomar decisões sobre o que acontece no âmbito da Escola”(RODRIGUES, 1984: 45).

A participação coletiva se estende à organização estudantil, impreterivelmente. Em Santa Catarina, os estudantes de 1o. e 2o. graus possuem como entidade representativa a UCES (União Catarinense dos Estudantes Secundaristas), ligada a nível nacional à UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas). A UCES em Santa Catarina teve sua fundação em 1956, mas com o período militar da década de 60, esta entra na ilegalidade, sendo reestruturada, em 1985, com apoio da entidade nacional, como também pela lei federal que permite a formação de grêmios e entidades representativas dos estudantes.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Para análise mais específica do envolvimento da comunidade a nível de participação no sistema educacional em SC, ver Pesquisa Elaborada pelo Curso de Especialização em Educação CED/UFSC, “A Pesquisa educacional do Estado de Santa Catarina e seus reflexos sobre a situação das escolas...”, (SILVA coord), 1988, p.70 à 75, 140 à 151.

<sup>12</sup> Lei Federal no. 7.398 de 04/11/85, assegura a organização de Grêmios Estudantis, como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes de ensino Fundamental e Médio em qualquer Escola do País.

A reestruturação no âmbito de representação dos setores da sociedade excluiu na década de 60 a representação estudantil, sendo esta na década de 70 forjada através da criação dos Centros Cívicos, onde esse processo passou a assegurar o “exercício da cidadania”. Ou seja, para não parecer autoritário e repressor, o governo tratou de substituir as entidades estudantis por Centros Cívicos que deveriam caracterizar o bom comportamento e só promover atividades culturais, esportivas, recreativas e ainda irradiar as práticas educativas através das disciplinas Educação Moral e Cívica. Discutir questões políticas, jamais!

Estabelecendo o aperfeiçoamento do educando.

O que acontece?

Os movimentos estudantis esvaziam-se, os estudantes ficam sem entidade que os represente e praticamente sem nenhuma atuação política.

No final da década de 70 e início de 80, o movimento estudantil (o que restava dele), atravessou um momento crítico. O autoritarismo burocrático é revelado nos discursos e nas práticas políticas, sendo que mesmo o país vivendo um processo de abertura política, a classe conservadora tenta propor ideologias disfarçadas para a manutenção de sua autoridade repressora.

Neste emaranhado político, havendo resistências de um lado e aberturas de outro, instituições sociais como as escolas se posicionavam muito limitadamente a essa abertura, pois o movimento dos estudantes, principalmente, não era bem aceito nas instituições, já que para os diretores das escolas, estes possuíam características de revolucionários, “baderneiros”, “contras”. E para que não ocorresse desacatos, as finalidades voltavam-se à manutenção do autoritarismo, com o estabelecimento em 1975 de um “manual” - legislação para criação e funcionamento dos Centros Cívicos nos estabelecimentos de ensino dos três níveis, onde estes tinham entre as várias finalidades:

“considerar o civismo nos três aspectos fundamentais: caráter, com base na moral, tendo por fonte Deus, nos termos do Preâmbulo da Constituição do Brasil; amor à Pátria e às suas tradições, com capacidade de renúncia; ação intensa e permanente em benefício do Brasil”( Art.32 inciso 2o., letra “a” do decreto 68.065/71)(anexo 1).

Nas instituições escolares, as agremiações ou os centros cívicos possuíam total subordinação e dependência de seus diretores. Estas entidades dentro da escola possuíam um caráter cultural, com objetivos de promover festas, jogos e levar os alunos a desenvolverem “princípios corretos”: formar o caráter e os valores.

Essa forma repressora “menosprezou” e não considerou as entidades representativas do movimento estudantil. A intenção dos Centros

Cívicos era “doutrinar” os alunos via um conceito de civismo, moldado pelo autoritarismo, ficando claro na seguinte citação do decreto 68065/71:

“... formar o caráter do brasileiro e prepará-lo para cidadania democrática”

Esse tipo de postura autoritária desenvolveu-se, de tal forma, a irradiar nas instituições escolares conflitos entre alunos, professores e direção, com movimentos em prol da democracia política no entendimento de que cidadania não se consegue com treinamento ou obediência hierárquica para exercitá-la; cidadania se conquista se constrói a partir dos movimentos de todos os dias, em atitudes e situações.

Os Centros Cívicos identificam aquela forma de organização através dos “códigos de honra” implantados em alguns estabelecimentos, entendendo-os como “mandamentos” para controlar a vida dos alunos dentro da escola. Consideradas como normas que se não obedecidas, caracterizaria uma postura “contra” as formas entendidas e impostas como “orientadoras para a formação do cidadão.”

Cabe colocar que essas formas trazem seqüelas ao presente, ou seja, alunos daquele momento passado, que viveram e aprenderam num processo de constante vigilância e normatização autoritária, hoje muitos são pais e professores e, de certa forma constroem suas atitudes a uma participação mais intensa, pelo fato da acomodação e da não credibilidade

para com os movimentos sociais. Passados trinta anos de um período repressor, a escola com algumas exceções, não desenvolveu a prática política e a convivência democrática. Deliberadamente não se trabalha nas escolas esse relacionamento democrático, levando, muitas vezes, o aluno a desenvolvê-las nas entidades estudantis fora da escola, como as UEES (União Estadual de Estudantes Secundaristas), UMES (União Municipal de Estudantes Secundarista),<sup>13</sup> etc... Sobre esta organização, entende-se que:

“... a medida em que é parte da mobilização geral das camadas sociais, que, através das sociedades capitalistas, a organização estudantil ganha cidadania na sua auto-organização, (é onde) pretendem “tomar a palavra” (TRAGTENBERG, 1982:69).

Essa concepção indica que o movimento estudantil é essencialmente político, não necessariamente partidário, mostrando-se dentro de reivindicações organizadas frente aos detentores de poder, como também à ampliação dos direitos civis e políticos, lutando pelos direitos enquanto direitos humanos.

Como organização e porta-voz dos estudantes a nível nacional, a UNE teve relevante papel de liderança na década de 80, buscando, juntamente com as demais entidades estudantis, a reestruturação do

---

<sup>13</sup> Sobre o desenvolvimento histórico e participação política das entidades (UNE, UBES, etc...) ver: MENDES JR, Antonio. Movimento Estudantil no Brasil, Brasiliense, 1992

movimento nacional, iniciado com a extinção dos centros cívicos, a criação de “grêmios livres” numa perspectiva de conquista concreta.

A conjuntura percebida nesta década, com problemas do processo de desenvolvimento econômico, a dependência das relações internacionais e a resistência política, proporcionava ao movimento estudantil se reerguer apoiando os demais movimentos sociais.

Em 1988, a nível nacional, a Assembléia Nacional Constituinte assistiu a uma das maiores manifestações populares, lideradas pela UNE e UBES e, regionalmente, pelas entidades UEEs( União Estadual de Estudantes) e DCEs (Diretório Central de Estudantes) em todo o país. Os estudantes pressionaram deputados sobre a questão da educação, em defesa do ensino público e gratuito, pela exclusividade das verbas públicas para as escolas públicas. Com muita luta destas entidades, juntamente com demais entidades da sociedade civil, foi garantida na Constituição a gratuidade do ensino nos estabelecimentos públicos.

No ano de 1990, o Governo Fernando Collor de Mello foi caracterizado principalmente por um descaso em relação à educação, ciência e tecnologia, iniciando um projeto neoliberal, visando privatizações de Universidades, escolas e setores públicos.

A entidade catarinense, UCES, localizada à rua Jerônimo Coelho n 39 A, Centro - Florianópolis SC, esteve presente nos vários movimentos. Entre eles - vale recapitular - os movimentos populares que tomaram praças, ruas em todo o país, onde era exigido ética na política, no governo, punições a figuras como Collor e PC Farias, mostrando uma face da nação, onde praticamente grande maioria eram alunos, jovens de “cara pintada” demonstrando sua consciência diante dos fatos, indignados com a realidade brasileira.

Esta experiência de exercício da cidadania, tornou-se um importante passo para o resgate da atuação do indivíduo politicamente, bem como da impotência das entidades estudantis. A realidade nacional em sua complexidade necessita ser discutida pelos vários segmentos da sociedade. O aluno, enquanto sujeito político, tem o direito de discutir sobre essas questões. Sendo, pois, imprescindível que esta realidade não fique apenas fora dos portões das escolas, mas que esteja inserida através da participação estudantil na escola, discutindo-se política, direitos, deveres etc., e derrubando o mito de que a escola não é espaço para esse tipo de discussão, espaço este reservado apenas a ser uma prática partidária ocorrida em praças e comícios.

São estas práticas que fortalecem o sentido de cidadania dentro das escolas, como os grêmios estudantis, conselhos de escola, eleições de diretores, etc., pois permitem a discussão e a participação individual e coletiva, buscando-se soluções de problemas e alternativas para uma sociedade melhor.

## 2.2 O Estágio de Serviço Social e a interface com o setor pedagógico.

Na época da realização do estágio, que ocorreu no período de agosto de 1992 a dezembro de 1993, a estrutura organizacional do colégio dispunha de um regimento, em 1992, ainda vinculado à FESC, datado em 1988, o Plano Organizacional de 1992 e um documento normalizador sobre aspectos da vida escolar.<sup>14</sup> Sobre o Plano Organizacional cabe colocar que a estrutura analisada é composta por vários setores, entre eles: Conselho Diretor, Centro Cívico Estudantil, Conselho Comunitário e setor de Serviço Social, sendo que estes até o momento da realização do estágio estavam desativados. A importância destes no desenvolvimento político pedagógico da instituição, bem como fator essencial ao processo participativo e social na comunidade escolar leva a uma compreensão de como acontece historicamente a escola na comunidade.

Esse envolvimento dos demais segmentos da comunidade na instituição escolar contribui para uma escola cidadã, isso se realmente praticadas de forma efetiva no colégio.

---

<sup>14</sup> Documentos analisados: “Diretrizes para uma ação globalizadora dos docentes do C.A.R.S”(anexo II)  
“Plano Organizacional do C.A.R.S de 1992”(anexo III).

A Direção do colégio está a cargo de um Diretor Geral, seguido da Direção Administrativa e Direção de Ensino, ao qual estão subordinados a orientação, supervisão pedagógica e coordenadores de turno.

Nos primeiros contatos com o Colégio foi constatado que o Diretor fora eleito através de eleição entre alunos, funcionários e professores da instituição; este por sua vez, afastando-se, toma posse o vice que até a presente data realiza atividades na direção do C.A.R.S.

Em relação às eleições cabe expor sobre a lei 8040 de 27/07/90, que regulamentava sobre o processo de eleição de diretores de estabelecimentos de ensino em Santa Catarina, sendo que esta não mais vigora, passando ao Secretário Regional a indicação de Diretores de Estabelecimentos de Ensino.<sup>15</sup> Esta situação perante à comunidade escolar do C.A.R.S, especialmente os alunos, não foi entendida como democrática pois esta deseja participar reclamando de sua ausência no processo.

A partir da exclusão dos alunos de dentro da própria 'organização', no caso o processo de eleição de diretor, é nítido o objetivo da ordem burocrática. Na medida em que as decisões se concentram na cúpula do poder, é produzida a desmobilização, a apatia e a condição de sujeito é ameaçada, levando ao distanciamento entre os sujeitos da instituição, onde o

---

<sup>15</sup> Informações obtidas no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Estadual de Educação.

relacionamento entre estes passa a ser exclusivamente formal, “aluno-aprende, professor-ensina e administrador -administra. Não ocorrendo uma forma mais expressiva ou ‘aberta’ de desenvolvimento estrutural.

Sobre esta questão, remetemo-nos à estrutura administrativa estadual, onde às Secretarias Estaduais compete e apresentam seus decretos e leis a partir do órgão deliberativo, o “Conselho Estadual”, sendo ali discutidas e apresentadas propostas educacionais. Avaliamos que, se a presença do Estado no estabelecimento do processo eleitoral põe em votação ‘os interesses do poder’, sentimos a política educacional como conservadora e autoritária.

Sobre o processo de eleição de diretores, questão muito citada pelos alunos, ficou reduzida a questão nas formas possíveis de escolha: a) diretor de carreira; b) concurso público; c) livre indicação pelos poderes do Estado; d) eleição. Entendemos que a eleição pela comunidade escolar é a mais rica das formas, pois favorece a discussão democrática e é uma maneira de debater idéias. Porém, não sendo esta a discussão principal do trabalho merece atenção pelo fato da característica de espaço democrático levantado pelo corpo discente, e através desta forma sente-se a possibilidade de maior participação efetivamente; e se a eleição servir para esse processo, torna-se extremamente válida e positiva.

Sobre a realidade organizacional cabe colocar sobre a estrutura de ensino (anexo III), especificamente no período noturno, onde contatamos com orientadores e supervisores educacionais, onde fora identificado como problemático, pois apresenta um quadro de docentes (ACT - Admitido por Contrato Temporário), principalmente, maior que os efetivos (anexo IV). Sua estrutura de trabalho envolve questões burocráticas (frequências de alunos, professores, planos organizacionais, boletins, conselho de classes, etc), enquanto atividades com o corpo discente de forma mais dinâmica, ou seja, alternativas educacionais extra-programa, não existem.

Quanto ao funcionamento do colégio, este atende e atua de forma orgânica quando os professores estão em suas respectivas salas de aula como também quando os alunos estão desenvolvendo atividades pertinentes àquele espaço. Pelo fato de serem alunos do período noturno e trabalharem fora, as atividades externas como visitas, encontros ou seminários não ocorrem. O modo como a escola se organiza e funciona contribui, seguramente, para a construção de uma visão de mundo, pelo aluno, na qual a ordem social lhe surge como uma ordem imutável. Nessa ordem, o conformismo, a submissão e o cumprimento da norma, são estimulados por várias situações expostas aos alunos.

“...eu quero é me formar, o colégio fica, eu vou embora...”

Entendemos a gravidade dessa situação. O próprio colégio possui seus limites, os alunos também, mas sentimos uma situação grave, o aluno recebe as situações prontas ( programas, sistematização pedagógica, normatização), estes reivindicam a participação no conselho de classes para entenderem como ocorrem as normas, poder se defender e propor alternativas ao funcionamento bem como quanto ao próprio aluno.

Quanto às assembléias realizadas são convocados pais e professores, sendo que em relação aos alunos não existe representação. Não sofrem estímulos para conhecer, criticar “que está pronto”, vale repensar suas reações enquanto sujeito de direito dentro da comunidade escolar. Vale também repensar quanto à democracia, como também se a teoria está sendo praticada na escola e o que se entende sobre a mesma.

Vários fatores, como sociais, econômicos e culturais influenciam direta ou indiretamente na realidade educacional, mostrando a complexidade do cotidiano da vida escolar. Torna-se imprescindível que a escola, face à realidade dos alunos, realize estudos sobre seus valores, opiniões, sugestões, críticas, para que o corpo pedagógico possa analisá-la com dados concretos. Não podemos entender efetivamente uma prática transformadora na vida

escolar sem a participação da comunidade escolar, (alunos, funcionários e professores), de forma democrática e participativa. Essa realidade é percebida através da observação da dinâmica de trabalho dos profissionais a respeito do comportamento dos alunos que devem obedecer regras e normas, sem uma efetiva participação mais atuante, mas os alunos que percebem deficiências na instituição não possuem espaço para expô-las, como podemos perceber no depoimento abaixo:

“... não gostamos de greve, mas o que vamos fazer; não somos convocados para reuniões, não decidimos nada, não somos consultados, então vamos para casa e voltamos quando os professores decidem voltar ...”

A análise sobre o estabelecimento mostrou de forma concreta a presença muito forte de ações conservadoras, caracterizada por práticas disciplinares estáticas, sem alternativas e criatividade pedagógicas, ou seja, não foram desenvolvidas alternativas na própria estrutura educacional implantada via Plano Organizacional, demonstrando um certo desencontro entre os setores do colégio.

### 2.2.1. O Serviço Social na estrutura do C.A.R.S

O Serviço Social escolar foi regulamentado na lei de diretrizes e bases no. 4.024 de 20/12/1961 em seu capítulo XI, artigo 90 e 91, prevendo ao profissional de Serviço Social atividades junto à direção das escolas. Porém, a lei 5.692 de 11/08/1971, que substituiu a lei 4.024, não atribuiu à assistência social escolar nenhum artigo. Assim não houveram a partir desta data maiores avanços, pois as leis educacionais seguintes não apontam os serviços desses profissionais na área escolar.

No C.A.R.S, em 1976, em sua estrutura verificou-se o setor de serviço social sendo este consequência da elaboração de um regimento do colégio, tendo especificamente como função do assistente social:

“executar as atividades que visam o desenvolvimento integral do aluno e à obtenção do melhor rendimento”(C.A.R.S,1981:24).

Percebemos que a existência do assistente social no colégio dirigia-se ao objetivo da instituição no sentido de fazer com que os alunos desenvolvessem as disciplinas para levá-los ao avanço profissional fora do colégio.

Neste período, o CA.R.S era parte integrante da Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC), e o serviço social atendia a comunidade escolar oferecendo campo de estágio ao curso de serviço social da UFSC. Foram elaborados vários trabalhos (TCC)<sup>16</sup> relacionados à estrutura organizacional do colégio, não tendo continuidade posteriormente. Após 1982 as atividades relacionadas com o processo em desenvolver integralmente o aluno, era no sentido de

“visando proporcionar ao educando elementos indispensáveis ao seu desenvolvimento integral, atuando junto com a família, a escola e a comunidade, através de uma conjugação de esforços”( SILVEIRA,1980:62).

Entendemos, desta forma, que esse desenvolvimento integral poderia até suprir as necessidades em formar ‘elemento mecânicos’ para a produção material na sociedade, enquanto que as possibilidades em desenvolver questões sociais não receberam maior ênfase.

Em 1988, a FESC elabora um novo regimento, mas não menciona questões pertinentes à prática do assistente social na escola. O campo de estágio conseqüentemente não fora “apontado”, mas o profissional continuou

---

<sup>16</sup> Os trabalhos realizados pelo Serviço Social no C.A.R.S citamos: “Saúde, Fator de desenvolvimento numa comunidade escolar”(krystyna Matis Costa - 1980); “ A participação do S.S. junto ao program de Bolsas de Trabalho”(Maria Lúcia Silveira - 1980); “Grupo de Lideres do C.A.R.S”( Maria Cecilia Silva Correia - 1982); “APP: Um grupo de apoio ao C.A.R.S”( Adervani Maria Felício Pereira - 1978) e “A participação do SS na instituição escolar”( Acioni Leite, Edna da Silveira, Silvanira Lisbia Scheffler - 1980).

na instituição desenvolvendo atividades não relacionadas à prática, envolvendo-se em aspectos burocráticos, descaracterizando a prática do serviço social frente à estrutura pedagógica com os alunos e funcionários. Mostrou um serviço institucionalizado, atuando como instrumento de realização de serviços subordinados à direção, sem compromissos sociais mais efetivos para com a comunidade escolar.

A partir de 1990, com a extinção da FESC, a estrutura pedagógica e administrativa passa a fazer parte da Secretaria Estadual de Educação. Essa transição da organização administrativa sofre mudanças significativas no aspecto pedagógico. Os laboratórios e setores de trabalhos manuais, são desativados, a estrutura física do colégio é alterada para atender a uma crescente demanda populacional. Nessa transição da FESC para Secretaria Estadual de Educação, a organização do colégio baseia-se em Planos Organizacionais (anexo V). Porém os recursos são providos pela Secretaria da Educação, não previam o quadro de serviço social escolar. No entanto, a presença do A.S. (Assistente Social) continua no C.A.R.S, mas a nível prático não realizava atividades de caráter social.

A partir dessa leitura da situação, sentimos que não havia engajamento e comprometimento do profissional; sua atuação perante os alunos no meio escolar vinha dando-se no sentido do desenvolvimento dos

alunos enquanto espaço de aprendizagem para a integração no meio social. E as atividades deste profissional voltaram-se a questões além de burocráticas (transferências de alunos, bolsas etc) a atividades comemorativas. Não atentou especificamente as questões a níveis sociais e políticas mais amplas. Frente a esta situação evidencia-se a necessidade de rever a prática do assistente social junto às instituições escolares. Nesse sentido, uma redefinição faz-se necessária para novo processo de conscientização popular, não somente da instituição escolar como também em toda a comunidade.

“O serviço social escolar, perante uma abordagem crítica, se revela no desenvolvimento de um trabalho integrado por objetivos e fins comuns levando-se em conta a realidade local”( BACKHAUS, 1992:40).

O serviço social tem que ter maior visão da totalidade, no momento em que intervem, seja qual for a realidade, mas é necessário atentar-se quais os aspectos desta realidade que são privilegiados. Nesse entendimento, a estrutura escolar oferece um vasto campo de trabalho a nível social. Ao enfatizar a situação do C.A.R.S como precária não significa ser a única, pois todo o sistema educacional vive hoje moldado por idéias conservadoras, e esta problematização da situação social traz à tona formas para podermos entender e interpretar esse movimento social.

O estágio de serviço social na escola é efetivamente do campo que possibilita leituras mais amplas sobre a realidade social, pois a escola pública, no caso o C.A.R.S, é um dos espaços de vivência da realidade social, interligados a problemas e carências sociais; e o serviço social torna-se importante no sentido de possibilitar ao aluno, principalmente, um processo de desenvolvimento como cidadão.

Com a extinção em 1991 do serviço social, o profissional não mais atuou, exercendo outras atividades no colégio, levando-nos a questionar e refletir sobre as variáveis desta extinção, apontando-se para algumas hipóteses como:

- \* a possibilidade de outros profissionais realizarem a mesma atividade, que não é compreendida pela instituição, devido à atuação deste profissional;
- \* a não necessidade dos trabalhos do Assistente Social na escola em função desta não compreensão;
- \* o não interesse por parte da administração da participação de profissional que venha questionar a dinâmica da instituição.

A estas variáveis entendemos a necessidade do aprofundamento na vida cotidiana no C.A.R.S para podermos analisar o grau de possibilidades destes entendimentos, e este, ocorreu nos vários momentos que a partir daqui colocaremos para reflexão.

Nos contatos entre C.A.R.S e o Departamento de Serviço Social da UFSC foram apresentados interesses mútuos de construção de trabalhos pelo serviço social. Segundo a direção de ensino, era necessária a realização de um trabalho com o corpo discente com o intuito de saber quem são os alunos do C.A.R.S, de onde vêm e possibilitar saber destes o que almejam. Numa visão colocada pela direção de ensino, os alunos não apresentam com clareza o sentido ( que a escola espera estar contribuindo) de ser alguém na vida ou construir algo. A situação colocada mostrou que a ‘comunicação’entre pedagogos e alunos é distante, onde somente aluno-aprende e professor-ensina. A postura do serviço social passou a ser de observar a instituição com a finalidade de elaborar uma proposta de estágio ( anexo VI). O trabalho teria um caráter político-pedagógico sendo desenvolvido juntamente com os orientadores e supervisores educacionais, e as estagiárias seriam supervisionadas por assistente social da UFSC.

Desta forma, um trabalho do serviço social é interdisciplinar e seria desenvolvido numa interação com os trabalhos dos demais profissionais.

Sobre esta questão, entende-se que:

“ a interdisciplinarietà consiste num trabalho em comum, onde se consideram a interação das disciplinas científicas, de seus conceitos, diretrizes,

de metodologia e de seus procedimentos”(MARTINS DE SÁ, 1989:82).

A partir da análise sobre a estrutura e a conjuntura educacional, entendemos a possibilidade de desenvolver um importante trabalho nesta realidade. A perspectiva dos ‘movimentos’ dentro da estrutura escolar tornam-se espaços importantes para identificar o processo de cidadania vivenciado na escola. Nesse sentido, foram realizados no colégio dentro das propostas do serviço social, especialmente no período noturno, palestras sobre os temas da Sexualidade Humana, Cultura Catarinense e Formas de Governo <sup>17</sup>.

Se avaliarmos a definição abordada por SOUZA (apud MEDEIROS), quando coloca que:

“O serviço social escolar tem, por objetivo geral, contribuir para que o processo educacional corresponda aos direitos, necessidades e melhores condições de vida e de trabalho da população abrangida pela ação da escola e, assim, cumprir

<sup>17</sup> As palestras levadas ao colégio, especificamente no período noturno, mostram a necessidade que o corpo discente precisa contatar com o “exterior das relações”, ou seja, a escola deveria levar o aluno ao encontro de questões que estão relacionadas a eles sem dúvida nenhuma. Os temas como: ‘Sexualidade Humana’ ministrada por aluna do curso de pós Graduação CED/UFSC :Jussara Terezinha Cabral, realizou exposição de temas e assuntos a respeito da sexualidade dos adolescentes; “Cultura Catarinense” pela Socióloga Profa. Lélia da Silva Nunes CFH/UFSC, fazendo uma explanação de fenômenos histórico-catarinenses; Sobre “Formas de Governo” este fora realizado meses antes do Plebiscito/93. Foram convidados a realizar debates diferentes frações como: Profa. Regina Regis expos: “Análise sobre a Constituição”; Prof. Jacó Anderlli: Parlamentarismo e Prof. José Fritz sobre o Presidencialismo”. Levaram todos os alunos a participarem, mostram que é necessário e urgente trabalhar com os alunos questões pertinentes ao desenvolvimento social e político, pois a presença no debate de Formas de Governo foi significativa, mas a atenção enquanto ao tema principalmente, deixou-nos preocupado, pois todos os alunos estão em idade de votar, mostrando muita desinformação sobre estas questões políticas. Após, fora realizado um simulado de eleição, onde o Presidencialismo venceu.

plenamente suas finalidade de formação e  
transformação social”( 1988:63 ),

podemos acreditar que o trabalho do serviço social na escola pode ser promissor se este olhar a realidade educacional de forma mais crítica e contribuir para um avanço democrático dos movimentos dentro da instituição.

A nossa atuação, enquanto estagiária de serviço social, deu-se no sentido de desenvolver junto ao corpo discente a participação e organização dentro da comunidade escolar( o item 2.3 apresentará nossa experiência).Nesse processo foram apresentando-se limites, mas apesar destes investimos nas possibilidades.

Com os objetivos em trabalharmos as categorias da participação e organização estudantil no C.A.R.S, foi por nós proposto e discutido com a direção de ensino um estudo a partir de questionários com a intenção de verificar quem são os alunos do período noturno, de onde vêm, qual o entendimento sobre o colégio e sugestões no sentido de avanços sociais.

Na análise dos 426 questionários aplicados no período noturno, sendo realizados aleatoriamente, 75 alunos revelaram-se interessados em participar do grêmio estudantil. O Serviço Social convidou alguns alunos para

compor uma comissão que teria como objetivo estudar a implantação do grêmio.

Mas após análise do conteúdo destas, verificamos que a forma estrutural dos questionários não possibilitou a leitura total das questões específicas. Mas estes questionários trouxeram inúmeras questões sociais que mereceram a nossa atenção e intervenção. O interesse em participar na gestão do colégio via organização estudantil foi evidenciada e entendida como mais importante por nós diante da proposta, e aos alunos enquanto forma de representá-los na escola. Com respeito aos demais interesses que foram levantados nesta pesquisa ( anexo VII), mereceram nossa atenção no sentido de encaminhá-los ao setor competente.

Foram realizados atendimentos aos alunos enquanto necessidades de ordem pessoal( saúde, relacionamento familiar, etc). No atendimento destas situações foram encaminhados à orientação educacional como também foram mantido contatado com o programa de atendimento ao adolescente, denominado, PAM (Programa de Atendimento ao Menor), localizado no INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). Esse projeto oferece à comunidade adolescente, principalmente, serviços médicos, pedagógicos, psicológicis, assistência social, odontológicos, etc. Conversamos com a assistente social da instituição sobre a possibilidade de encaminharmos alunos do C.A.R.S, a

assistente social do INSS possibilitou o atendimento aos alunos. Retornando com os alunos sobre o programa, dois destes mostraram-se interessados e foram encaminhados à assistente social do PAM.

Buscando-se avaliação com os alunos estes revelaram satisfação com a nossa intervenção:

“... se a gente tivesse esse tipo de atendimento de vez em quando no colégio seria ótimo; mas assim já ajudou bastante. Pois, para famílias que não têm condições de pagar médico, como a minha, é uma ótima oportunidade, e gostei bastante do pessoal, me atenderam muito bem...” (Depoimento de aluno).

Problemas desta ordem foram levados ao S.S e são presença constante no colégio, levando, muitas vezes, a influenciar no aprendizado do aluno, na frequência e no relacionamento com os demais colegas. São problemas sociais que muitas vezes se estendem dentro da instituição sem acompanhamento específico, e o aprendizado pedagógico sofre influências devido a estas questões sociais problemáticas do aluno. Não identificamos na estrutura pedagógica do C.A.R.S esse tipo de atendimento.

Sentimos que a estrutura pedagógica da escola procura a disciplina mostrando-se satisfeita pelo fato do aluno estar em sala de aula e comportar-se de acordo com as “normalidades” no colégio. Os alunos que procuraram o S.S.

revelaram o entendimento desta estrutura pedagógica e política do colégio insuficiente para seus anseios. Diante desta, convidamos os representantes de turma para participarem de uma reunião onde poderiam expor as situações vividas, expectativas e o que almejam dentro do C.A.R.S. Pudemos sentir muitos problemas a nível pedagógico e de estrutura física levantados pelos alunos; diante de cada exposição questionamos se houve o contato com o setor competente do colégio. Os alunos argumentaram que as situações levadas para a orientação pedagógica tinham um retorno no sentido de “aguardem”, “tenham calma”, e muitas vezes não recebiam atenção. Apresentaram também maior interesse de participação e voz no conselho de classe. Percebemos que o entendimento pelos alunos sobre a estrutura e o funcionamento do colégio, necessitavam de esclarecimentos, por parte dos setores competentes sobre a forma como este ocorre politicamente e administrativamente, para que não tenham tantas dúvidas e incertezas diante da crítica à situação administrativa. Isso não significa que o aluno deva aceitar tudo como está, mas como membro da escola, saber como ocorre o processo político estrutural (o conselho de classe, o processo eleitoral, situação financeira, mensalidades, normas internas, etc), e diante de um processo democrático tão defendido por pedagogos e administradores, possa avançar-se nas questões problemáticas.

Podemos perceber através dos depoimentos abaixo, a maneira como os alunos do C.A.R.S entendem e sentem as situações vividas:

“o aluno não é ouvido, só é lembrado quando chega final do mês para pagar as mensalidades”

“... não dá para entender, o diretor e os professores dizem que o colégio é do aluno, mas, quando a gente chega tarde não pode entrar no colégio, nem mesmo para ficar na biblioteca...”

“Falta iluminação adequada, os quadros não têm condições para se escrever, as instalações elétricas são precárias, a pintura está horrível; as paredes sujas e riscadas, banheiros sem condições de serem usados...”

“...eu acho que a direção do colégio poderia fazer muito mais pelos alunos e pela estrutura, pois todo mês a gente paga mensalidade e nem computador tem; de que adianta ter um curso de técnico de processamento de dados?”

Diante desse entendimento, verificamos uma situação de “desabafo” dos alunos, pelo motivo de não terem recebido oportunidade anterior de exporem para seus sentimentos, buscando no S.S um encaminhamento. Momento também para colocar o interesse do serviço social em trabalhar com a organização estudantil, conseqüentemente afloraram

situações de conflito entre o S.S. e a orientação educacional. A forma como conduzimos a reunião realizada com alunos, dando liberdade aos mesmos a falarem e exporem suas opiniões, levou a orientação a entender que estaríamos realizando um trabalho de sua competência, no entanto nossa proposta de trabalho era prioritariamente com a organização estudantil, através de um projeto de estágio apresentado à direção.

A orientação pedagógica propôs trabalhar com os “líderes de classe”. Esse entendimento de participação pressupõe uma característica autoritária incompatível com a proposta política do S.S. Entendemos que os alunos necessitam de esclarecimentos, como acima citamos, mas isso não significa levar idéias prontas para estes, mas sim aprofundar e discutir questões que a comunidade escolar aponta e entende como importantes e de direito. A postura dos profissionais revelou a forma como realizam seus trabalhos, não entendendo a proposta interdisciplinar como também o que significa esse espaço à comunidade discente.

No convívio com o Departamento de Ensino (especialmente com as orientadoras educacionais) podemos perceber a necessidade de discussões mais sistemáticas sobre o entendimento da própria política educacional do C.A.R.S, bem como a nível mais amplo.

Essa situação nos permite analisar que o cotidiano do C.A.R.S não está isolado. Toda a sua estrutura está vinculada a uma estrutura mais ampla, onde entendemos e sentimos que os profissionais “sabem que poderiam fazer mais pelo colégio, mas não fazem”( conforme colocou-nos um profissional). Muitas situações vivenciadas nos possibilitou verificar pessoalmente a forma burocratizada de tratamento para com os alunos; torna-se, pois, imprescindível refletir sobre o posicionamento e atitudes desses profissionais. Enxergamos com “olhos de aprendiz” que é a partir da “relação” que se pode realizar grandes transformações, entendendo que a organização estudantil dentro na instituição escolar é um processo para esta possível transformação. O mito de que “escola não é local de discussões políticas” deve ser repensado pelos agentes sociais, entre eles pedagogos e assistentes sociais.

A seguir, analisaremos especificamente o movimento do S.S na proposta de implantação do grêmio estudantil no C.A.R.S.

### 2.3 O Processo de Organização do Grêmio Estudantil no C.A.R.S

As idéias que norteiam debates em torno do movimento estudantil no Brasil nos remete à década de 60. Momento este que sobre a repressão militar, a participação e importantes lutas afluíam com maior força e com objetivo de democratização nacional. Estudantes de vários níveis de ensino se mostraram insatisfeitos e reforçavam o movimento estudantil com a formação de grêmios nas escolas. Mas esse movimento tornou-se tão “incômodo” ao regime militar, que este extinguiu todas as organizações e para não parecer “autoritário”, os substituiu por centros cívicos, pois deveriam caracterizar-se pelo bom comportamento e realizar atividades de cunho recreativo.

O C.A.R.S não foge à regra. Em 1976 incluiu na composição de seus setores o ‘Centro Cívico e o Grêmio Cultural’ em sua estrutura, tendo em vista a lógica do poder dominante. Segundo documento do próprio colégio, o Centro Cívico:

*“congrega todos os alunos do colégio, possui regimento próprio e apoia a direção do colégio, assumindo, também, atividades específicas, tendo como orientador um professor do Colégio que é indicado pelo Diretor Geral”(C.A.R.S 1981:22).*

De acordo com o manual de formação do Centro Cívico( anexo VIII), o colégio desenvolveu a entidade que era responsável pelas atividades cívicas: dias nacionais, datas comemorativas, hasteamento da bandeira, atividades que axaltassem o “patriotismo”, ou seja, sempre voltadas às questões de interesse autoritário e militar. Baseando-se nos objetivos de “ajustar os desajustados”, pois a visão do regime militar, caracterizava-se na tentativa de:

*“... eliminar os maus atos no meio estudantil, não só pelo temor dos seus efeitos, como, sobretudo, pela compreensão da dignidade do mal...”(MEC 1975:15)*

A partir de 1980 no C.A.R.S verificou-se através da política implantada, que em nenhum momento questionou-se, alterou-se ou desenvolveu-se outras alternativas, ou seja, o processo de “abertura democrática” estava muito dependente do regime autoritário, que desde 1964 moldava suas atitudes.

Diante do quadro estrutural/organizacional, quanto ao Grêmio Cultural, este desenvolvia atividades culturais e esportivas: festas juninas, concursos de “Garoto e Garota do C.A.R.S”, corridas, etc...sempre de acordo com a direção; porém, nesta mesma época, os alunos mais críticos, mais conscientes esbarraram na tentativa de abertura para um grêmio mais crítico e

democrático, pois entendiam que a “escola precisava de alunos politizados e críticos”.

No C.A.R.S, a organização do grêmio estudantil na década de 80 reiniciou de forma fraca, sendo desestruturado, mais uma vez, devido a divergências ideológicas na época.

No entendimento da direção atual quanto à formação do grêmio na década de 80, expôs que :

*“... a pessoa, o aluno, que estava organizando o grêmio e as chapas, era ligado a partido político”.*

Sobre esta colocação, entende-se que a direção sentiu a possibilidade de influência partido-ideológica como ameaça, não aceitando a formação do grêmio pelo fato de entender que o grêmio não deveria tratar destas questões, mesmo confirmando que a escola é espaço democrático.

Frente a esta questão de resistência cabe colocar o entendimento de um ex-aluno e ex-integrante na época, da comissão de formação do Grêmio, citando a resistência da direção da época sobre o grêmio:

*“... pelo fato do aluno ser filiado a “tal” partido, e a direção do colégio ser de outro, não tinha o direito de dificultar o desenvolvimento da entidade que representaria os alunos. Onde estamos? Não vivemos numa democracia?”*

Na proposta do estágio de serviço social em 1992, em estudar a implantação do Grêmio no C.A.R.S, levou-nos a verificar que papel essa

entidade significaria aos alunos dentro da atual conjuntura do colégio. O empenho em levar o aluno à possibilidade de participar da comunidade escolar proporcionaria o desvendamento da verdadeira realidade do colégio. A impressão que tínhamos era de que ao aluno faltava aprender uma questão significativa: “a cidadania.”

Nas reuniões com a comissão que estudava a implantação do grêmio, era percebido reações diversas sobre o entendimento do grêmio:

*“eu acho que o grêmio tem que começar já, convocar os alunos e fazer uma eleição com a chapa da comissão”(Depoimento de aluno).*

*“ eu já acho que é importante fazer as coisas dentro do certo, estudar a lei, ver como se faz o processo de chapas e depois a eleição, fazer certo e transparente, diferente de como a direção faz...”(Depoimento de aluno)*

*“ ... gostaria muito de ver um grêmio no colégio, mas a direção não vai aceitar, vai começar logo logo a dificultar...”(Depoimento de aluno)*

A existência da regulamentação sobre a implantação de entidades estudantis fortalecia esta proposta, pois havia um aval positivo da própria Secretaria da Educação, mediante um Manual de organização de Grêmio Estudantil,<sup>18</sup> entendendo-se que haveria mais facilidade na organização. Quanto aos alunos, a ansiedade e as perspectivas demonstradas pela recuperação do prestígio ao espaço, criou um entusiasmo com propostas para a comunidade escolar, numa perspectiva de seu reconhecimento como sujeito. A comissão

---

<sup>18</sup> Manual para Organização de Grêmios Estudantis emitido pela Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto - Estado de SC , Gerência de Integração Escola Comunidade 1992.

possibilitou aos alunos rever algumas situações que até então não eram discutidas, como a presença dos alunos junto ao Conselho de Classe e trazendo uma proposta de formar sub-comissões como por exemplo: grupos de saúde, literatura e teatro, etc..., onde estas se responsabilizariam em trazer profissionais da área cultural e médicos, dentistas e psicólogos para atenderem os alunos.

A situação de abertura, de mobilização, de reivindicação, promovida pela proposta de implantação do grêmio interviu na realidade do C.A.R.S, mexendo com a comissão, com alunos, onde estes estudaram e apresentaram uma proposta de Estatuto (anexo IX), que previa votação em assembléia. E, principalmente, veio a mexer com a direção, pois, esse espaço possibilitaria ao aluno ser parte integrante da comunidade escolar, sugerindo, criticando e propondo. Essa movimentação atingiu a forma como a direção encaminhava sua administração.

Entendemos que a partir dessa possibilidade de espaço, as manifestações seriam prováveis, bem como a crítica àquilo que já existe. Sentimos que o corpo discente, diante de uma abertura, mostrou ansiedade e muitas vezes a imaturidade, mas, a partir dos entendimentos dos alunos seria favorável o esclarecimento e o trabalho em conjunto, pois:

*"Demonstrar que se acredita no aluno é algo muito positivo, uma vez que o próprio jovem, ao perceber-se aceito, irá se*

*sentir mais seguro e em condições de, como sujeito, interferir na realidade”( PESCUMA, apud Rosa: 1992:10 e 11).*

Mas para a direção e para os demais setores - orientação educacional, principalmente - a situação de ‘abertura’ aos alunos, desencadeou uma certa desestabilização. Assim as estagiárias foram chamadas para discutir a situação, sendo apresentado que o aluno saía da sala de aula com frequência, causando prejuízos. No entanto, não foi buscado alternativas que possibilitassem a participação dos alunos naquilo que estes vinham demonstrando interesse, ou seja, a discussão e criação do grêmio.

Aos poucos, e em decorrência do período de provas, das proibições de alunos fora da sala de aula e de um longo período de greve, as propostas foram lentamente sendo discutidas por reduzido número de alunos, juntamente com as estagiárias de serviço social, resultando num enfraquecimento. Ou seja, a forma colocada pela direção de que:

*“tirar o aluno de sala de aula, após período de greve, com um programa já reduzido pelos professores, não seria favorável aos alunos, ao colégio e ao próprio grêmio. Quem sabe o ano que vem?”*

Os alunos necessitariam de tempo maior para as provas e para se formarem, pois a Escola privilegia o formal e não o processual e automaticamente um processo involuntário de alienação. Conseqüentemente não avançou na proposta de criação do grêmio. Diante da situação apresentada, a direção do C.A.R.S, que mostrava-se até então favorável a proposta, recuou. E

juntamente com a direção de Ensino, passa a ter a seguinte postura naquele momento:

*“... não seria possível maiores movimentações com os alunos, ou seja, não seria “aconcelhável” o grêmio, pois os alunos estão voltados aos estudos, e não é objetivo do colégio tirá-los de sala de aula, para eleições de grêmio. Que justificativas apresentáramos aos pais destes alunos por seus filhos não estarem estudando?” (Orientação Educacional)*

Os alunos, por sua vez, sem alternativa, até então apresentada, sem acesso à participação, submetem-se ao ritual, cumprem sua parte no trato que lhes garantirá o papel, o certificado e ingenuamente transferem a tentativa de, quem sabe, no nível seguinte, a faculdade, seja possível realizar o que lhes foi negado até então.

*“A escola, a exemplo da fábrica, precisa funcionar bem, nada pode perturbar esse funcionamento e funcionar bem, significa, para os alunos cumprir os horários, portar o uniforme, estar em sala de aula,(...) não questionar, não criticar e, principalmente, obedecer” (LEAL, 1985:113).*

Sentimos que a participação enquanto movimento de estudantes, representa uma ameaça ao poder autoritário da escola, mas quando da existência da representatividade, como a entidade dos professores (APP), não tem o mesmo efeito. Ficando entendida pela escola a entidade dos estudantes como não necessária e perturbadora.

No momento em que os freios do autoritarismo se enrijessem, a possibilidade da participação toma rumos estáticos e negados aos alunos. O

grêmio - entidade representativa dos alunos na escola, é uma prática essencialmente democrática, mas difícil e conflituosa; prática essa que vai além dos muros da escola, no sentido da prática da cidadania e do fortalecimento de entidades como UNE, UBES e UCES.

Nesse sentido a função enquanto assistente social dentro de instituições públicas ( exemplo a escola) pode realizar atividades como agente mediador entre instituição e comunidade escolar, ultrapassando a assistência aos desfavorecidos, pois uma característica deste profissional do serviço social é entendida e mostrada como aquele que está em contato com a população.

*“O serviço social, como uma das formas institucionalizadas de atuação nas relações entre os homens no cotidiano da vida social, tem, como instrumento privilegiado de ação, a linguagem” ( IAMAMOTO,1991:115).*

No entanto, o assistente social corre o risco de reproduzir na sua prática o paternalismo, assistencialismo diante da classe a ser atendida. Essa atitude na instituição escolar toma rumos conforme a ligação deste profissional com o corpo administrativo, bem como com a comunidade escolar específica e de maior número - os alunos.

Se por um lado criticamos a atuação anterior do serviço social no C.A.R.S, pela sua concordância à crítica do modelo educacional implantado, por outro avaliamos nossa atuação junto à organização do grêmio. Esta foi pautada numa lei federal e em um manual de “como formar grêmios”, agimos

impulsivamente e sem a crítica necessária ao modelo de grêmio que “adotamos”; reproduzindo, de certa forma, uma postura autoritária. Baseamos numa forma pronta de aplicar a democracia, e esta postura após refletida entendemos que não se consegue pronta, e sim conquistada e elaborada coletivamente.

O Manual ou cartilha caracteriza a autoridade e o Poder do Estado sobre as instituições escolares, pois mesmo existindo entidades representativas superiores, como a UCES em Florianópolis, essa atitude do Estado passou por cima da autoridade desta entidade.

Vale colocar a posição do presidente da UCES( anexo X) sobre a entidade bem como a respeito do manual emitido pelo Estado :

*“Sobre esse projeto da Secretaria da Educação Estadual, nós entendemos que seja uma afronta à democracia,(...) passando por cima das entidades estudantis,(...) o grêmio basicamente é o sindicato dos estudantes, representa único e exclusivamente os estudantes nas escolas”(Marcos Dimas Fernandes).*

*“O controle social e a difusão da ideologia dominante constituem recursos essenciais, complementando outras maneiras de pressão social. Importa ressaltar que a ideologia dominante é um meio de obtenção do consentimento dos dominados e oprimidos socialmente, adaptando-os à ordem vigente”(IAMAMOTO,1991:109)*

É inegável que a estrutura autoritária do Estado influencie na estrutura educacional, e ainda leve o aluno a mecanizar-se, negando a este a prática da cidadania em seus espaços vindos dos próprios interesses.

Ao profissional de S.S é primordial neste contexto intervir e articular em torno de objetivos que fortaleçam a participação da comunidade escolar. Na escola, o fortalecimento da democracia se dá através da participação organizada, com fins a uma proposta pedagógica e que leve o aluno ao exercício dos direitos e deveres. É nesta perspectiva que o AS contribui como mediador dentro dos movimentos, visando a conquista da cidadania.

Na estrutura do C.A.R.S, o estágio de serviço social por nós realizado não obteve consideração esperada, bem como não conseguimos exercer efetivamente a práxis mais consistente. A maior dificuldade encontrada por nós foi o fato de não haver no C.A.R.S uma estrutura de serviço social. Não sendo reconhecida perante a administração a proposta política-pedagógica do estagiário; e não entendendo este como um profissional em formação diante das várias questões levantadas por estes como essências a serem trabalhadas pelo serviço social; que vai além do entendimento da atuação deste profissional como àquele que trabalha com pobres e carentes. Esta visão ultrapassada de serviço social dificulta o acesso a programas e atividades de ordem política em construção de relações de participação e de conquista da cidadania.

No entanto, o contato do serviço social com a comunidade escolar através de conversas informais, reuniões com alunos e discussões com professores e funcionários, possibilitou-nos um espaço para reflexão sobre a proposta mais atuante levada ao colégio.

Considerando-se alguns limites nestes espaços contraditórios, percebemos que há uma movimentação e ação do assistente social, trabalhando com o elemento fundamental e enriquecedor que é o movimento social, entendida como grande possibilidade, trazendo à tona a reflexão da própria prática enquanto agente mediador deste movimento.

O aprendizado sobre a categoria cidadania estudada levou-nos a uma perspectiva de uma postura mais crítica dentro de um contexto institucional, como também uma prática mais comprometida.

O contato muito intenso com os alunos possibilitou entrosamento a uma atuação direta e a constantes discussões sobre cidadania e participação. Todavia, a institucionalização do Grêmio dos estudantes não foi alcançada a nível da expectativa gerada, porém, aos alunos, o processo de valorização enquanto sujeitos teve significativo estímulo. Pois é necessário apoiá-los no sentido de fortalecer a estrutura da trajetória-social para sua conscientização enquanto sujeito político.

*“O assistente social atua no campo social a partir de aspectos particulares da situação de vida da classe trabalhadora relativos à saúde, moradia, educação, relações familiares, infraestrutura urbana, etc. É a partir dessas expressões concretas das relações sociais no cotidiano da vida dos indivíduos e grupos que o profissional efetiva sua intervenção” (IAMAMOTO, 1991:116)*

Na tentativa de recuperar a compreensão da prática do assistente social como profissional na escola, leva a um entendimento dos profissionais desta a acreditar na atuação do serviço social na escola.

*“Esta profissão de assistente social como do próprio magistério são desconsiderados em nossa sociedade, mas as formas de atuação são tão importantes quanto a de um advogado, médico. Pena que não são valorizados. Mas é necessário lutar” (Professor do C.A.R.S).*

*“... na minha opinião, o assistente social seria muito importante para trabalhar com nossos alunos. Eles possuem muitos problemas de ordem social. A escola não está totalmente preparada para solucionar estes problemas ...” (Depoimento de Professor)*

*“Na educação, principalmente na escola e em consequência na sala de aula, o serviço social é de uma importância, pois nossa juventude estudantil precisa de orientação e encaminhamentos na vida. Portanto entendo ser necessário criar-se um espaço para o assistente social no campo educacional” (Depoimento Professor).*

Quanto à atuação do assistente social nas instituições públicas, especialmente no colégio, a presença de resistências é forte. Seria utópico realizar mudanças a curto prazo. Muitos direcionamentos dependem da atuação dos profissionais e sua autonomia dentro das instituições. Sendo

imprescindível o engajamento de todos os segmentos da comunidade, especialmente da própria escola na luta para a organização coletiva.

Diante destes aspectos, percebeu-se a necessidade de resistência do profissional de serviço social por acreditar na democracia, seu aprendizado e do exercício na escola. A instrumentalização profissional do A.S. é necessária para criar estratégias eficientes na prática escolar, bem como à união de esforços com os demais profissionais pela proposta pedagógica. Mas principalmente acreditar no potencial dos alunos e na busca de sua transformação enquanto sujeito político e social.

## Considerações Finais

Esta apresentação e análise de nossa prática junto a uma instituição escolar pública (C.A.R.S), não teve a pretensão em enunciar conclusões fechadas, e sim apontar para algumas reflexões sobre possibilidades e limites da atuação do serviço social na escola.

As reflexões situam a escola como espaço privilegiado para o desenvolvimento participativo do aluno na comunidade, alertando para os resquícios autoritários e burocráticos embutidos na administração e resistências para um processo de democratização.

Não foram identificados no C.A.R.S o desenvolvimento de atividades de caráter específico do serviço social. Diante disso, procurou analisar-se a educação dentro de um contexto nacional, marcada pelo autoritarismo, tornando-se um desafio ao estágio de serviço social, uma prática que percebe a escola enquanto instituição a serviço da população.

A prática do serviço social encontrou limites, alguns caracterizados pelas “portas fechadas - não entre”; também aos alunos foram impostas barreiras, sendo-lhes dificultado o espaço e a palavra.

A ansiedade da população escolar, quanto à sua participação e seu entendimento sobre o C.A.R.S, fora revelada nos questionários aplicados.

Quanto ao questionário, verificamos pouca eficácia na estrutura deste, mas conseqüentemente o número de questões sociais apontadas pelos alunos foram apresentadas significativamente, (quantitativa e qualitativamente) não verificou-se com exatidão questões únicas, mas sim diversas.

Não foi trabalhado de modo efetivo a prática assistencial, ou seja, a intervenção nos problemas apresentados pelos alunos na tentativa de abrir no interior do colégio espaços, que possibilitassem uma organização e atendimento aos alunos de maneira mais expressiva. A partir da existência da comissão do grêmio, esta passou a buscar alternativas positivas e atuantes para oferecer aos alunos maior aproximação da escola na solução dos problemas da estrutura escolar.

Numa leitura mais cuidadosa, sentiu-se a força conservadora/política dentro da escola, e o entendimento de que o colégio não oferecia oportunidades de atender o aluno enquanto sujeito social, ou seja, não somente aquele que leva ao aluno o ensino pedagógico, mas as informações necessárias quanto sua vida fora do colégio a nível político/social.

A experiência foi gratificante, mesmo esbarrando nestes limites para com o estágio de serviço social, pois vários caminhos nesta trajetória, em busca da participação e espaços aos alunos, trouxe à tona várias situações desvendadas como “ricas” a serem trabalhadas. Mas como o estágio não

possuía estrutura própria dentro do colégio, muitas questões ficaram no “encaminhamento” aos demais setores do colégio.

Nessa trajetória de um ano e seis meses buscou-se saídas, verificando-se que as possibilidades do serviço social na escola são visíveis, mas é necessário uma maior abertura democrática e não autoritária, especialmente pelo próprio colégio, para que este profissional do serviço social desvende e possibilite a toda a comunidade a participação efetiva no colégio, e não entender esta comunidade como “objeto” da escola.

E nesse processo que proporcionou uma ação profissional, mesmo limitada, mostrou o quanto é importante assumir um entendimento crítico da dinâmica da sociedade, bem como do serviço social, procurando entender, mas não necessariamente aceitar que existe o condicionamento que a própria sociedade impõe à prática do Assistente Social. E percebemos que a possibilidade maior está no valor, no desafio e nas perspectivas de forma consciente nesta busca, ora pelos profissionais, ora pelas “brechas” abertas e aproveitando-as, no sentido de construir e conquistar espaços na comunidade, seja ela escolar, de bairro, etc...

Mas, além de tudo, é importante considerar que é inevitável, num processo de democratização, a reação, o conflito e a resistência. É neste processo que os espaços de participação devem ser estimulados, pois,

avançando no sentido de romper com a burocracia e a ordem conservadora, efetivamente, a proposta de transformação social se torna possível.

## Bibliografia

- ABRANCHES, Sérgio Henrique, SANTOS Guilherme dos, COIMBRA, Marcos Antônio. **Política Social e Combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 19
- ALBUQUERQUE, J.A.G.(Coord). **Classes Médias e Política no Brasil**. Paz e Terra, 1977, v17, 170 p.
- ARROYO, Miguel, BUFFA, Ester, NOSELLA, Paolo. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** 2a. ed. São Paulo: Cortez (Autores Associados) 1988.
- BACKHAUS, Berenice Beatriz. Prática do Serviço Social escolar: uma abordagem interdisciplinar. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, no.38, Abr/1992.
- BORDENAVE, Juan E.Díaz. **O que é participação?** 7a.ed. São Paulo: brasiliense, 1992. 84 p.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988**. Brasília DF, Atlas.
- BUNN, Elaine. **Relatório Semestral.DSS/UFSC**, Florianópolis, agos/1993.
- CARNOY, Martin. **Educação, Economia e Estado (Base e Superestrutura. Relações e mediações)**. São Paulo: Cortez, 13 coleção 1984.
- C.A.R.S (Colégio Aderbal Ramos da Silva). **20 anos. 1981, 17p.**
- CARVALHO, Célia Pezzolo de. **Ensino Noturno: realidade e ilusão**. 4a.ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- CHAUI, Marilena. **O que é ideologia?**. 34a.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, 125 p.
- CIGNOLI, Alberto. **Estado e Força de Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Krystyna M. **Saúde, Fator de desenvolvimento numa comunidade Escolar**. Florianópolis, 1980, 72 p.

COVRE, Maria de Lourdes M.(org). **A cidadania que não temos**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **O que é cidadania?** 2a.ed.São Paulo: Brasiliense, 1993, 78 p.

CUPERTINO, Fausto. **Educação, um Problema Social.(Uma radiografia do ensino no Brasil)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.7, 1987.

DEMO, Pedro. **Política Social nas Décadas de 60 e 70**. Fortaleza: ed. UFC, 1981.

\_\_\_\_\_. **Pobreza Política**. São Paulo: Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. **Participação é conquista**. 2a.ed. São Paulo: Cortez, 1993, p.176.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber Profissional e Poder Institucional**. 3a. ed. São Paulo: Cortez, 1991, p.159.

\_\_\_\_\_. (a) **O que é Política Social?** 5a.ed. São Paulo: brasiliense, 1991, 83 p.

FIOD, Edna Garcia Maciel. **Política Partidária em Santa Catarina**. Relatório de Pesquisa. UFSC/CED/EED/ Set/1990.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educar para quê?** 5a.ed. São Paulo: cortez, 1991.

FRANCO, Luiz Antônio de C. **A escola do trabalho e o trabalho da Escola**. 2a.ed. São Paulo: Cortez, 1988, 87 p.

FRARE, José Luiz. Como ajudar a formar o jovem participativo. **Nova Escola**, São Paulo: n.64, ano VIII, mar/1993, p. 8 à 16.

FREITAG, Bárbara. **Escola,Estado & Sociedade**. 6a.ed. rev, Moraes,1980, (Coleção educação universitária).

- \_\_\_\_\_. **Política Educacional e Indústria Cultural**. 2a.ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 15a.ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Coleção e comunicação)v.1, 79 p.
- FREIRE, Paulo.GADOTTI, Moacir. Nós podemos reinventar o mundo. **Nova Escola**, São Paulo: n.71, ano VIII, nov/1993, p. 08 à 13.
- GADOTTI, Moacir. Só a escola autônoma pode melhorar o ensino. **Nova Escola**, São Paulo: n.53, ano VI, NOV/1991, p. 22 à 25.
- \_\_\_\_\_. **Escola cidadã: uma aula sobre a autonomia da escola**  
São Paulo: 5a.Cortez, 1992, v.50, p. 49 à 53.
- GANDINI, Raquel P.C. **Ideologia e Burocracia na Rotulação de Estudantes. Democracia e Política Social**. São Paulo: ago/1986 v.24, p.61 à 74.
- IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 8a.ed. São Paulo: Cortez, CELATS, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Renovação e Conservação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992, p. 17 à 53.
- KELLY, Celso. **Política da Educação**. Rio de Janeiro: Reper, 1968.
- KRUPPA, Sônia M.Portella. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.
- LEAL, Elisabeth J.Machado. Dissertação de Mestrado. **Instituição Estadual de Educação: Da Instituição Disciplinar Administração à abertura: um processo de erosão da ordem autoritária**. Florianópolis: 1985, 165p.
- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**: texto aprovado na comissão de Educação, Cultura e Desporto da CD/ com comentários de Demerval Saviani... [ et al.]. São Paulo: Cortez, ANDE, 1990.

- MACEDO, Myrtes de Aguiar. **Reconceituação do Serviço Social: formulações diagnósticas**. 3a.ed. São Paulo: Cortez, 1986, 113 p.
- MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. (Tradução Meton Porto Gadelha), Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINS, Clélia. **O que é política educacional?** São Paulo: Brasiliense, 1993, p.73.
- MARTINS DE SÁ, Jeanete L. (Coord). **Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão**. São Paulo: Cortez, 1989, 95 p.
- MEC- COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO. **Organização de Centros Cívicos**, Brasília: nov/1975.
- MEDEIROS, Cristhine R. **O Processo de Democratização no Instituto Estadual de Educação: Uma experiência do Serviço Social escolar**. Florianópolis, 1988.
- MELLO, Guiomar de. **Social Democracia e Educação: teses para discussão**. 2a.ed. São Paulo: Cortez, 1990.
- MENDES JR. Antônio. **Movimento Estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1992, 92 p.
- MOCHEOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a Escola**. 2a.ed. São Paulo: Ática, 1990, 80 p.
- OLIVA, Maria Herlinda Borges. **Política de Estado**: Cortez, 1987, 103 p.
- OLIVEIRA, Heloisa M.J. de. **Assistência Social: Do discurso ao Estado à Prática do Serviço Social**. Florianópolis, UFSC, 1989.
- PAIVA, Hugo de Vasconcelos. Educação Libertadora numa sociedade de Conflitos. **Revista Cultural**. ano 22, n.87, abr/ju/Cn/1993.

- PINTO, Rosa Maria Ferreira. **Política Educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986, 120 p.
- ROCHA, Any Dutra Coelho da. **Conselho de Classe: Burocratização ou Participação?** Rio de Janeiro: F.Alves, 1982, p.17 à 67.
- RODRIGUES, Neidson. **A democratização da Escola: novos caminhos**. ANDE, ano 3 n.6, 1983.
- \_\_\_\_\_. Estado, Educação e Desenvolvimento Econômico.  
**A Política Educacional no discurso oficial**. São Paulo: Cortez, 1982.
- RBAE, **Revista Brasileira de Administração da Educação**, Brasília: v. 8, n.2, p. 1 à 99, jul/Dez/1992.
- ROSA, Carlos Mendes. Grêmios: A aula de cidadania que nossos alunos ainda não freqüentam. **Nova Escola**, São Paulo: n.58, ano VII, jun/1992, p. 10 à 19.
- ROSENBERG, Lia. **Educação e Desigualdade Social**. São Paulo: Loyola, 1984, p.17 à 67.
- SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez, 1986, 240 p.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Teorias dos Movimentos Sociais na América Latina. **Rede de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993, p. 13 à 63.
- SCHLESENER, Anita H. **Dissertação de Mestrado**, Gramsci: uma nova concepção de filosofia. São Paulo: PUC, 1983, 124 à 137.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CULTURA e DESPORTO  
Direção de Ações Integradas. **Organização do Grêmio Estudantil**. Florianópolis, 1992, 33p.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. A Escola e a construção da cidadania.  
**Sociedade Civil e Educação**. ANPED, ANDE, Papirus, 1992

SILVA, Maria Conceição de F.C (Coord) et al. **A política educacional do Estado de Santa Catarina e seus reflexos sobre a situação das escolas de 1o. e 2o. graus período 1969 - 1988) - Experiências pedagógicas numa perspectiva histórico -crítica**”. Florianópolis, Dez/1988.

SILVEIRA, Maria Lúcia. **A participação do Serviço Social junto ao programa bolsa de trabalho**. Florianópolis: 1980, 81 p.

SOUZA, Maria Luiza de. **Questões teórico-práticas do Serviço Social** 3a.ed. São Paulo: Cortez, 1982.

SPOSATI, Aldaiza de O. (coord). **A assistência Social no Brasil 1983 - 1990** São Paulo: Cortez, 1991, 89 p.

SPOSITO, Marilda Pontes. **A Ilusão Fecunda: A luta por educação nos movimentos populares**. São Paulo: HUCITEC, 1993,p 161 à 181.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre Educação, Política e Sindicalismo**. São Paulo: Cortez, 1982, v.1, 163p.

VALLE, Ione Ribeiro. **Dissertação de Mestrado**.  
Burocratização da Educação: Um estudo sobre o Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina e seu papel na política de Expansão de 2o. Grau. Florianópolis, UFSC/PG, 1991.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e Política Social**. São Paulo: Cortez, 1992, 101p.

## ANEXO I

ORAÇÃO PELO BRASIL

Ó DEUS onipotente. Princípio e  
Fim de todas as coisas,  
Infundi-nos, em nós, brasileiros,  
O amor ao estudo e ao trabalho,  
Para que façamos da nossa PÁTRIA  
Uma terra de paz, de ordem e de grandeza.  
Velai, SENHOR, pelos destinos do BRASIL!

(De autoria do Cel. José Figueiredo de Albuquerque)

OS CENTROS CÍVICOS

Legislação e exemplos necessários  
à criação e funcionamento dos Centros Cívicos  
nos Estabelecimentos de Ensino dos três níveis.

## 2. LEGISLAÇÃO DE BASE

DO DECRETO N.º 68.065, DE 14.01.1971:

“Art. 31. Na prática educativa da Educação Moral e Cívica, em todos os estabelecimentos de ensino, deve ser estimulada a criação de instituições extraclasses, para atender às finalidades de natureza cultural, jurídica, disciplinar, comunitária, manua- lista, artística, assistencial, de recreação e outras, assemelhando, tanto quanto possível, a escola a uma sociedade democrática em miniatura.”

Parágrafo único. Os objetivos visados podem ser atingidos através das instituições seguintes, obedecida a seqüência de finalidades apresentadas neste artigo: biblioteca, jornal, academi- a, centros diversos, forum de debates, núcleo escoteiro, cen- tro de formação de líderes comunitários, clube agrícola, ofici- nas, grêmio cênico-musical, banco, cooperativa, centro de saú- de, grêmio esportivo, grêmio recreativo, associação de antigos alunos e outras.

Art. 32. Nos estabelecimentos de qualquer nível de ensino, públicos e particulares, será estimulada a criação de Centro Cívico, o qual funcionará sob a assistência de um orientador, elemento docente designado pelo Diretor do estabelecimento e com a diretoria eleita pelos alunos, destinado à centralização, no âmbito escolar, e à irradiação, na comunidade local, das atividades de Educação Moral e Cívica, e a cooperação na for- mação ou aperfeiçoamento do caráter do educando.

§ 1.º As chapas concorrentes às funções da diretoria deve- rão ser submetidas à aprovação prévia do diretor do estabeleci- mento.

§ 2.º Os Centros Cívicos deverão:

a) considerar o civismo nos três aspectos fundamentais: caráter, com base na moral, tendo por fonte Deus, nos termos do Preâmbulo da Constituição do Brasil; amor à Pátria e às suas tradições, com capacidade de renúncia; ação intensa e permanente em benefício do Brasil;

- b) projetar-se sobre as atividades de classe e extraclasses enumeradas no art. 31 e seu parágrafo único;
- c) elaborar o Código de Honra do Aluno, nos níveis primário e médio e o Código de Honra do Universitário, no nível superior;
- d) empregar modernos processos didáticos de comunicação e explorar o desejo natural do educando de realizar novas experiências.

§ 3.º. Serão membros dos Centros Cívicos, em caráter facultativo, alunos e professores do estabelecimento.

§ 4.º. Nos estabelecimentos dos níveis primário e médio, o Centro será designado Cívico Escolar (CCE) e nos de nível superior, Superior de Cívismo (CSC).

§ 5.º. Os Estados e Territórios da União, bem como o Distrito Federal, poderão organizar uma Coordenação de Educação Moral e Cívica (COMOCI), com a finalidade de promover, incentivar e orientar a prática educativa nos estabelecimentos de ensino dos três níveis, de sua responsabilidade, em todos os seus aspectos. As atividades da COMOCI na coordenação dos Centros Cívicos deverão inspirar-se nas prescrições do Art. 3.º.

“Art. 33. A CNMC baixará diretrizes fixando a finalidade e encargos do CCE e CSC, bem como as prescrições necessárias ao seu funcionamento em todas as unidades da Federação.”

Art. 3.º (\*). A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;

(\*) O Art. 3.º do Decreto n.º 68.065/71, acima transcrito, é a reprodução do Art. 2.º do Decreto-Lei n.º 869, de 12.09.1969.

e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;

f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;

g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, visando ao bem comum;

h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Parágrafo único. As bases filosóficas, de que trata este artigo deverão motivar:

a) a ação, nas respectivas disciplinas, de todos os titulares do magistério nacional, público ou privado, tendo em vista a formação da consciência cívica do aluno;

b) a prática educativa da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extraclasses e orientação dos pais.

## ANEXO II

## DIRETRIZES PARA UMA AÇÃO GLOBALIZADORA DOS DOCENTES DO C.A.R.S.

O presente conjunto de ação a ser implantado a partir de estudos e reflexão dos professores, têm como objetivo principal traçar uma linha de ação única de trabalho; para garantir a disciplina e atenção as aulas e sobretudo melhorar o processo administrativo e pedagógico com o intuito de aperfeiçoar o ensino aprendizagem.

É importante para se alcançar a meta pretendida que todos nós conjuntamente, professores, direção e alunos tomemos consciência de que a principal função da escola é ensinar e a do aluno, aprender. Estamos certos de que uma vez tomadas as medidas a seguir relacionadas, haverá de acontecer uma educação mais eficiente e comprometida com a formação integral do aluno.

A partir desta data, ficam estabelecidas as seguintes regras básicas acordada pelo Corpo Docente e Administrativo, para o ano letivo de 1992.

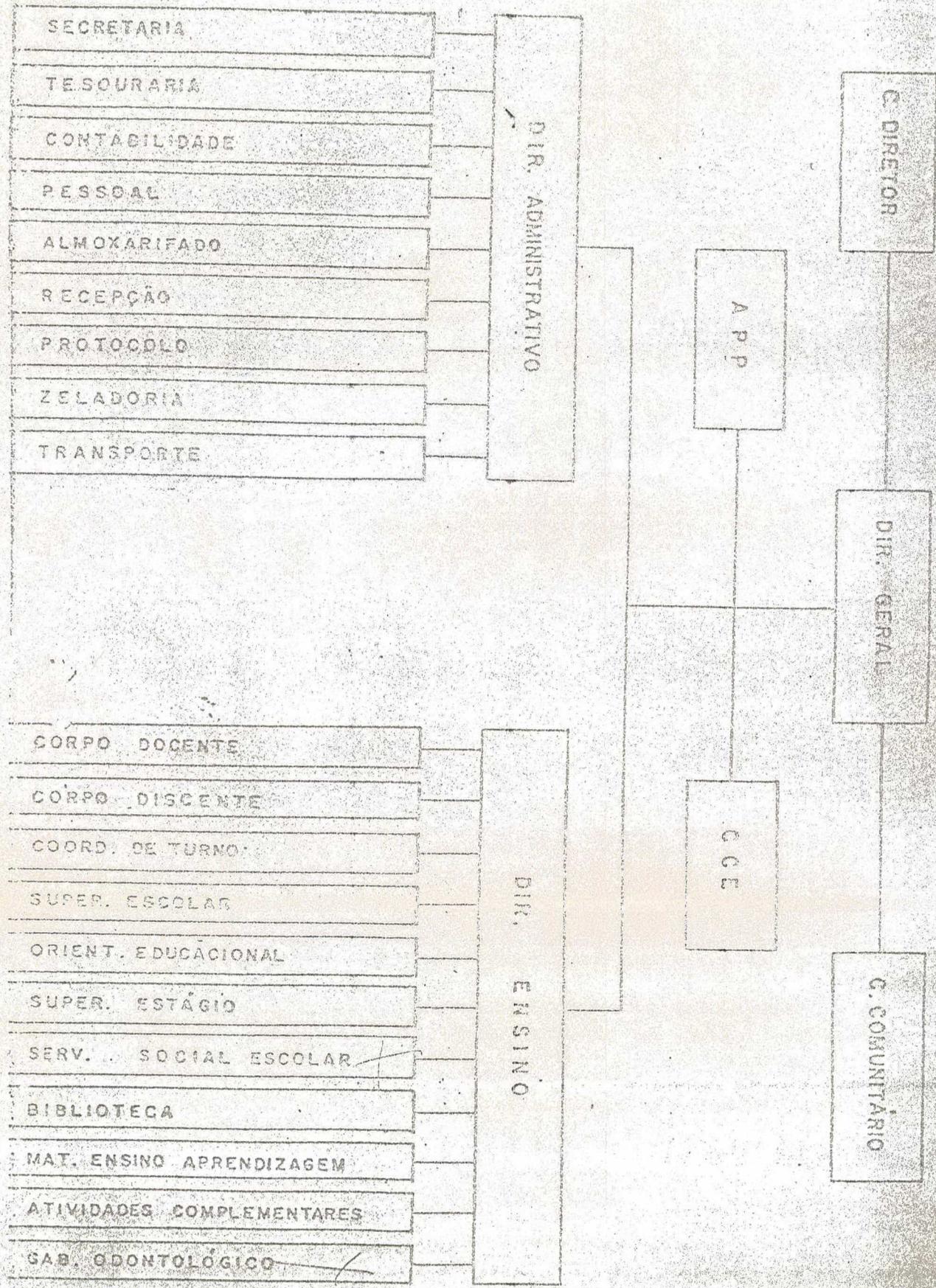
1. Não será permitida a presença de alunos no pátio durante os intervalos das aulas;
2. É dever do aluno tratar com polidez professores e funcionários do C.A.R.S.
3. Fica, terminantemente proibida a entrada de alunos na Sala dos Professores;
4. Fica proibida a permanência de alunos nas dependências do Colégio após o horário das aulas;
5. É dever do aluno zelar pela limpeza das salas de aulas, e demais dependências do Colégio;
6. Não será permitido ao aluno ocupar-se de coisas estranhas à aula, bem como fazer lanche durante as mesmas;
7. Será instituído dois sinais; sendo o primeiro de advertência, no qual o aluno deverá se dirigir à sala de aula e o segundo para avisar que a partir daquele momento, o aluno não poderá entrar em sala.

O não cumprimento das normas estabelecidas fica o aluno sujeito as seguintes penalidades:

1. Advertência oral;
2. Advertência escrita;
3. Suspensão

OBS.: Dependendo da falta cometida, fica a critério da Coordenação do Turno aplicar a pena, independente da ordem acima estabelecida.

ANEXO III



PLANEJAMENTO GERAL DA ESCOLA - 1992

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO;

1.1.- NOME: Colégio Aderval Ramos da Silva

1.2.- ENDEREÇO: Rua: Coronel Pedro Demócrito, 1860

1.3.- LOCAL: Estreito - Florianópolis

1.4.- NÍVEL e GRÁUS DE ENSINO: Pré-Escolar, 1º e 2º Graus

1.5.- CURSOS (PROFSSIONALIZANTES):

- Técnico de Administração
- Técnico em Serviços Bancários
- Técnico em Processamento de Dados
- 2º Grau Méd. Ensejando Habilitação Profissional.

1.6.- EQUIPE DIRETIVA:

- Diretor Geral: ~~José Paulo Machado~~ *Manoel Martins Medeiros*
- Diretor Administrativo: ~~Manoel Martins Medeiros~~ *Luiz Cadornetto*
- Diretor de Ensino: *Dimas Cirilo Moreira*

## 2. OBJETIVOS:

2.1. GERAL: Proporcionar à comunidade escolar, oportunidade educacional, visando a sua ascensão sócio-cultural através da melhoria qualitativa e quantitativa dos cursos oferecidos.

### 2.2. METAS:

- Promover a integração escola/comunidade e a plena utilização dos recursos disponíveis.
- Promover o aperfeiçoamento dos recursos humanos da Unidade de Ensino.
- Reduzir o índice de evasão e repetência.
- Promover a melhoria qualitativa do processo ensino-aprendizagem.
- Dinamizar os núcleos das instituições docentes, discentes e administrativas.
- Implementar e dinamizar os programas de apoio, orientação e assistência ao estudante.
- Melhorar as condições físicas e materiais do Colégio.

## ANEXO IV

Colégio Aderbal Ramos da Silva ( C.A.R.S)

Situação pedagógica no ano letivo 1993

CORPO DIRETIVO

Diretor Geral : Manuel Martins de Medeiros

Diretor Administrativo: Ivone Cadernutto

Diretor Ensino : Dimas Cirilo Moreira

Número de alunos matriculados no 1o. Grau:

Noturno: 8a.G = 42 alunos

TOTAL C.A.R.S = 1037 alunos

Número de alunos matriculados no 2o.Grau:

Noturno: 705 alunos

TOTAL C.A.R.S = 882 alunos

Número de Professores:

Noturno= 20 ACTs e 22 Efetivos

TOTAL C.A.R.S = 92 ACTs e 79 Efetivos

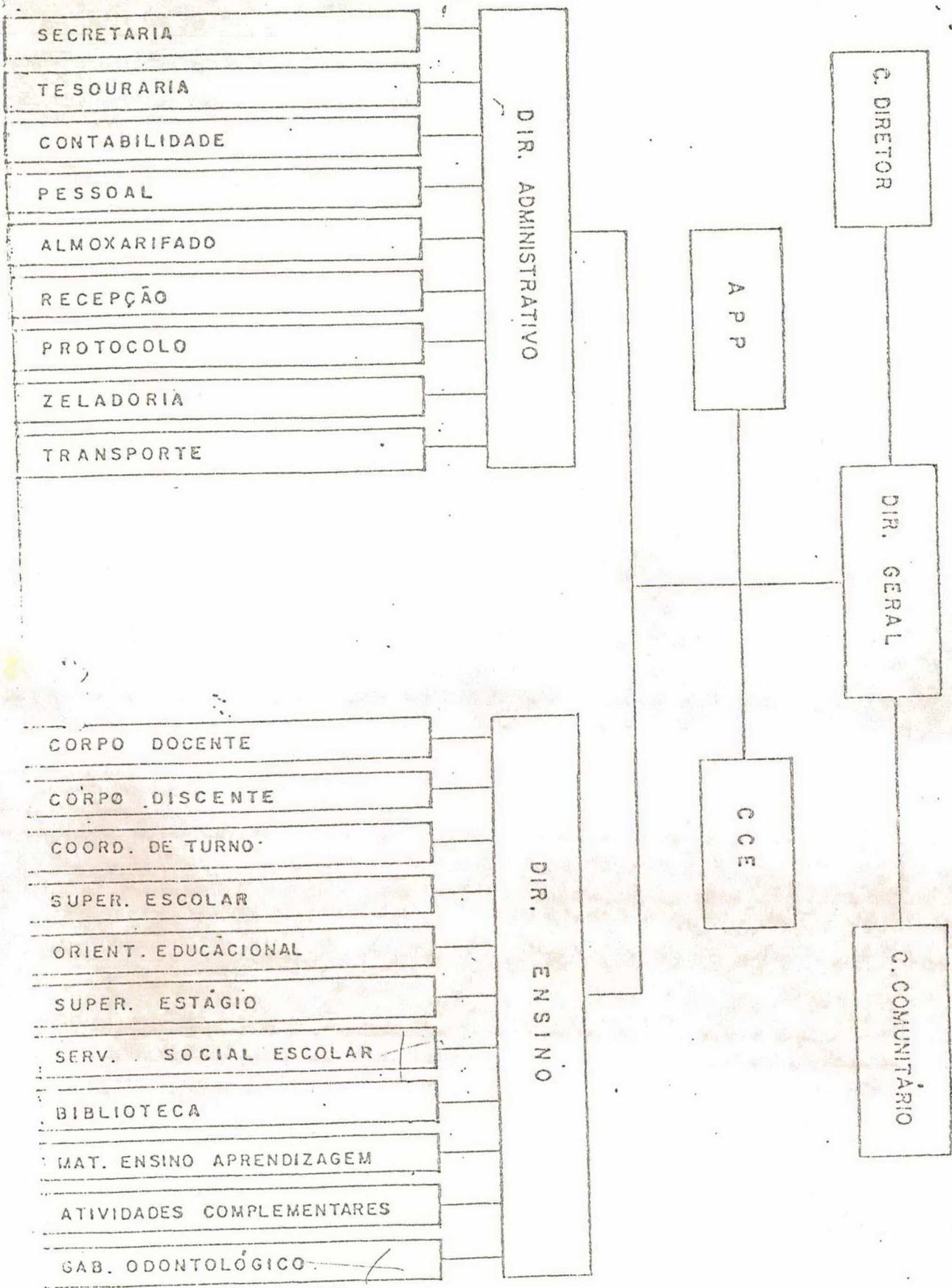
Número de funcionários :

Noturno= 19

TOTAL C.A.R.S = 57 efetivos e 13 ACTs

DADOS OBTIDOS NA SECRETARIA DO COLÉGIO NOV/1993

## ANEXO V



## ANEXO VI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO ECONOMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

PROPOSTA DE ESTÁGIO - 1992/2

ACADÊMICA : Elaine Bunn

6a. Fase

Florianópolis, setembro de 1992

## Introdução

A situação observada no C.A.R.S a partir de observações leva a estudar a política educacional de forma mais ampla, possibilitando reconhecer o espaço pedagógico como privilegiado para uma proposta político pedagógica. Conforme a situação exposta pela direção de ensino da necessidade de trabalhar com o corpo docente no sentido de participação na comunidade escolar, é necessário verificar o nível de interesse por determinados temas que entendemos necessários ao espaço escolar.

Será realizado atividades com alunos especificamente do período noturno, com possibilidades de se estender aos demais turnos.

## OBJETIVOS:

- Possibilitar ao corpo docente conscientizar-se na necessidade da participação escolar;
- Organizar comissão para implantação do grêmio estudantil, entendendo da necessidade de organização escolar;
- Verificar que mesmo em um espaço “conservador” há espaço para iniciativa participativa;
- Reconhecimento da proposta pedagógica para trabalho em conjunto ( serviço social e orientação pedagógica).
- Levar ao alunado temas de seu interesse para verificação de sua participação.

## ANEXO VII

TURMA O QUE ESPERA DO COLEGIO?

2º A MELHORAS

1º H MELHORAS NAS SALAS E NO ENSINO

2º A APRENDER

1º E NAO ESPERO NADA

8º G OFERECA ATIVIDADES DIVERSAS

2º C QUE MELHORE A QUALIDADE DE ENSIN

8º C MELHOR ESTRUT.NAS SALAS E ALUNOS

1º E O MELHOR...

2º C CORRESPONDA E PROF.MELHOREM

2º A NAO

1º C MAIS DESEMPENHO MEU E PROFºS

3º A APRENDIZADO E SEGURANCA

1º C MAIS CONSCIENC.PARA OS ALUNOS

1º E UM GREMIO ESTUDANTIL, MELHORAS

1º C AUXILIAR OS ALUNOS

1º D MAIS RESPEITO COM OS ALUNOS

3º CB QUE MELHORE

3º A TUDO

3º C 100% DE MELHORAS

1º D MELHORE CADA VEZ MAIS

3º A BOA BASE PARA VESTIBULAR

2º C PASSAR DE ANO

2º A MAIS DESEMPENHO EM TUDO

2º C MELHORAS NO ENSINO OFERECIDO

3º A PROGRI DA CADA VEZ MAIS

1º G MUITO ESPORTE

1º E ESTA NA MEDIA MAS ESPERO MAIS

1º H MELHORAS

2º C BOM PREPARO PARA VESTIBULAR

1º E QUE CUMpra SEU DEVER: ENSINAR

1º E UM BOM APRENDIZADO

1º H UM COLEGIO MELHOR COM MAIS ATIVI

3º A TER BOM CONTEUDO PARA O FUTURO

2º A UMA MELHORA NO ENSINO

1º I SEJA EXEMPLAR ALGUM DIA

1º C ESTA BOM MAS SE TIVE UM GREMIO

3º CB COMPETENCIA/RESPONSAB/AMPLIACAO

1º E ENS. SUFIC. P/PASSAR NO VESTIBA

3º A ECA FORMACAO NO CURSO TECNICO

3º C REATIVAR OS LABORATORIOS

1º E ENSINO BOM SEM GREVE

1º E ESPERO QUE HAJA LABOR. E COMPUT

1º H MUITA ATENCAO AOS ALUNOS

3º A MAIS ORGANIZACAO

2º C MELHORAS

2º A MAIS ORGANIZACAO

3º A QUE O ENSINO ME QUALIFIQUE

3º C EVOLUCAO

2º A MELHORAS: PROFESSORES/DIRECAO

1º E QUE CONTINUE CADA VEZ MELHOR

1º E NAO TENHO NADA A RECLAMAR

1º E CAPAZ DE ALCANCAR MEU OBJETIVO

3º CB MAIOR COMPETENCIA PROFº E ADMINI

1º E ESCOLA EXEMPLAR

1º E BOM NIVEL DE PROF. E RESPEITO

## TURMA

## O QUE ESPERA DO COLEGIO?

1º D UM COLEGIO SERIO  
3º A MELHORAS  
3º CB USAR GINASIO PARA FAZER SHOWS  
1º C MAIS ORGANIZACAO E MATERIAIS  
1ª F ESPERO QUE PROGRIDA  
1º G QUE SEJA UMA BOA ESCOLA  
1º C NIVEL APRENDIZAGEM MELHOR  
3º C ME DE CONDICOES DE FORMAR  
3º A MELHORAS  
1º D MAIS LIBERDADE E RESPEITO  
3º A QUE MELHORE MUITO  
1º E ORDEM  
1º C MAIS LIBERDADE  
3º A ME DE CONDICOES DE SER B/PROFISS  
3º A AMPLIACAO SALAS E MELHORAS ENSIN  
3º CB MAIS ATIVIDADES FORA HORAR.AULA  
1º C MELHORA NO QUADRO DE PROFESSOR  
1º D MELHORAS  
1º E ESCOLA EXEMPLAR  
8ª G ESPERO MELHORE ENSINO/SEGUR/ORGA  
1º H MELHORAS  
1º D NADA TA BOM ASSIM  
1º D ME POSSIBILITE PROFISSIONAL FUTU  
3º A BOM ENSINO E CAPACITADO P/MERCAD  
2º A BOM ENSINO  
3º A VOLTE A SER C/ANTES:ORGANIZ/EQUI  
2º C BASTANTE BAGUNCA  
1º G NADA  
1º H MAIS INCENTIVO AOS ESPORTES  
2º C ESPERO ME FORMAR E MELHORAS CARS  
3º C QUE MELHORE PARECE UMA PRISAO  
1º D NADA  
3º A MELHORAS EM ENSINO E PROFESSOR  
8º G COM COLEGIO E FORM.COMPUTACAO  
1º H MELHORAS  
1º I QUE PENSE MAIS NOS ALUNOS  
2º A NAO  
3º CB TUDO  
3º C QUE MELHORE  
1º H TERMINAR O 2º GRAU  
2º C ENSINO MELHOR  
3º CB MAIS ORDEM  
2º A MELHOR DESEMPENHO  
3º A MELHORAS DE SALA AULA E INFRAEST  
3º CB TUDO  
1º G ENSINO COMO SEMPRE FOI:TRADICAO  
1º D MAIS RESPEITO E DIGNIDADE  
2º A MELHORAS  
1º C UM BOM CURRICULO  
1º D RESPEITO AOS ALUNOS  
3º A APRENDER E SEGUIR EM FRENTE  
1º H CRESCA CADA VEZ MAIS  
8º G MELHORA DOS PROFESSORES  
1º H APRENDER P/TRABALHAR

TURMA O QUE ESPERA DO COLEGIO?  
 1º G ESPERO RESPEITO DOS FUNCIONARIOS  
 1º C UM BOM ENSINAMENTO  
 2º C QUE MELHORE  
 2ª A AJUDE A CRESCER PROFISSIONALMTE  
 1º D MAIS EDUCACAO  
 1º E TER MAIS DIREITOS PARA OS ALUNOS  
 3º A QUE FIQUE BOM  
 1º E POSSA ME FORMAR NO 2º GRAU  
 3ª A QUE SEJA MAIS ORGANIZADO  
 1º F QUE MELHORE MUITO MAIS  
 1º E BOM COLEGIO E APTO F/COMPUTACAO  
 1º E BOM GRAU DE ENSINO  
 1º E COLOQUEM LABORAT.E VIDEOS  
 2º A MELHORE CADA VEZ MAIS  
 3º A QUE CRESCE  
 1º E UM OTIMO ENSINO  
 3º CB MAIS ORDEM NO COLEGIO  
 3º A BONS ESTAGIOS PARA OS ALUNOS  
 2º A IMPULSO DA VIDA E ESTUDOS  
 1º E SEJA BEM ORGANIZADO  
 1º G ESPERO QUE MUDE! OS PROF.FIS/ING  
 3º CB BOA EDUCACAO,ESTUDO E RESPEITO  
 2º C AULAS  
 3º CB O MELHOR  
 3º A SEM GREVES POIS QUERO TERM.CURSO  
 2º C MELHORAS NOS PROXIMOS ANOS  
 3º CB USAR O GINASIO PARA SHOW  
 3º A CRESCA E SEJA MELHOR  
 2º C MELHORAS NA ORGANIZACAO  
 1º F QUE EU SAIA APTO A CONTINUAR EST  
 2º A MELHOR COLEGIO E ME FORMAR  
 1º F UMA GRANDE MELHORA  
 1º C BOM ENSINO  
 3º CB MELHORAS  
 3º A MELHORAS E MAIS MICROS PARA AULA  
 1ª F QUE CONTINUE ASSIM  
 1º E TENHA BONS PROFESSORES  
 1º G ALGUMAS MELHORAS  
 8ª G MAIS RECREACOES  
 1º E SAIR BEM NOS ESTUDOS  
 3º A MELHORAR O ENSINO  
 1º D MELHORAS  
 1º D ESTA BOM E PORTAO ABERTO  
 1 F QUE SEJA BOM SEGUND AS REFERENC  
 1º F TRAGA CONHECIMENTOS  
 3º A MELHORIAS  
 1º D QUE DEIXEM O PORTAO ABERTO  
 8º G MELHORE PROFES/ORGANIZ/SEM GREVE  
 1º G MAIS AUTORIDADE PROFº AOS ALUNOS  
 1º G MAIS ORGANIZADO/HORAS VGAS LAZER  
 1º D MELHORA NO TRATAMENTO AOS LAUNOS  
 1ª F BOM NIVEL DE ENSINO  
 3º A TERMINAR O 2º G.COM BASE P/VESTI  
 2º A TUDO  
 3º A MAIS AULAS PRATICAS

TURMA O QUE ESPERA DO COLEGIO?  
1º I MAIS RECURSOS PARA NOSSO ENSINO  
1º H NAO  
3º A ESPERO QUE ELE SE DESENVOLVA  
1º E MELHORAS E MAIS ORGANIZADO  
3º CB USE MELHOR A MENSALIDADE PGA APP  
3º CB MELHORAS NO ENSINO  
1º E BOM ESTUDO COMO PRECISO  
1º C QUE SEJA BOM COLEGIO  
1º H NAO  
1º D MAIS DISCIPL ALUN/PROF/DIRECAO  
1º H MELHORAS  
3º A ESPERO MELHORAS  
3º C QUE EVOLUA  
1º I MAIS AUTORIDADE:DIRECAO E PROFº  
2º A SEJA O MELHOR DO ESTREITO  
8º G MAIS REALIZACOES P/RESPONSAVEIS  
1º H BOM APRENDIZADO  
1º C ACABE C/AUTORITARISMO DO COLEGIO  
8º G ESTA BOM ASSIM  
1º E BONS PROFESSORES E SEM GREVE  
2º C UM BOM NIVEL DE AULA  
1º I MELHORAS  
1º E ME FORMAR COM BOA BAGAGEM P/FUT  
1º C MA ORGANIZACAO REVOLTA OS ALUNOS  
1º H UM DESENVOLVIMENTO MELHOR  
2º C NAO  
1º H GINCANAS E ATIVIDADES DIVERAS  
1º D MELHORA NA EDUCACAO  
1º G CONTINUE MELHORANDO, INCENT. ESPOR  
1º H QUE ME PASSEM PARA O PERIODO VES  
1º C MELHORAS NO ENSINAMENTO  
1º H MELHORAS NA EDUCACAO E ESTRUTURA  
1º H MELHOR DESENVOLVIMENTO  
2º A SALAS MAIS CONFORTAVEIS  
3º C MELHORIAS ESTA UMA BAGUNCA  
1º E NAO FOSSE ESQUEC. E TEN.UM GREM  
2º C QUE MELHORE OS ESTUDOS E O COLEG  
8º G SER UM BOM PROFISSIONAL  
1º E SE TORNE MAIOR  
2º C MELHORAS  
3º C MELHORAS URGENTES  
1º C MELHORE LABORAT.BANH.C/CHUVEIRO  
8º G MELHORAS  
3º C ORGANIZACAO  
1º D NEM SEI  
3º CB MELHORAS  
1º I MELHORAS,ACABE C/DROGADOS NO ARS  
2º A UM FUTURO OTIMO  
3º A MELHORA DO ENSINO  
2º C TERMINAR O 2º GRAU  
3º A BOM APROVEITAMENTO  
2º A ME FORMAR  
3º CB MELHORAS  
2º C ME FORMAR COM BOA APRENDIZAGEM  
1º E COMPLETAR MEUS ESTUDOS SEM GREVE

TURMA	O QUE ESPERA DO COLEGIO?
3º CB	ESPERO QUE SEJA UM DOS MELHORES
1º C	MELHORE ORGANIZ.QUE REVOLTA ALUN
1º F	NAO PREENCHEU
2º C	INFORMACOES CULTURAIS ATRACOES
2º A	NOVAS ATIVIDADES PARA MELHORAR
1º C	PROFº N/TRAGA PROBL.DE CASA
1º H	MUITAS MELHORAS
1º H	NADA
3º A	ESPERO QUE MELHORE
1º I	SOMENTE SE FORMAR NO 2º GRAU
1º D	MELHORAS
8º G	POLICIAMENTO PONTOS DE ONIBUS
1º C	APRENDER PARA SAIR DAQUEI C/EMPR
1º C	NAO
1º F	CAMPEONATOS
3º CB	ALGUMAS MELHORIAS
1º G	SEMPRE ESPEREI ALGO, SO MUD.PROF
1º F	NAO PREENCHEU
2º C	NAO
1º C	QUE MELHORE MAIS
1º G	QUE PASSE DE ANO
1º D	MELHORAS
1º F	QUE AUMENTE O MEU CONHECIMENTO
1º F	QUE TENHAM RESPEITO ENTRE TODOS
1º F	UMA BOA EDUCACAO
1º F	PROPOSTA DE MELHOR ESTUDO
3º A	UMA BOA BASE PARA O FUTURO
1º I	QUE CADA VEZ MELHORE MAIS.
1º C	CONINUE SENDO UM BOM COLEGIO
1º H	COLEGIO EXEMPLAR
1º D	MELHORAS
1º F	QUE SEJA BOM COMO A INDICACAO
1º F	UM BOM COLEGIO
2º A	RECEBA BOM CONHECIMENTO
1º I	LEI MAIS RIGIDA.
1º C	NAO
8º G	ENSINO MAIS ATUALIZADO
1º F	APRENDER
3º C	QUE SEJA MAIS ORGANIZADO
8º G	BOM ENSINO
3º A	MELHORAS NO ENSINO
3º CB	USAR O GINASIO PARA SHOWS
1º I	MELHORE A QUALID.E ATENCAO ESPOR
1º I	MAIS RESPONSABILIDADE PROFºS.
1º H	MAIS ORGANIZACAO
2º A	NAO
8º G	S/GREVES QUE SO PREJUDICAM O ALU
1º I	MAIS ORDEM, PORT.E PROF. GROSSOS
1º F	QUE ENSINE
1º F	ENSINE MUITAS COISAS
2º C	MORALIZACAO E NAO POLITIZACAO
1º D	MELHORAS
2º C	DECENCIA E ACERTOS NA DIRECAO
1º I	MUITAS MELHORAS
1º F	UM BOM ESTUDO E FORMACAO

TURMA  
1ª F  
2ª A  
3ª CB  
3ª C  
8ª G  
8ª G  
2ª A  
3ª CB  
8ª G  
3ª A  
1ª F  
3ª C  
8ª G  
3ª A  
3ª CB  
1ª F  
1ª E  
2ª A  
2ª C  
3ª A  
3ª A  
1ª H  
2ª C  
1ª H  
1ª H  
3ª A  
8ª G  
1ª H  
1ª F  
1ª H  
3ª C  
1ª D  
2ª A  
1ª H  
8ª G  
3ª CB  
3ª A  
1ª I  
1ª I  
1ª D  
3ª CB  
3ª C  
2ª A  
3ª CB  
1ª D  
1ª G  
1ª F  
1ª C  
3ª A  
3ª C  
1ª F  
3ª C  
1ª G  
1ª F  
3ª A

O QUE ESPERA DO COLEGIO?  
QUE O NIVEL DE ENSINO CRESÇA  
BOM DESEMPENHO  
GINACANAS ESPORTIVAS /CULTURAI  
MELHORAS NO ENSINO  
QUE SEJA TAO BOM QTO FALAM  
PAREM AS GREVES  
MELHORAS POIS ESTA MUITO RUIM  
MELHORAS  
SEM GREVE/ESTUD.SEJA COMO ANTIGA  
MELHORA DOS PROFESSORES  
UM BOM ENSINO  
TOTAL RECUPERACAO  
MELHORE O ENSINO  
PROPORCIONEI BOM CURSO TECNICO  
MAIS ORGANIZACAO E RESPEITOS ALU  
ENSINO  
PROF.C/ VONTADE DE DAR AULA  
MELHORE  
NAO  
A SITUACAO E CRITICA:MELHORAS  
SAIR DAQUI FORMADO  
QUE SEJA ESCOLA MODELO DE SC  
MELHORAS NO ENSINO  
QUE SEJA OTIMO  
MAIS ENSINO  
MELHOR ORGANIZACAO E MATERIAIS  
CONSIGA TERMINAR OS ESTUDOS  
CONTINUE COMO ESTA  
MELHORAS  
MAIS PROFº/ SALA AUDIO/SEGURANCA  
MELHORAS NO ENSINO  
REFORMAS  
UM BOM ENSINO  
NADA  
SER PROFISSIONAL  
MELHORE NOS CURSOS E MAIS CURSOS  
CONDICOES PARA SER BOM PROFISSIO  
CRESÇA E SE TORNE O MELHOR DE SC  
BOM ENSINO, PROFºQUALIFICADOS  
MELHORAS  
RECEBER MEU DIPLOMA  
NAO  
ME FORMAR NO CURSO ESCOLHIDO  
NAO  
QUE OS PROFº COMPARECAM MAIS  
PROPORCIONAR COISAS:GINCANA/TEAT  
CRESCIMENTO  
MELHORE E PROPORC.MELHOR ENSINO  
MAIS COMPUTADORES PARA AULA PRAT  
PREPARA-ME PARA VESTIBULAR  
CAPACIDADE DE ENSINO  
SUFICIENTE PARA ME FORMAR  
MELHORIAS NO ESTUDO  
MELHORAR A MANEIRA DE ESNINAR  
ME DE CONDICOES DE TRABALHAR

JRMA O QUE ESPERA DO COLEGIO?  
A MELHORAS E MICROS PARA AULAS  
A NAO  
I TENHAM AULAS NORMAIS, MAIS ESP.  
C NAO  
G SER EXEMPLAR E QUE POSSA ME FORM  
G BOM COLEGIO  
A MELHORAS NO ENSINO  
G MELHORAS  
C ME PASSAR CONHECIMENTOS  
G SEMPRE BOM DE ENSINO  
I BONS ESTUDOS SEM FALTA DE PROFº  
H MELHORAS  
D MELHORES PROFESSORES  
G CADA VEZ MELHOR  
I PROFESSORES SUBSTITUTOS  
I QUE MELHORE BASTANTE  
CB USAR GINASIO PARA SHOW  
C MELHORAS  
H NAO ESPERO NADA  
H MELHORAS  
C MELHORE ENSINO DE ENSINO  
A NAO  
G MAIS SALAS COM VARIOS CURSOS  
H VOLTE A SER COMO ANTES.  
G MAIS CURSOS  
A MELHORE SETOR INFORMATICA  
H UM COL. EXEMPLAR C/ESTUDO E DIVER  
G BOAS COISAS  
G QUE MELHORE  
A MELHORAS  
CB BOM FORMACAO  
A ME FORMAR  
A FALTA DE COMPUTADOR  
G MAIS ORGANIZADO E LAZER HOR. VGAS  
I BOM ENSINO, BONS PROFºS., ORDEM  
G BOM COLEGIO  
CB ME SAIR BEM NO VESTIBULAR  
I QUE CONTINUE COMO ERA ANTES  
A UM BOM DESEMPENHO  
A MAIS ORGANIZACAO EM TODAS AREAS  
I NAO  
G COLEGIO QUE ENSINE BEM  
A MELHOR NIVEL DE ENSINO

TURMA O QUE ESPERA DO COLEGIO?

1º H CRESÇA CADA VEZ MAIS

3º CB LABORATORIOS/VIDEOS/

1º G NAO SEI

1º C QUE VOLTE A SER COMO ANTES

1º H BOM NIVEL DE APRENDIZAGEM P/VEST

1º G MAIS SALA DE AULA E QUADRAS

3º A MELHORAR NIVEL EDUCACIONAL

1º G QUE SEJA BOM P/COMPETIR C/OS OUT

1º I NAO

3º A UMA GRANDE REVIRAVOLTA

1º G ENSINO DE BOM NIVEL

1º I TOMAR PROVIDENCIAS SOBRE BAGUNCA

1º F PASSAR DE ANO

1º F UMA BOA EXPERIENCIA

3º A UM BOM ENSINO

3º A MELHORAS NIVEL EDUCACIONAL

1º G BOM DESEMPENHO: PROF E DIRECAO

3º CB NADA ESTE E ULTIMO ANO QUE EST.

2º A QUE VOLTE A SER COMO NO PASSADO

1º I QUE MELHORE COM PASSAR TEMPO

1º E QUE ELE MUDE PARA MELHOR

1º C MELHORE MUITO

1º G GOSTO DE ESTUDAR AQUI E BOM COLE

1º F FORMAR JOVENS CAPAZES P/COMPETIR

1º F UMA GRANDE MELHORA

1º E BOM APROVEITAMENTO

1º F QUE ME ENSINE CADA VEZ MAIS

2º C MAIS ORGANIZACAO

8º G CONSIGA ME FORMAR EM UMA PROFISS

1º C BOM APROVEITAMENTO DOS ESTUDOS

3º A UM LUGAR LEGAL

3º CB MELHORE MAIS NO ENSINO

2º A QUE MELHORE

3º A UM LUGAR GOSTOSO PARA SE ESTUDAR

1º G ENSINO BOM, PARA FAZER VESTIBA

3º A MELHORAS

1º C MELHOR DA PRESENCA PROFESSOR

3º A NAO SEI BEM O QUE ESPERAR DELE

1º G CONTINUE COM BOM ENSINO

3º A UMA MARAVILHA

1º G BOM RELACIONAMENTO ALUNO/PROFES.

1º H ALGUMAS MELHORAS

2º A BOM DESEMPENHO

1º I NAO

1º F MUITAS COISAS

1º I MUITAS MELHORAS

3º A ALGUMA COISA

1º I NADA

8º G UM COLEGIO COM BOM ENSINO

3º A BOM ENSINO

1º C ATENCAO NOS ALUNOS

1º H QUE MELHORE

1º H MELHORAS NO ENSINO (MATEMATICA P

3º C MUITA COISA QUE ELE NAO TEM

3º A MELHORA DO PROFºS E DIRECAO ENSI

ANEXO VIII

### 3. DIRETRIZES PARA OS CENTROS CÍVICOS

(Arts. 31, 32 e 33 do Decreto  
n.º 68.065, de 14.01.1971).

- |      |   |                          |
|------|---|--------------------------|
| I    | — | FINALIDADES              |
| II   | — | IDÉIAS BÁSICAS           |
| III  | — | OBJETIVOS                |
| IV   | — | MEDIDAS DE EXECUÇÃO      |
| V    | — | ORGANIZAÇÃO              |
| VI   | — | DOCUMENTAÇÃO BÁSICA      |
| VII  | — | DISPOSIÇÕES GERAIS       |
| VIII | — | DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS |

Janeiro de 1972

Publicadas no D.O. da União de 07.02.1972  
Homologadas no D.O. da União de  
31.12.1973, pág. 13.673.

## DIRETRIZES PARA OS CENTROS CÍVICOS (CCE e CSC)

(Arts. 31, 32 e 33 do Decreto  
n.º 68.065, de 14.01.1971)

A Comissão Nacional de Moral e Civismo, nos termos do Art. 33, do Decreto n.º 68.065, de 14.01.1971, baixa as presentes DIRETRIZES, destinadas a orientar a organização e funcionamento dos Centros Cívicos dos estabelecimentos de todos os níveis de ensino, públicos e particulares, do país, dentro das finalidades e com os encargos que enumera.

### I — FINALIDADES

Centralizar, no âmbito do estabelecimento de ensino, e irradiar adequadamente, na comunidade local, atividades de Educação Moral e Cívica, bem como cooperar na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando (art. 32 do Decreto 68.065/71).

### II — IDEIAS BÁSICAS

1. Influenciar significativamente na consecução de objetivos fundamentais da Escola — formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando e preparo para as atividades cívicas da Democracia.
2. Enaltecer o Civismo como decorrência da Moral e os atos cívicos como atos morais relacionados com a grandeza espiritual e material da Pátria.
3. Ter presentes as bases filosófico-constitucionais da Democracia brasileira, vinculando-a à Liberdade com Responsabilidade, alicerçada esta em valores espirituais e morais, vivificadores da consciência e definidores do caráter (letras *a* e *e* do art. 2.º do Decreto-Lei 869/69).
4. Considerar o Civismo nos três aspectos fundamentais (letra *a* do § 2.º do art. 32 do Decreto n.º 68.065/71):

- “— caráter, com base na moral, tendo por fonte DEUS, nos termos do Preâmbulo da Constituição do Brasil;  
— amor à Pátria, e às suas tradições, com capacidade de renúncia;  
— ação intensa e permanente em benefício do Brasil.”

5. Alicerçar as atividades cívicas nos exemplos de brasileiros que se tenham sobressaído, no ambiente nacional ou comunitário, por atividades morais e cívicas e amor aos princípios da democracia brasileira. Esses brasileiros serão designados Patronos dos Centros Cívicos.

6. Entender a elevada finalidade das instituições extraclasses, com aspectos de natureza cultural, científica, esportiva, jurídica, disciplinar, comunitária, manualista, artística, assistencial, de recreação e outros, que estimulem a criatividade do aluno e assemelhem, tanto quanto possível, a escola a uma sociedade democrática em miniatura.

7. Levar em consideração a necessidade de participação do brasileiro no desenvolvimento econômico nacional, em bases morais e tendo por alicerce sentimentos de fraternidade.

8. Compreender o valor da solidariedade entre os componentes do estabelecimento ou das comunidades, inclusive internacional, com vistas a objetivos nobres e elevados.

9. Empregar modernos processos didáticos de comunicação e explorar o desejo natural do educando de realizar novas experiências (letra *d* do § 2.º do art. 32 do Decreto 68.065/71).

10. Obter o apoio do Diretor do estabelecimento para a integral cooperação de todos os setores curriculares ou extracurriculares, tendo em vista o cumprimento das missões do Centro Cívico, por constituírem a Moral e o Civismo elementos básicos do processo educativo global.

### III — OBJETIVOS

1. Propagar o Civismo, através de processos oportunos e adequados, no âmbito do estabelecimento e na comunidade local.
2. Cooperar na formação ou aperfeiçoamento do caráter dos alunos do estabelecimento (art. 32, *in fine*, do Decreto 68.065/71) na forma do conceito expresso no item II, 4, das presentes Diretrizes.

3. Estabelecer o Código de Honra do Aluno, nos estabelecimentos de ensino de 1.º e 2.º graus e o Código de Honra do Universitário nos de nível superior (Letrac do § 2.º do art. 32 do Decreto n.º 68.065/71).

4. Projetar-se sobre as atividades de classe e extraclasses enumeradas no item II, 6 (letra b do § 2.º do art. 32 do Decreto 68.065/71).

#### IV — MEDIDAS DE EXECUÇÃO

Para atendimento das finalidades e a realização dos objetivos fixados, os Centros Cívicos deverão:

1. Programar e realizar solenidades cívicas e outras, inclusive em grandes datas nacionais, estaduais e municipais, dando-lhes o maior realce.

2. Promover atividades de cunho cívico e cultural que concorram para exaltar o patriotismo, o culto aos construtores da Pátria em qualquer dos seus aspectos, e as tradições espirituais brasileiras, como:

a) fazer realizar palestras para todos os alunos, zelando para que sejam acordes com as idéias básicas destas instruções e, muito especialmente, ressaltem as características da Democracia brasileira, focalizadas no item II, 3;

b) programar e promover campanhas que:

- (1) divulguem os direitos e deveres do homem e da criança;
- (2) enalteçam a participação cívica das mulheres no lar e na comunidade;
- (3) exaltem os atos de coleguismo, de solidariedade aos mestres e pais, e de apoio às autoridades responsáveis pelo bem comum;
- (4) levem à conservação ou melhoria das instalações escolares.

c) estabelecer comunicação com o público interno do estabelecimento de ensino, inclusive mediante:

- (1) a colocação de cartazes, impressos, recortes de jornais e revistas etc., que realizem os objetivos da Educação Moral e Cívica;
- (2) a publicação, dentro das possibilidades, de um boletim interno, com exaltação de motivos e fatos cívicos

cos e com informações que interessem aos corpos docente e discente, devendo ser evitadas críticas e aceitas colaborações de professores e alunos.

d) propor à Diretoria do Estabelecimento:

- (1) o Regimento Interno do Centro Cívico;
- (2) o Calendário Cívico Anual;
- (3) a composição, nos estabelecimentos de 1.º e 2.º graus, do Pelotão da Bandeira, devendo zelar pela sua apresentação.

e) providenciar o hasteamento da Bandeira nos dias de festas ou de luto nacional e, com caráter solene, durante o ano letivo, pelo menos uma vez por semana (art. 14 e parágrafo único da Lei n.º 5.700, de 1.9.71);

f) elaborar o Código de Honra do Aluno, nos estabelecimentos de 1.º e 2.º graus, e Código de Honra do Universitário, nos estabelecimentos de nível superior, tendo em vista, entre outros objetivos:

- (1) colaborar com o Lar e Escola na formação ou aperfeiçoamento do caráter;
- (2) estimular o culto de qualidades nobres, definidoras da personalidade;
- (3) enaltecer a solidariedade e a fraternidade como características da evolução brasileira, avessa à discriminação, sob qualquer aspecto;
- (4) focalizar o valor da lealdade para com os companheiros, os mestres, a comunidade e a Pátria;
- (5) realçar o compromisso do estudante de uma Democracia com a juventude, com a Nação e com a comunidade local, assumido ao ocupar um lugar em qualquer estabelecimento de ensino;
- (6) eliminar os maus atos no meio estudantil, não só pelo temor dos seus efeitos, como, sobretudo, pela compreensão da indignidade do mal. Entre esses atos alinham-se o emprego de meios que falseiem a apuração do rendimento da aprendizagem e a verificação da presença em atos escolares, bem como que danifiquem as instalações e o material do estabelecimento;

- (7) evitar a possível utilização de meios maus para a obtenção de fins, ainda que bons;
- (8) exaltar a *participação* do estudante nas atividades cívicas e culturais do estabelecimento e da comunidade;
- (9) enaltecer a necessidade de o estudante participar do *desenvolvimento nacional em bases morais*;
- (10) apontar a necessidade da *total aplicação do estudante* na construção do melhor instrumento para a realização dos seus objetivos pessoais nobres e para participar, como adulto, do desenvolvimento nacional, da construção da Pátria;
- (11) incentivar o *culto às tradições nacionais* e aos valores eternos, para que a renovação normal dos valores temporários se faça sem destruição dos eternos.

g) julgar as infrações ao Código de Honra, chegadas ou levadas ao conhecimento do Centro Cívico;

h) promover sessões e visitas referentes à Organização Social e Política do País, no ensino de 2.º Grau e a Problemas Brasileiros, no ensino superior, dentro das bases estabelecidas no item II, 3.

3. Estimular a organização e funcionamento de instituições de classe e extraclasses, de aspectos enumerados no item II, 6, tais como biblioteca, jornal, academia, centros de estudos científicos e outros, *forum* de debates, núcleo escoteiro, centro de formação de líderes democráticos, clubes agrícolas, oficinas, grêmio cênico-musical, banco, cooperativa, centro de saúde, grêmio esportivo, grêmio recreativo, associação de antigos alunos e outras (parágrafo único do art. 31 do Decreto 68.065/71).

4. Superintender ou apoiar as instituições de classe ou extraclasses, incluídas as referentes às atividades de teatro, esportivas e científicas.

5. Programar reuniões para discussão de problemas do estabelecimento e da comunidade local, cooperando na respectiva solução.

6. Obter que a freqüência ao Centro Cívico seja realizada em atitude de respeito e reverência aos seus elevados objetivos.

7. Zelar pelo cumprimento do Código de Honra.

8. Nos Estados e Territórios da União, vincular-se-á à Coordenação de Educação Moral e Cívica — COMOCI — (§ 5.º

do art. 32 do Decreto 68.065/71), do modo prescrito no Regulamento.

9. Endereçar ao órgão de que depender relatório periódico de suas atividades.

## V — ORGANIZAÇÃO

1. *Da Criação* — Deverá ser estimulada nos estabelecimentos de qualquer nível (art. 32 do Decreto 68.065/71). A sua existência e o seu funcionamento ativo revelam a compreensão do Diretor, e demais responsáveis pela unidade escolar, das finalidades superiores da educação, relacionadas com os valores permanentes — espirituais e morais — da nacionalidade brasileira (letra b do art. 2.º, do Decreto-lei n.º 869/69 e letra a do parágrafo único do mesmo artigo).

2. *Dos Membros* — Poderão integrar o Centro Cívico todos os professores, alunos, ex-alunos e funcionários do estabelecimento, bem como os pais de família e responsáveis pelos alunos, e elementos da comunidade local. A participação de professores e alunos nas atividades do Centro indicará a sua receptividade aos valores morais e cívicos da nacionalidade, envolventes da verdadeira ação educacional. Haverá sócios honorários e beneméritos, nas condições estabelecidas pelo regimento interno do Centro.

3. *Do Orientador* — Um professor, ou outro elemento designado pelo Diretor do estabelecimento, será o Orientador do Centro Cívico. Sem tirar a iniciativa ou tolher a ação dos Diretores do Centro, procurará dar-lhes a assistência necessária ao perfeito funcionamento. Competir-lhe-á a coordenação das chapas que disputarão a eleição da Diretoria, devendo a indicação recair em alunos dotados de vivacidade e capazes de se entusiasmarem e transmitirem sentimentos cívicos, além de possuírem qualidades de liderança.

### 4. *Da Diretoria* —

a) será eleita pelos alunos e constituída dos elementos julgados necessários às atividades do Centro Cívico, entre os quais: Presidente, Vice-Presidente, Secretários, Tesoureiros, Oradores, Diretores Social, Cultural, de Arte e de Relações Públicas. Junto à Diretoria funcionará um Representante de cada uma das instituições extraclasses existentes no estabelecimento, o qual só terá direito a voto em assunto do seu mandato específico;

ANEXO IX

ESTATUTO SOCIAL  
CAPÍTULO I  
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

ART.1º - O Grémio Estudantil \_\_\_\_\_ é uma entidade constituída pelos alunos regularmente matriculados no Colégio Aderbal Ramos da Silva, fundado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, com sede na própria Unidade Escolar e de duração por tempo indeterminado.

**Parágrafo único** - As atividades do Grémio Estudantil reger-se-ão pelas normas do presente Estatuto, aprovado em Assembléa Geral convocada para este fim.

ART.2º - O Grémio é o órgão de representação da classe estudantil perante o corpo técnico-pedagógico e administrativo da Escola.

CAPÍTULO II  
DOS FINS E OBJETIVOS

ART.3º - São fins e objetivos do Grémio Estudantil:

- I - reunir o corpo docente e incentivar a sua participação nas atividades escolares, sociais e comunitárias;
- II - promover atividades culturais, artísticas, recreativas e outros eventos de cunho educativo;
- III - defender os interesses individuais e coletivos dos alunos;
- IV - primar pelo aperfeiçoamento intelectual dos associados e pela adequação do ensino as reais necessidades do educando;
- V - cooperar com a Escola e colaborar para a ampliação e melhorias necessárias ao aprimoramento da educação;
- VI - zelar pela democracia e pelo respeito às liberdades fundamentais do ser humano;
- VII - promover concursos literários, exposições, apresentar peças teatrais e outros eventos de caráter formativo e social;
- VIII - realizar intercâmbio com entidades afins;
- IX - lutar pela democracia permanente na escola, através do direito à participação nos fóruns internos de deliberação desta instituição;
- X - pugnar pela adequação do ensino às reais necessidades da juventude e do povo, bem como pelo ensino público e gratuito;
- XI - pugnar pela democracia, pela independência e respeito às liberdades fundamentais do homem, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, convicção política e religiosa;

CAPÍTULO III  
DO PATRIMONIO E RECURSOS

ART.4º - A Diretoria do Grémio será responsável pelos bens patrimoniais e responder por eles.

- I - Deverão ser discriminados, em livro próprio, todos os bens da entidade.
- II - Ao assumir nova Diretoria, seus integrantes tomarão conhecimento e conferirão os bens pertencentes ao Grémio.

ART.5º - Os recursos serão obtidos através de:

- I - contribuição de seus membros;
- II - contribuição de terceiros;
- III - promoções da Entidade;
- IV - donativos;
- V - outras formas resultantes de contribuições.

ART.6º - A administração do Grémio ficará a cargo de uma Diretoria composta por alunos regularmente matriculados e frequentes na Escola, eleitos em sistema de voto secreto.

ART.7º - São instâncias deliberativas do Grémio:

- I - a Assembléa Geral dos Estudantes;
- II - o Conselho Fiscal;
- III - a Direção do Grémio.

ART.8º - O Conselho Fiscal será composto pelos representantes de cada série, eleitos pela Direção do Grémio.

ART.9º - Serão considerados sócios do Grémio, todos os alunos regularmente matriculados e frequentes na Escola.

**Parágrafo Único** - No caso de transferência ou evasão, o aluno estará automaticamente excluído do quadro de sócio.

ART.10º - São direitos dos Associados:

- I - participar de todas as atividades promovidas pelo Grémio;
- II - votar e ser votado, observando as disposições deste Estatuto;
- III - propor sugestões, mudanças e alterações no presente Estatuto;
- IV - participar do planejamento e avaliação dos planos anuais de trabalho do Grémio;
- V - convocar Assembléas Extraordinárias através de baixo-assinados;

CAPÍTULO IV  
DA DIRETORIA

ART.11º - A Diretoria do Grémio será constituída por:

- a) Conselho Geral e Administrativo:
  - Presidente
  - Vice-Presidente
  - 1º Secretário 2º Secretário

- b) Coordenação Esportiva: 4 integrantes - Coordenação Geral -2  
 - Coord. Feminino -1  
 - Coord. Masculino -1
- c) Coordenação Financeira: 2 integrantes - Tesoureiro  
 - Vice-Tesoureiro
- d) Coordenação Cultural: 6 integrantes - Coordenação Geral -2  
 - Coord. de Eventos -2  
 - Relações Públicas -2

1º - Não será permitido o acúmulo de funções.

2º - Em caso de vaga de cargo para o qual não haja substituto legal, caberá à Diretoria e ao Conselho Fiscal eleger o substituto.

ART.12º - A Diretoria do Grêmio Estudantil terá como atribuições:

- I - Elaborar o Plano Anual de Trabalho e colocá-lo em execução.  
 II - Levar ao conhecimento da Assembléia Geral atividades desenvolvidas pela Diretoria e os dispositivos do Estatuto que regem o Grêmio.  
 III - Reunir-se, ordinária ou extraordinariamente conforme a proposta do Estatuto da Associação.

ART.13º - Compete ao Presidente:

- I - Representar o Grêmio na Escola;  
 II - Convocar e presidir as reuniões e assembleias extraordinárias da diretoria;  
 III - Iniciar os trabalhos nas Assembleias Gerais e designar os dirigentes dos trabalhos na respectiva reunião;  
 IV - Efetuar, juntamente com o Tesoureiro, os pagamentos e demais atividades financeiras;  
 V - Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;  
 VI - Desempenhar as demais funções inerentes ao Cargo.

ART.14º - Compete ao Vice-Presidente:

- I - Auxiliar o Presidente no exercício de suas funções;  
 II - Substituir o Presidente nos casos de ausência eventual ou impedimento temporário e nos casos de vaga de cargo.

ART.15º - Compete ao 1º Secretário:

- I - Lavrar as Atas das Reuniões da Diretoria;  
 II - Publicar avisos e convocações de reuniões, divulgar editais e expedir convites;  
 III - Redigir e assinar com o Presidente a correspondência oficial do Grêmio;  
 IV - Manter organizado e em dia os arquivos e sob sua responsabilidade a documentação do Grêmio.

ART.16º - Compete ao 2º Secretário:

- I - Auxiliar o 1º Secretário no cumprimento de suas atribuições.  
 II - Substituir o 1º Secretário em seus impedimentos e impossibilidades e em casos de vaga de cargo da Entidade;

ART.17º - Compete ao 1º Tesoureiro:

- I - Ter sob seu controle e responsabilidade todos os bens do Grêmio;  
 II - Manter os membros do Grêmio informados da movimentação financeira da Entidade, através de livro caixa;  
 III - Fazer Prestação de Contas, juntamente com o Presidente, e apresentá-las aos associados;  
 IV - Assinar, juntamente com Presidente, os documentos e balancetes, relativos a movimentação financeira;  
 V - Controlar a arrecadação das promoções do Grêmio Estudantil;  
 VI - Elaborar o balancete anual da entidade.

ART.18º - Compete ao 2º Tesoureiro:

- I - Auxiliar o 1º Tesoureiro no cumprimento de suas atribuições;  
 II - Substituir o 1º Tesoureiro nos impedimentos e impossibilidades eventuais;  
 III - Assumir a Tesouraria nos impedimentos do 1º tesoureiro e nos casos de vaga de cargo.

ART.19º - Compete ao Coordenador Cultural:

- I - Coordenar as atividades sobre: palestras, encontros, seminários, trabalhos acadêmicos promovidos pelo Grêmio Estudantil;  
 II - Organizar festas e outros eventos promovidos pelo Grêmio e pela Unidade Escolar;  
 III - Zelar pelo bom relacionamento do Grêmio com os seus sócios, com a Escola e a Comunidade.

ART.20º - Compete a Coordenação de ESPORTES:

- I - Coordenar e orientar as atividades esportivas e recreativas do corpo discente;  
 II - Incentivar a prática dos esportes, organizando campeonatos internos, bem como com outras escolas, possibilitando o intercâmbio esportivo;  
 III - Buscar apoio junto aos professores de Educação Física;  
 IV - Recorrer os seus colaboradores.

## CAPÍTULO V

### DO CONSELHO FISCAL

ART.21º - O Conselho Fiscal é o órgão de representação exclusiva dos estudantes e ser constituído somente pelos representantes de cada série.

ART.22º - O Conselho Fiscal será composto no início do período letivo, em data a ser fixada pelo Grêmio Estudantil, observando o presente Estatuto e o Regimento Interno do Colégio.

**ART.23° - Compete ao Conselho Fiscal:**

- I - Viabilizar a concretização das propostas aprovadas em Assembléia Geral;
- II - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto do Grêmio;
- III - Assessorar a diretoria do Grêmio no desenvolvimento das atividades a este pertinente;
- IV - Defender os interesses de seus sócios perante a Agremiação;
- V - Coordenar e auxiliar a elaboração de atividades estudantis em suas respectivas séries;
- VI - Representar suas respectivas séries;
- VII - Participar de reuniões conjuntas com a Diretoria do Grêmio para apreciação de assuntos relativos à agremiação como um todo;
- VIII - A posse do Conselho Fiscal deverá coincidir com a posse da Diretoria do Grêmio.

## **CAPÍTULO VI DAS ELEIÇÕES**

**ART.24° -** A eleição para o exercício das funções da diretoria será na 2ª quinzena do mes de março do ano letivo, ou em casos especiais fora do período.

**ART.25° -** A Diretoria será eleita por maioria simples de votos de todos os alunos matriculados de 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental e 1ª, 2ª e 3ª do 2º Grau, através do voto secreto.

**Parágrafo Único -** O direito do voto é pessoal e individual não podendo ser exercido por procuração.

**ART.26° -** Poderão inscrever-se às chapas, alunos de 7ª e 8ª séries do 1º grau, e, 1ª e 2ª séries do 2º grau.

**ART.27° -** As inscrições das chapas deverão ocorrer junto à diretoria em exercício, o prazo de 15 (quinze) dias da data das eleições, sendo vedado qualquer alteração de prazo sob pena de anulação da inscrição.

**ART.28° -** O período de divulgação e propaganda ocorrerá subsequente ao período de inscrição das chapas.

**ART.29° -** A data de realização da eleição da nova diretoria ocorrerá no 1º bimestre letivo do ano escolar, em data e horário pré-fixados, ou em casos especiais fora do período.

**ART.30° -** A apuração dos votos ocorrer no dia imediato ao da realização da eleição.

1º - A mesa apuradora será presidida pelo Diretor da Escola, pela Comissão Eleitoral formada por 2 (dois) Professores e 3 (três) alunos, eleitos em assembléia Geral ou indicados pela Diretoria do Grêmio.

2º - Os alunos eleitos para compor a Comissão Eleitoral de que tratará o parágrafo anterior, não poderão concorrer a cargos nessa gestão.

3º - É vetada a concorrência de candidato em mais de uma chapa.

**ART.31° -** A diretoria será eleita para o mandato de 2 anos, com direito a reeleição total ou parcial de seus membros.

**ART.32° -** Ser considerada vencedora a chapa que obtiver maior número de votos.

1º - Em caso de empate, haverá nova eleição no prazo de 08 (oito) dias letivos, concorrendo ao novo pleito as duas chapas que tiverem o maior número de votos.

2º - Em caso de fraude comprovada, a Mesa Apuradora dará por anulado a referido pleito.

**ART.33° -** A posse da Diretoria eleita ocorrerá no prazo de 08 (oito) dias após a proclamação do resultado das eleições em dia e horário a serem fixados pela Diretoria.

## **CAPÍTULO VII DO REGIME DISCIPLINAR**

**ART.34° -** Constituem infrações disciplinares:

- I - Utilizar o Grêmio para fins diferentes dos seus objetivos e finalidades, visando o privilégio pessoal ou de grupos;
- II - Deixar de cumprir as normas do presente Estatuto;
- III - Emitir informações pertinentes ao Grêmio, que coloquem em risco a integridade de seus sócios;
- IV - Praticar atos que possam ridicularizar a Entidade e seus sócios.

**ART.35° -** Compete a Diretoria e ao Conselho Fiscal apurar as infrações.

**ART.36° -** Apuradas as infrações serão discutidas na Assembléia Geral e aplicadas as penas de suspensão ou expulsão do quadro de sócio da Entidade, conforme a gravidade da ocorrência.

**Parágrafo Único -** O infrator, caso pertença a Diretoria, perderá seu mandato, devendo responder pelas perdas e danos causados.

## **CAPÍTULO VII**

**ART.37° -** O presente Estatuto poderá ser modificado mediante proposta de qualquer associado da entidade ou do Conselho Fiscal, e as alterações deverão ser aprovadas em Assembléia Geral, através da maioria absoluta dos votos.

**Parágrafo Único -** As alterações deverão ser formuladas por escrito, devidamente fundamentadas e assinadas.

**ART.38° -** A dissolução do Grêmio Estudantil somente ocorrerá por decisão da Assembléia Geral, revertendo seus bens à Escola.

**ART.39° -** Revogadas as disposições em contrário, o presente Estatuto entra em vigor após sua aprovação pela Assembléia Geral do corpo discente da Escola.

ANEXO X

ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA UCES - MARCOS DIMAS  
FERNANDES

ABRIL 1994

P - O que são as entidades: UNE/UBES/UCES

MARCOS - Dentro do movimento estudantil, existem várias entidades que representam o estudante.

Em nível nacional, a entidade que representa os universitários é a União Nacional dos Estudantes (UNE); a nível nacional que representa os alunos de 1º e 2º grau é a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). Em Santa Catarina, a entidade que representa os estudantes universitários é a União Catarinense dos Estudantes (UCE); a União Catarinense de Estudantes Secundaristas (UCES) representa os estudantes de 1º e 2º grau de todo Estado de Sta Catarina tanto na rede pública estadual, na municipal, na federal como também na rede privada.

PLAINE - Quem participa da direção atual da UCES?

MARCOS - A UCES se encontra hoje, em final de gestão. Foi eleita em congresso (Copinas, agosto/92) e agora com o fim decorrer de 1 ano e 6 meses aproximadamente de gestão, estamos encerrando-a dentro uma diretoria de 19 membros, com apenas 5 ou 6 destes. E trabalhando mais a nível de Estado, apenas 3 (três): O Presidente, o tesoureiro e o Diretor de escolas. Em geral todos os alunos de 1º e 2º grau participam. Os que já se matriciam no 2º grau não podem mais participar da entidade.

P - Como são realizadas as eleições?

MARCOS - As eleições são realizadas nos congressos. Cada congresso da UCES é convocado para discutir a política da UCES e para fazer uma avaliação da atual situação do movimento estudantil em todo o Estado, inclusive a nova diretoria. O último congresso da UCES (Crissiuma-29 a 30/04 e 01/05 de 94) discutido um pouco da política e acerca do movimento estudantil, com temas nacional, esporte, lazer, cultura e também sobre a questão da educação de hoje a nível de Estado e a nível nacional; e também para fazer uma nova política para a entidade no próximo ano; e a eleição da nova diretoria.

A nível nacional como também local, as mobilizações, as greves, nas áreas da educação, da saúde e em vários outros setores. Qual é o papel dessas entidades?

As entidades: UNE, UBES e UCES, estão participando ativamente das mobilizações em todos os sentidos. No último dia 19/04 - ocorreu uma mobilização a nível nacional com objetivo de destruir o

e Petrobras, com a privatização da educação, e fazer a revisão constitucional para acabar o SUS (Sistema Único de Saúde) e promover também um caos social.

Então a UNE, a UBES e a UCES, UCE, vem se posicionando contra este projeto neoliberal. Entendendo que a posição a nível nacional vai ter reflexões a nível estaduais. isto quer dizer, no corte de verbas para a educação. Como a verba de 2 bilhões de dólares que o ministro Fernando Henrique Cardoso cortou, provocando assim uma quebra na qualidade de ensino, uma defazagem salarial dos professores, uma manutenção precária das escolas e não tendo dinheiro nem para a compra de materiais didáticos.

ELAINE - Qual a relação da UCES com as escolas da região da grande Florianópolis? E qual a sua contribuição nas escolas?

MARCOS - A UCES participou de várias passeatas na grande Florianópolis; a UCES não se preocupa só com a realidade da capital, mas com todo o Estado. A atuação da UCES é em todo Estado, e na região da grande FPODIS existe uma entidade responsável, que se chama: União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), que aqui ela tem a nomenclatura de UFES (União Florianopolitana dos Estudantes Secundaristas). Só que como está desestruturada será elaborado um congresso em junho à julho de 94 para reconstruí-la. Para isto nós estamos tentando mobilizar a medida do possível. Pois, uma diretoria no final da gestão com três diretores atuando, com um congresso estadual em vista. Fica difícil para fazer todo o trabalho burocrático, as carteirinhas dos estudantes e mobilizar todos os nossos estudantes que está aí na rua gritando contra os 30 minutos, reivindicando mais verbas para o ensino e também apoiando os professores na sua bandeira de luta. Pois entendemos que para se dar aula, você tem que saber o que está fazendo, você precisa ganhar bem para pelo menos menos estar motivado a dar aula.

ELAINE - Como são feitas estas chamadas para os alunos irem as ruas?

MARCOS - Houve uma época que era difícil, onde era necessário fazer cartaz, panfletos, colocar som nas ruas, mandar o comunicado 3 à 4 dias antes de fazer o ato público. Agora para você ter uma idéia, estive no Instituto Estadual de Educação, não tínhamos som para falar, pois a direção do colégio nos impediu de falar: aí tivemos que subir encima de uma mesa do bar e reunimos mais de mil estudantes no pátio, todos pararam para ouvir. Então quer dizer, a conscientização do estudante aos poucos ela tem se diferenciado, principalmente agora que se está sentindo essa política implantada no governo no que diz respeito aos 30 minutos

existe uma mobilização diferente, você não pode aplicar a realidade como se fosse um dogma, ela é específica de cada momento, ela não é igual para sempre. Cada mobilização existe sua especificidade.

ELAINE - Quanto aos grêmios Estudantis: é uma conquista? Como esta acontecendo sobre a lei 7398 da época do Presidente Sarney e como você enxerga a questão da lei?

MARCOS - Essa lei que garantiu e reformou o grêmio livre como instituição. Pois em 64 existia o grêmio, que vem desde a época de 30. Só que por um projeto implementado pelas elites internacionais, como se pode notar no enfoque de 68, que entrou totalmente da ilegalidade, acabou o grêmio, e foi criado os CCEE ( Centro Cívico Estudantil Escolar ) que tinha um professor orientador onde qualquer aluno que quizesse se manifestar, dar a sua opinião, falaria o que somente fosse permitido pela direção. Caso contrário, era excluído da sala de aula, perseguido, era chamado de comunista, suspenso, a sua liberdade era cortada. A partir de 85 é retomado o grêmio livre, ou seja uma instituição dentro da escola, mas, com seus foruns independentes. O grêmio só se submete à vontade do estudante, não mais a vontade da direção que é alimentado por políticos, foi uma grande conquista, apesar de que nos temos grandes dificuldades de trabalhar com grêmios, por causa da faixa-etária que é de 14 à 18 anos, e as vezes quando se trabalha com adultos com 20, 21 anos... o pessoal trabalha fora, é ruim, principalmente aquele em que seu serviço é de dia e estuda a noite. A idade, a formação, a cultura do estudante influencia, pois esses mesmo reclamam de não compreender toda a política. Acontece que constituímos um grêmio e não temos como acompanhar o dia a dia dentro da escola, onde se vai ver ele se desmanchar. Isto é uma realidade, que muito tempo vem se passando.

ELAINE - Sobre o manual de formação do grêmio oferecido pela Secretaria da Educação?

MARCOS - Esse projeto da Secretaria da Educação Estadual, nos entendemos que seja uma fronta a democracia; pois está passando por cima das entidades estudantis ao fazer uma cartilha para ensinar como se organiza grêmio! Pois o grêmio basicamente é o sindicato dos estudantes, representa único e exclusivo dos estudantes nas escolas. É essa cartilha quer ligar o grêmio estudantil à direção das escolas e à secretaria estadual de educação, para que? Para criar cordeirinhos da época do regime militar facilmente manipulados, que a direção vai escolher quem? aquela pessoa que é "puxa-saco", aquela pessoa que não tem

rua gritando: que a direção não consegue verba, que o governo não repassa as verbas, que a qualidade de ensino está caindo, que a escola está sendo privatizada, que ele não tem condições de estudar. Mas o que ele faz: organiza uma festa para arrumar dinheiro para a escola, que não é função da escola! Como também não é função do Grêmio, pois é recursos para a administração da escola. E este tem a função de cobrar da administração da escola e do governo que se empenhe no envio de verbas, porque nós alunos pagamos milhões de impostos, pois temos mais de 56 tipos de impostos diferentes e entendemos que a educação tem que ser pública e gratuita e principalmente de boa qualidade.

E. - A entidade já sofreu alguma forma de ameaça de repressão?

MARCOS - Do Estado diretamente não; mas nas passeatas às vezes vem alguém e diz: " porque você não para com isso, vocês vão se dar mal, vocês vão quebrar a cara, o caminho não é por aí, te cuida meu amigo". A direção da escola expulsa, e ameaça a bater quando se está usando uma escola. Quando eu fazia parte de um grêmio ( não desejo citar o nome), quando fazíamos mobilizações, era rápido para parar a escola, principalmente quando faltava professor ou havia greve, ou ainda quando havia reivindicações a nível nacional da UNE, da UBES.

Aí o que o diretor fez: me chamou até a sala de direção e me entregou uma carta de transferência da escola, porque não tinha mais vaga pra mim no colégio, contou uma história. O que aconteceu, deixei-a sobre a mesa e disse que não ir sair da escola. Pois se ele fizesse alguma coisa contra algum grêmio estudantil, ele teria que responder e discutir com mais de 3500 alunos, seria uma situação muito delicada; e temos por aí professores que expulsam alunos de sala de aula, direções que começam a perseguir, professores não deixam alunos fazerem provas atrasadas

E - A escola tem espaço privilegiado para o processo de democractização, de participaçã, de conquista da cidadania. Como você vê a escola hoje?

MARCOS - A estrutura escolar hoje, é uma estrutura equivocada, porque pois, a que nos encontrarmos hoje não é uma estrutura que foi discutida com o conjunto da sociedade, com os estudantes, professores ou mesmo com as pessoas que estudam a evolução da educação. O projeto foi implantado no Brasil de educação, sendo este um projeto internacional das elites, que manipulam e direcionam principalmente a forma de compreensão do velho mundo, de determinadas frações

da sociedade e principalmente dos estudantes. Um exemplo disso é a grade curricular, antes dessa proposta, tínhamos bem claro a organização social, política brasileira, o que temos hoje, é ED.Moral e Cívica, que praticamente discute "balela", disvirtua toda a compreensão política da estudante, na Organização Social e política brasileira - OSPB, se tem professores praticamente treinados para direcionar único e exclusivamente um ponto de vista, ou seja, aquele ponto de vista que está na cartilha, que vem do Estado que é repassado por terceiros para direcionar a compreensão do estudante. A estrutura que a escola tem hoje, é totalmente antidemocrática., ou seja, ele não forma o aluno pra coisa nenhuma, o professor finge que ensina e o aluno finge que aprende.

E - Existe alguma contribuição com a formação dos grêmios?

MARCOS - Sim, existe uma contribuição, pois ajuda na formação, são as entidades estudantis. Temos 3 diretores da UCES para ajudar em todo o Estado. É um pouco debilitado neste momento de final de gestão e pelo Congresso.

E - Quantos grêmios existem em Flópolis?

MARCOS - são poucos, não passam de 8 ou 9 grêmios estudantis estruturados. Em escolas municipais, estaduais e federais no caso a ETEFESC.

E - Estas entidades: UNE,UCES, UBES mantêm algum contato, alguma ligação político partidário?

MARCOS - A UCES representa os alunos de 1º e 2º graus, independente se eles sejam do PT,PSTU, PSB,PSDB,PCUB,PFL, PRE,PMDB; temos claro que temos que acatar a decisão da maioria.Nada impede que um estudante do PMDB leve uma proposta para a entidade, nada impede que um estudante do PSTU participe da entidade levando uma proposta do seu partido; contanto que, qualquer ideologia partidária, não partidária, ou do movimento social cultural não interfira nas instâncias de deliberação das entidades.Um exemplo prático: Num congresso que é o maior fórum de discussão da entidade, tirou-se uma posição contra a política da atual governador do Estado (exemplo), aí o tesoureiro e o presidente da entidade maioria da diretoria são do PFL, e a deliberação do congresso em oposição ao governo diz que a administração da educação não vai bem. E o presidente faz? Em vez de mobilizar os estudantes contra o governo, fazer jornais, panfletos, discutir, passeatas, assembléias nas escolas; o que

apoiam o governo, fazendo campanhas a favor do governo em nome da entidade! Isso chamamos de partidização da entidade, ou seja, passar por cima dos fóruns de discussão, isso qualquer pessoa que esta entrando no movimento ou que já está, tem que ser bem claro que não é por aí. O que entendamos é que devemos defender o conjunto dos estudantes sem ver a questão de qualquer partido. E que devemos ver que a maioria dos estudantes não têm partido ainda, isso deve ficar bem claro.

E - Qual a sua proposta nesta gestão? Suas conquistas, realizações?

MARCOS - Primeiro, conquistei muitas coisas, cresci pessoalmente e politicamente. Nós enquanto estudantes e membros da UCES fizemos várias conquistas, conseguimos nesta gestão puxar a bandeira do "Fora COLLOR" todas as passeatas foram dirigidas por nós; tivemos a frente da greve de 4 de maio, conseguimos aprovação junto à Assembléia Legislativa a Lei que garante meia entrada em shows, jogos esportivos, cinemas, com a carteirinha de identificação estudantil; puxamos várias mobilizações contra o Projeto Neo-liberal que tem como intenção a privatização, em fim, vários movimentos. Mas a intenção é crescer cada vez mais, possibilitar aos estudantes dizer o que acham e conquistar espaços que de direito são nossos.

ANEXOS  
DIVERSOS

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei nº 7.398, de 04 de novembro de 1985.

Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências.

### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Grêmios Estudantis como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidade educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais.

§ 1º (VETADO)

§ 2º - A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidas nos seus estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo docente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim.

§ 3º - A aprovação dos estatutos e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante, observando-se, no que couber, as normas da legislação eleitoral.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ar. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

BRASÍLIA 04 de novembro de 1985.

JOSÉ SARNEY

MARCOS MACIEL

COLÉGIO ADERBAL RAMOS DA SILVA  
RUA: CEL. PEDRO DEMORO Nº 1860  
ESTREITO - Fpolis - SC

Matrícula: \_\_\_\_\_

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO**

CURSO: \_\_\_\_\_ SÉRIE: \_\_\_\_\_ TURNO: \_\_\_\_\_

**I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:**

NOME DO ALUNO: \_\_\_\_\_  
DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: \_\_\_\_\_  
ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO RESIDENCIAL: \_\_\_\_\_  
BAIRRO: \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_  
PROFISSÃO: \_\_\_\_\_ LOCAL DE TRABALHO: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO DE TRABALHO: \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_

**II - FILIAÇÃO:**

NOME DO PAI: \_\_\_\_\_ PROFISSÃO: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO DO TRABALHO: \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_  
NOME DA MÃE: \_\_\_\_\_ PROFISSÃO: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO DO TRABALHO: \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_

**III - QUAL SUA ESCOLA ANTERIOR ?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**IV - PORQUE ESCOLHEU O C.A.R.S. PARA ESTUDAR ?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**V - O QUE VOCÊ ESPERA DO C.A.R.S. ?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**VI - VOCÊ PARTICIPA DE ALGUM TIPO DE GRUPO EM SUA COMUNIDADE ?**

<input type="checkbox"/> BANDA DE MÚSICA	<input type="checkbox"/> GRUPO DE ARTES
<input type="checkbox"/> GRUPO DE JOVENS	<input type="checkbox"/> CORAL
<input type="checkbox"/> GRUPO DE DANÇA	<input type="checkbox"/> NÃO
<input type="checkbox"/> OUTROS: _____	

PESQUISA REALIZADA PELAS ESTAGIÁRIAS DE SERVIÇO SOCIAL NO C.A.R.S  
CLEIDY E ELAINE

VII - O C.A.R.S., ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE ENSINO E DO SERVIÇO SOCIAL, TENCIONA PROMOVER ATIVIDADES DE LAZER, CULTURAIS E LÚDICAS, ASSINALE EM QUAL ASSUNTO VOCÊ SE IDENTIFICA PARA INTEGRAR OS GRUPOS DE ATIVIDADES, OU DÊ SUGESTÕES SOBRE QUAL O GRUPO/ASSUNTO GOSTARIA DE PARTICIPAR.

- |                          |                |                          |                                   |
|--------------------------|----------------|--------------------------|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> | ARTES          | <input type="checkbox"/> | GRUPOS DE DEBATES SOBRE POLÍTICA. |
| <input type="checkbox"/> | MÚSICA         | <input type="checkbox"/> | GRUPOS DE DEBATES SOBRE SEXO.     |
| <input type="checkbox"/> | REDAÇÃO/POESIA | <input type="checkbox"/> | GRUPOS DE DEBATES SOBRE DROGAS.   |
| <input type="checkbox"/> | TEATRO         | <input type="checkbox"/> | GRUPOS DE DEBATES SOBRE ECOLOGIA. |
| <input type="checkbox"/> | ESPORTES       | <input type="checkbox"/> | GRÊMIO ESTUDANTIL                 |
| <input type="checkbox"/> | OUTROS:        | -----                    |                                   |

VIII - QUAL A MODALIDADE ESPORTIVA QUE VOCÊ GOSTARIA DE PRATICAR ?

- |                          |                        |                          |           |
|--------------------------|------------------------|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | FUTEBOL                | <input type="checkbox"/> | HANDEBOL  |
| <input type="checkbox"/> | VOLEI                  | <input type="checkbox"/> | PING-PONG |
| <input type="checkbox"/> | BASQUETE               | <input type="checkbox"/> | ATLETISMO |
| <input type="checkbox"/> | OUTROS JOGOS DIVERSOS: | -----                    |           |

PESQUISA REALIZADA PELAS ESTAGIÁRIAS DE SERVIÇO SOCIAL NO C.A.R.S

CLEIDY E ELAINE

EM MARÇO DE 1993

cms/93

Número de Alunos que participam em atividades fora do Colégio

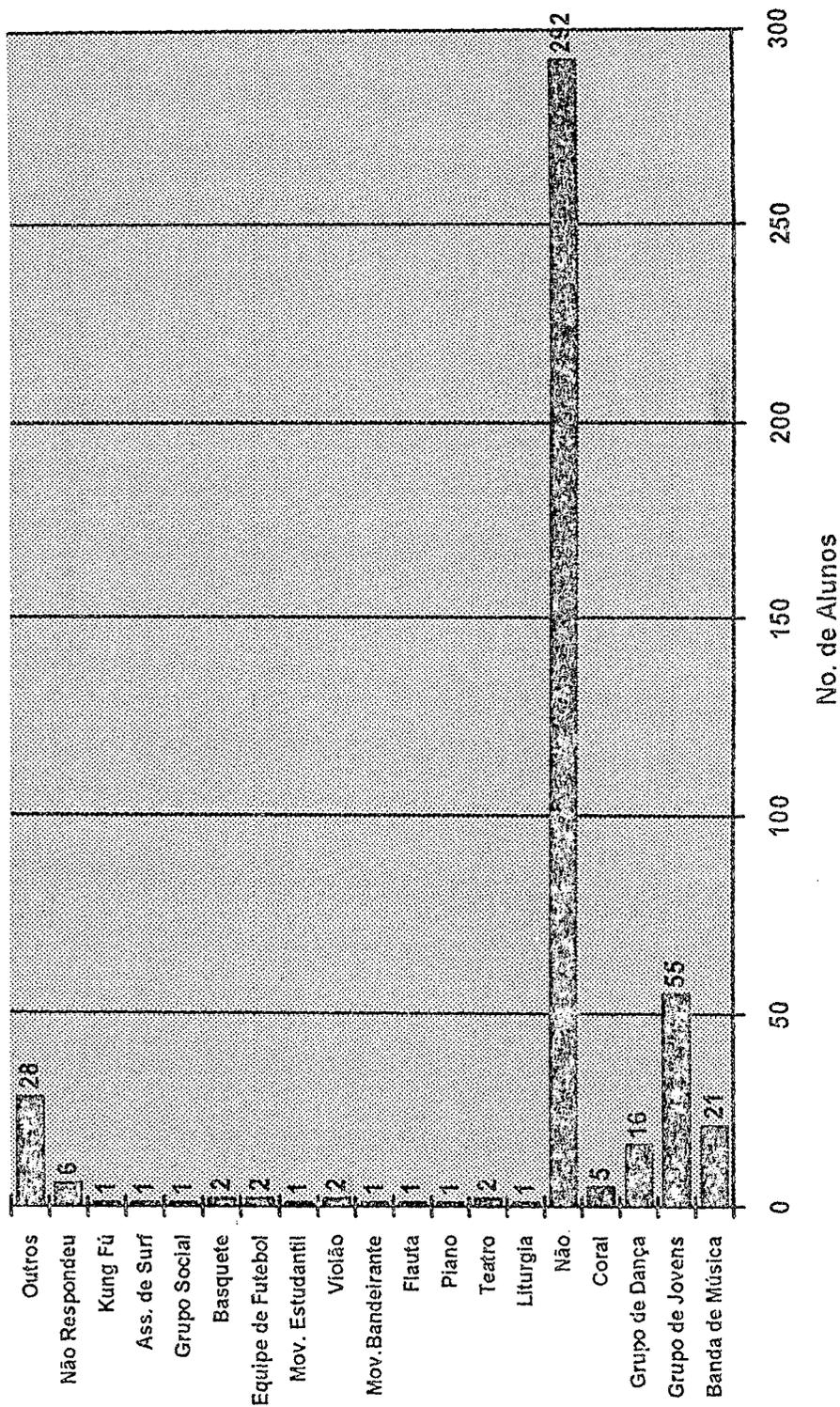
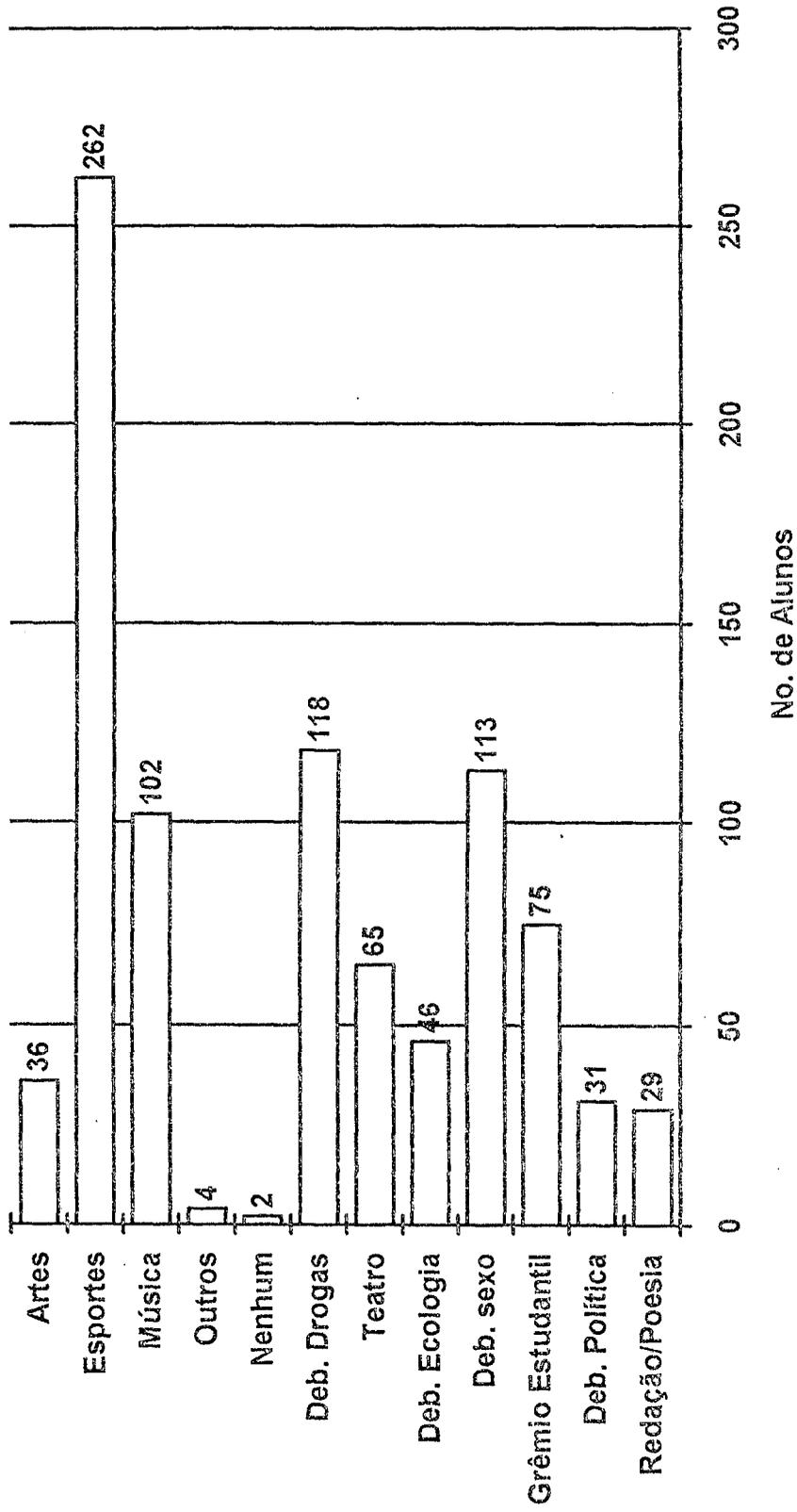


Gráfico de Sugestões sobre as atividades em que os alunos gostariam de participar



# ORIGEM

Em 1961, a Comunidade estreitense já aspirava por um Ginásio Público e, através do seu órgão representativo "Sociedade pró-Desenvolvimento do Estreito" (SODE), enviou o primeiro ofício, em 28 de junho de 1961, ao Senhor Governador do Estado, Dr. Celso Ramos, solicitando a criação de um estabelecimento de ensino. Sucederam-se outros expedientes, reforçados pela ingerência de representantes políticos junto às autoridades governamentais.

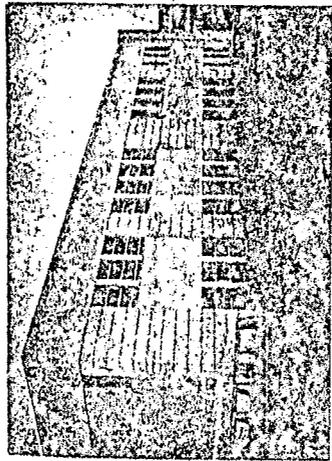
Em 1962, em audiência concedida pelo Senhor Governador, apresentaram-se, em comissão constituída, os Senhores:

- Dr. Dib Chereim
- Dr. Ivo Montenegro
- Dr. Joaquim José de Lyra
- Prof. José da Graça Simões

- Sr. Manoel Barbosa
- Dr. Osni de Medeiros Régis
- Pe. Quinto David Baldessar
- Sr. Sebastião Calixto,

líderes comunitários, pleiteando as reivindicações já apresentadas pela SODE. Em 28 de maio de 1962, o Senhor Governador, mediante Decreto nº. SE 1.488, cria o Ginásio Industrial "Aderbal Ramos da Silva", para ter início em 1963 o seu funcionamento, atendendo, assim os apelos da população estreitense.

Para a instalação da Unidade de Ensino foi pleiteada, junto ao Ministério da Marinha, a concessão da antiga Escola de Escrita e Fazenda, situada à Rua Mari-nheiro Max Schramm, s/nº., no Estreito local onde funcionou de 1963 a 1966.



Ginásio Industrial  
Antiga Escola de  
Escrita e Fazenda

Ainda em 1962, o Senhor Governador, através do seu Assessor, Dr. Dib Chereim, delega ao Professor Pe. José da Graça Simões a composição do quadro docente.

Em 30 de janeiro de 1963, o Professor Pe. José da Graça Simões enviou um expediente ao Senhor Governador do Estado, solicitando suas providências para a entrega das chaves do prédio, a fim de dar início às aulas, em março do mesmo ano.

Para as instalações dos ambientes de ensino foi utilizado, provisoriamente, o mobiliário cedido pela Congregação dos Sagrados Corações, que mantinham, an-

teriormente, no referido prédio, um curso de Admissão ao Ginásio.

Em fevereiro de 1963, foram apresentados, pelo Professor Pe. José Graça Simões, os nomes dos professores que iriam compor o quadro docente do Ginásio Industrial "Aderbal Ramos da Silva", os quais foram homologados e nomeados pelo Secretário da Educação e Cultura do Estado.

Nos dias 01, 04 e 05 de março de 1963, foram realizados os Exames de Admissão para ingresso dos primeiros alunos que iriam compor o quadro discente do Ginásio Industrial "Aderbal Ramos da Silva".